



RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO MISTA DO PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA

Presidente: Deputado Volnei Weber

Vice-Presidente: Deputado Rodrigo Minotto

Relator: Deputado José Milton Scheffer

Membros: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marquito, Deputado Ivan Naatz e Deputado *Adilson Girardi substituindo o Deputado Emerson Stein.

1 – RELATÓRIO

Cuida-se do Relatório Final da Comissão Mista instaurada a partir do RCC nº 0046/2024, de autoria do Deputado Volnei Weber, conforme dispõe o inciso IV e o § 4º do art. 37 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, com o intuito de postular a revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

Apresentado, o Requerimento de Constituição de Comissão Mista foi encaminhado às Comissões de Pesca e Aquicultura, de Turismo e Meio Ambiente, e de Assuntos Municipais, sendo, em todas, aprovado por unanimidade.

A Comissão Mista foi instituída pelo Ato da Presidência nº 039-DL, de 11 de dezembro de 2024 (RQC/0016/2024), sendo designados como titulares os seguintes parlamentares: Deputado Volnei Weber, Deputado Rodrigo Minotto, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marquito, Deputado Ivan Naatz e Deputado *Adilson Girardi substituindo o Deputado Emerson Stein.

Na sequência, foram escolhidos o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, Deputado Volnei Weber e Deputado Rodrigo Minotto, bem como o Relator da matéria, Deputado José Milton Scheffer.



Foram realizadas duas audiências públicas, sendo a primeira no Município de Jaguaruna, no dia 20 de março de 2025, e a segunda no Município de Imbituba, no dia 2 de junho de 2025.

1.1 – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Da Ata da epigrafada Audiência Pública, realizada no Município de Jaguaruna, e presidida pelo Deputado Volnei Weber que, em sua fala inicial, defendeu a legitimidade da APA da Baleia Franca para preservação da fauna marinha e ecossistemas costeiros, a qual deve ser equalizada com a segurança jurídica e as ocupações consolidadas nos municípios abrangidos pela Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), traz-se à colação o seu teor:

[...]

A A SRA. DEPUTADA FEDERAL GEOVANIA DE SÁ (SC) – Boa noite. É um privilégio estar aqui mais uma vez, já estive em outra audiência pública. Eu peço licença à mesa de autoridades, porque preparei uma rápida apresentação para situar aqueles parlamentares e autoridades que ainda não acompanharam nenhum momento dessa discussão, que iniciou em 2023. Quero ser rápida, porque o objetivo da audiência é ouvir a população e os encaminhamentos que aqui serão dados. É muito importante unir as forças e ouvir a população. Eu quero iniciar cumprimentando e parabenizando o proponente desta audiência pública, in loco, o meu amigo e Deputado Estadual Volnei Weber, e o Deputado José Milton, meu amigo, que é o Relator e tem uma grande responsabilidade de fazer os encaminhamentos desta audiência pública, que servirão como base para o nosso trabalho no Congresso Nacional, diante de algumas medidas que tomamos – inclusive, tenho mais uma novidade de mais um protocolo que fiz nesta tarde. Cumprimento também o nosso Prefeito Laerte, de Jaguaruna, junto com toda a sua equipe, que vem participando de quase todas as reuniões desde 2023, seja no ICMBio, com o nosso presidente, seja na AGU ou aqui na ponta, nas audiências públicas e na última reunião que tivemos no Ministério Público Federal; o nosso Presidente da Câmara, Vereador Mauro, por representar todos os Vereadores; o Walter, porque o ICMBio é fundamental nessa discussão, e eles têm participado ativamente para encontrar as medidas necessárias; e o meu amigo Daniel Freitas – viemos juntos ontem no voo –, que disse: eu vou estar lá. Ele é mais um que se soma nesta luta, nesta pauta. Então, muito obrigada, nós vamos juntos, quero que você esteja em todas as reuniões conosco. Cumprimento também os Secretários de Estado, que deixaram os seus afazeres e as suas agendas, que sei



que são muito grandes; o meu amigo Emerson, Secretário e Deputado, nós estivemos em uma reunião na Pesca também; e o Tiago, nós já participamos de várias audiências juntos, e é muito importante o Secretário da Pesca estar aqui presente. Eu quero fazer rapidamente uma reflexão: o que é mais digno para uma família? Em primeiro lugar, saúde. Todos nós precisamos ter saúde para trabalhar e para viver. Segundo lugar, alimentação. Mas há algo que é digno: o teto, a moradia para as famílias. E todas, independentemente da classe social, construíram suas casas com muito trabalho e com muito suor, não foi? O que nós queremos aqui é buscar um meio... Eu sempre venho falando, Deputado Volnei, Secretários, Deputado Federal e meu amigo Daniel, que nós não queremos esquecer o meio ambiente e defender só as pessoas. Não! Nós queremos um equilíbrio. Quando se fala em desenvolvimento sustentável – meu querido amigo, Deputado Marquito, obrigada por estar aqui –, nós queremos respeito e equilíbrio com a natureza. A baleia é bem-vinda aqui? Lógico que é! Mas também não podemos fazer uma defesa exacerbada. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, ele tem que andar em paralelo, cuidando do meio ambiente, mas nunca esquecendo as pessoas que estão na terra. Eu sempre digo, a baleia está no mar e as pessoas na terra. Agora, se precisamos fazer regularização fundiária e saneamento básico, entra quem? As Prefeituras. Por que falamos na APA? Porque as APPs, que são Áreas de Preservação Permanente, estão dentro da APA aqui na nossa região. E o Walter, o Stéphano e todos do ICMBio sabem que precisa de anuência. Ninguém aqui está dizendo que não precisa buscar a Reurb. (Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.) Eu quero, rapidamente, mostrar para vocês. Aqui está a linha. Ela começa onde? Em Florianópolis e vai até o norte de Balneário Rincão, ou seja, até Imbituba a linha vem junto à orla. Mais abaixo, chegando à Praia da Ferrugem e à Praia do Rosa, ela começa a fazer o quê? O que o Deputado Volnei falou: os dentes na área terrestre. Eu até me coloquei à disposição do ICMBio, porque quero entender como foi desenhada a linha da APA. Não estou dizendo que não teve estudos técnicos, mas eu quero entender, Deputado Marquito, por que essa linha? Quando chega a Laguna... Olhem ali, gente, olhem Laguna! Estou falando da invasão na área terrestre. Ali é cheio de gente morando em áreas consolidadas. Olhem quando chega a Jaguaruna! Agora, se há uma razão de existir isso, tranquilo. E quando isso começou? Em 14 de setembro de 2000. E o Plano de Manejo? Em 2018. Pessoal, tudo certo, mas o que não pode é: por que em Florianópolis, na Pinheira, foi na orla e por que aqui veio para a área terrestre? É só isso que nós queremos entender. Eu quero uma explicação. Outra coisa: lá teve audiência pública e aqui? Teve a participação da sociedade, da representatividade? Porque todos nós que estamos aqui somos a voz do povo, fomos eleitos tanto para a Câmara, quanto para a Assembleia, para representar a população. Eu estou aqui – ICMBio, Walter, Stéphano – sendo a voz dessas pessoas. Sabe por que comecei isso, Daniel? Porque eu estava em uma reunião – aqui é a Câmara de Vereadores de Jaguaruna –, no dia 22 de junho de 2023



eu estava em uma reunião com o presidente do ICMBio, onde falávamos sobre a Resex. Olhem só, a implantação de uma reserva extrativista. Tiago, eu acho que você participou de algumas audiências do ICMBio, lembra? Nós fizemos mais reuniões no ICMBio e, naquele momento, descobrimos, junto com a diretora de Regularização, doutora Natália, que não pôde estar aqui, que tínhamos uma situação já implantada: a área da Baleia Franca. E eu disse, mas o que é isso? Então, comecei a ler o decreto, ler o Plano de Manejo, mas eu não estava conseguindo entender. Foi quando comecei a buscar [mais informações] e nós começamos a participar de reuniões. Um dia eu cheguei à Casa Civil e disse ao Olavo, Secretário Nacional, que tinha algo muito grave acontecendo. Relatei a ele e mostrei aquele mapa (aponta para a imagem). Ele ficou supersensível e disse: Deputada, mas como isso? Eu respondi: não sei, só sei que preciso chegar ao Ministro Jorge Messias. E mandei alguns e-mails, Daniel, pedindo... Sabem como é difícil, a agenda do Ministro é corrida, mas ele me recebeu e eu mostrei para ele a linha e ele disse: Geovania, explica essa linha. Eu respondi que não sabia explicar e o que nós queríamos era simplesmente entender, compreender e buscar uma medida para preservar a moradia das famílias que ali residiam, antes mesmo de 2000, em áreas totalmente consolidadas. Os Prefeitos estão com as mãos atadas, não conseguem fazer a regularização fundiária. A Lei 13.465, da Reurb, dá condições, sim, de fazer a regularização fundiária. As famílias mais vulneráveis podem buscar recursos, as famílias com poder aquisitivo melhor podem fazer um investimento. Agora, isso precisa sair do papel. Então, foram feitas reuniões, e não foram poucas, e nesse momento nos convidaram para fazer reuniões aqui e conseguimos reunir 3.500 pessoas: Dunas do Sul; Passagem da Barra; Ponta da Barra, em Laguna – veio toda aquela região –; Balneário Torneiro; e Balneário Esplanada. Tudo neste verão. Eu só fui explicar, domingo dez da manhã, calor para caramba, e o povo estava lá. Nós também entregamos, após as reuniões, um abaixo-assinado, Deputado Marquito, com mais de dez mil assinaturas em apenas quinze dias. Eu coloquei um link na minha bio e as pessoas começaram a assinar. Eu entreguei ao Ministro Jorge Messias e ele chamou a Procuradora-Geral da República e disse: vá até o Ministério Público Federal – foi quando o ICMBio estava presente na discussão – e, numa terça-feira pela manhã, fizemos aquela reunião, eles fizeram uma vistoria técnica – está ali o ICMBio. Essa reunião foi histórica, porque uniu a AGU com a Procuradora-Geral da República, reuniu o ICMBio, a diretora, o Prefeito e o Ministério Público Federal. E aí o Volnei disse: na semana passada eu entrei com um projeto de lei. É meu papel? Passe no Legislativo. [...] Eu construí o Projeto de Lei 849/2025, que já está no site da Câmara, podem consultar. Claro que ele aguarda o despacho do Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Mota, mas já falei com ele esta semana para reduzir a área da APA da Baleia Franca, colocando a linha toda na orla. Não é o certo, gente? É o certo! (Palmas.) E eu quero pedir a vocês, que com muita competência representam o nosso Governador Jorginho Mello, o



Emerson e todos aqui, todos nós, que peçam ao Governador que também entre nessa luta conosco. Eu sei que ele vai entrar, ele é sensível à causa. Eu protocolei agora – às quatro da tarde saiu do forno –, o Legislativo me deu o.k., Deputado Marquito, e eu entrei com o Projeto de Decreto de Lei 130/2025, com o objetivo de sustar o decreto de 2000, que criou a área da Baleia Franca. Por que sustar? Porque ele já fez o seu papel. (Palmas.) Gente, a baleia só morre hoje se tem uma doença, se está velhinha. Todo mundo morre, não é? Nós, seres humanos, e os animais, chega uma data que morremos. Ninguém mais vai ao mar pegar baleia para matar, para extrair o óleo. Não existe mais isso, gente. Isso é crime, é crime ambiental. Todos aqui querem preservar a baleia? Sim. Mas todos querem ter a segurança da sua casa. Essa, sim, é a dignidade do ser humano. Eu entrei na Comissão do Meio Ambiente pela primeira vez, Deputado Marquito e Emerson, nunca fiz parte, e, junto com todos aqui, que eu irei convidar, é claro, na semana que vem eu quero pautar um requerimento de audiência pública no Congresso Nacional, para que todo o Brasil saiba e todos se engajem na defesa desses dois projetos de lei, para que nós realmente encerremos essa história e as famílias realmente tenham a sua dignidade assegurada. Eu vou correr para o meu outro compromisso, mas desejo sucesso e que Deus nos abençoe. Nós entramos nessa luta e vamos até o final. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá. Com a palavra o senhor gerente Regional Sul do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Walter Steenbock.

O SR. WALTER STEENBOCK – Muito obrigado, Deputado. Quero saudar o Deputado e os demais componentes da mesa, e saudar especialmente o povo que está aqui. Ressalto a importância deste momento para que nós possamos conversar dentro do espaço democrático, dentro da necessidade de participação, de inclusão social e do bom debate. E que bom que a Alesc, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, está promovendo este momento. Eu vou falar aqui rapidamente e depois passar a palavra ao Stéphano, que é o chefe da APA e vai fazer uma apresentação, mas eu queria apontar algumas questões que acho que ajudarão a nortear o nosso debate. Em primeiro lugar, a APA da Baleia Franca é uma área de proteção ambiental criada no ano 2000, como muito bem trouxe a Deputada. Na época era o governo Fernando Henrique, mas é uma política do Estado brasileiro e conta hoje com 25 anos, quem mora aqui sabe disso, e ela vem atuando desde então, buscando o desenvolvimento sustentável a partir de ações de educação ambiental, de pesquisa, de articulação social e de apoio a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Ela é uma categoria de uso sustentável. Dentro do SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, existem diferentes categorias de Unidade de Conservação: Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva Biológica, e existem as APAs. Em APA, pessoal, pode todo tipo de



construção, pode todo tipo de atividade econômica, já em outras categorias como Parque Nacional, Reserva Biológica, não. Quem conhece a Reserva Biológica do Arvoredo, por exemplo, sabe que lá tem limitações para pescar. A Estação Ecológica de Carijós, em Florianópolis, que é um grande manguezal, tem restrições para construção, tem restrições para atividades econômicas. As APAs, não. E o Brasil conta com diferentes APAs, sendo uma delas a APA da Baleia Franca. A APA da Baleia Franca, respondendo também a uma pergunta da Deputada: por que ela vem pelo mar e depois abre para dentro? O objetivo dela, apesar do nome constar Baleia Franca, e, sim, um dos objetivos principais é a conservação da própria baleia, do seu berçário, mas ela também tem no seu objeto de criação, a conservação das lagoas, das dunas, das Áreas de Preservação Permanente, que são muito recentes nessa região. Então, é por isso que ela também avança para a área terrestre. E por que não avança tanto na parte norte? Porque no momento da criação, em 2000, e até hoje é assim, a parte norte é um entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com uma série de outras medidas de conservação, já pensadas por ser esse entorno. Então, há na parte norte o entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a parte sul abrange também essa parte terrestre. Na concepção, lá no ano 2000 – não fomos nós, não foi o ICMBio que criou, na época era o Ibama o responsável pela gestão das Unidades de Conservação –, o projeto de criação contou com essa base. E vejam que desde 2000 a APA vem atuando e os dois grandes instrumentos de gestão de uma APA, ou de qualquer Unidade de Conservação, é o seu Conselho Gestor e o Plano de Manejo. Isso está definido em lei também, na Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Desde os primórdios, desde o início da existência da APA, começou-se a articular o Conselho. Muitos que estão aqui presentes fazem parte do Conselho da APA, o Conapa. O Conselho tem uma representação paritária entre a sociedade civil e as instituições governamentais e é renovado periodicamente, tem um sistema democrático de eleição, e tem reuniões periódicas para debater vários temas, e tem reuniões abertas. Então, é um espaço para esse tipo de debate acontecer, e ele acontece frequentemente. Estão todos convidados para estarem presentes nessas reuniões. E o outro instrumento é o Plano de Manejo, que é o documento técnico que orienta, em qualquer Unidade de Conservação, quais são as zonas e quais são as normas para cada zona dessas. E o Plano de Manejo não inventa legislação federal. O Plano de Manejo diz o seguinte: nessa área, que é uma APP, existem mais restrições, porque é uma Área de Preservação Permanente que tem dentro e fora da APA, se não tivesse APA teria APP igual, e nas beiras dos rios, nas dunas, nessas áreas há uma restrição maior. Nas áreas já mais consolidadas, a restrição é menor, nas áreas onde não há APP, a restrição é praticamente nula. Então, as APAs são uma forma de ajudar a organizar a própria existência das leis federais, estaduais e municipais nessa organização. O Plano de Manejo foi iniciado em 2014, quando começaram a fazer os debates e os mapeamentos. O Stéphanou vai mostrar para nós a sequência das dezenas de reuniões que aconteceram com diferentes



setores. Nós temos atas, relatórios de reuniões com Prefeituras, com o setor pesqueiro, com agricultores, com a universidade, e essas reuniões foram intercaladas com estudos técnicos e científicos sobre porque estávamos propondo o plano e o zoneamento dessa forma. Nós vamos mostrar isso ara vocês aqui na apresentação do Stéphano. O que eu estou querendo trazer, pessoal, não é, de forma alguma, uma limitação ara o debate, chegar aqui dizendo que já tem isso tudo e que não é uma questão para nós discutirmos. Pelo contrário, nós temos que estar muito abertos a todo o debate possível em relação ao zoneamento, às possibilidades de ocupação e às restrições. O pacto social é o fundamento principal da existência do próprio Conselho da APA. É com isso, é com a lógica do pacto social que nós vimos trabalhando. Eu vou passar rapidamente para o Stéphano, que vai trazer, em alguns slides muito rápidos, especialmente essa sequência de elaboração do Plano de Manejo, que começou em 2014 e terminou em 2018. O nosso Plano de Manejo está vigente desde 2018, a partir dessa construção coletiva. asso a palavra ao Stéphano.

O SR. STÉPHANO DINIZ RIDOLFI – Boa noite, senhoras e senhores. Eu sou o chefe da APA da Baleia Franca e vou passar para vocês um pouquinho do que é o Plano de Manejo e como ele foi feito. Pretendo não demorar muito, está rolando um aquecimento global aqui dentro, não é? (Ri.) Está um calorão, então vamos seguir logo, vamos lá. (Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.) Em primeiro lugar, a APA é uma Unidade de Conservação, e uma Unidade de Conservação nada mais é do que um espaço territorial e seus recursos ambientais. Não é, por exemplo, como no Projeto Tamar, onde queremos proteger a tartaruga. Nós não queremos proteger a baleia e pronto. Nós queremos proteger um território e foi definido, antes dos anos 2000, que este território seria o que contivesse essas fragilidades ambientais, e por meio dessas fragilidades ambientais chegou-se nesse desenho de APA. É claro que a baleia é importante. Existem várias Unidades de Conservação no Brasil, no Sul tem 41 unidades, e APAs tem 37 no Brasil. E o que é a APA? APA é uma área extensa que tem alguma coisa para ser protegida. Ela tem o objetivo de proteger a biodiversidade e admite a ocupação humana. E tem outra coisa que vi muitas pessoas com dúvidas – e as dúvidas são pertinentes, está até passando aqui [imagens com] várias perguntas e respostas tirando essas dúvidas –, que é se tem Município que pega 30% da APA. Gente, a APA não é um instrumento marinho, a APA não é marinha. Tem Municípios que outras APAS pegam 100% no Brasil. A APA Planalto Central, por exemplo, tem vários Municípios. O nosso problema, eu quero chegar à nossa questão, aqui: as propriedades privadas são permitidas em APA. Nós temos cinco APAs no Sul do Brasil, mas tem muito mais no restante do país, e de todas as APAs, em tamanho a APA da Baleia Franca é a 18ª maior. Então, tem dezessete APAs maiores do que a APA da Baleia Franca. [...] E a APA da Baleia Franca, como já foi falado, foi criada em 2000, possui mais de 154 mil hectares, pegando 9 Municípios –



vocês conhecem bem – e 78% da área é marítima. No desenho da APA, o Walter já destacou bem, aqui era o Parque do Tabuleiro no ano 2000, por isso a APA não pegava, não tinha essa proteção de Unidade de Conservação, e por isso ela entrou. Como falamos, não tem problema nenhum nisso, em princípio, pelo fato de ser APA, se fosse um parque nacional teria que desapropriar todo mundo, sim, mas não é. É uma APA, então, em princípio, não tem problema pegar a área terrestre. Conforme já foi falado, tudo começou no fato do Código Florestal de 1965 dizer que dunas e restinga é APP. Nós vamos chegar lá, calma! O decreto de criação da APA fala que nós temos que proteger a baleia, mas ele também fala que temos que garantir o uso racional dos recursos naturais, ordenar a ocupação e utilização do solo e água e ordenar o uso turístico recreativo. Isso está nos objetivos, no decreto que criou a APA, porque já se percebia essa fragilidade ambiental e precisava ser conservada em todos os seus aspectos e não um único animal. Falamos muito aqui que tem que proteger as baleias. Sim, mas nós temos que proteger o ser humano também. Ninguém aqui quer, por exemplo, que o mar invada as casas de um bairro, que uma casa seja tomada por areia. E é para isso que existem as leis ambientais. Então, a ideia da APA é regular, regularizar o que puder e tomar todas as medidas para ordenar. A ideia de APA não é proibir, simplesmente. Já foi falado que o Plano de Manejo é o documento que tem as normas da APA e os programas de gestão. E o Plano de Manejo definiu nove zoneamentos para nove situações que temos na APA, desde as mais frágeis até as menos frágeis ecologicamente, e quanto mais frágeis, mais restritivo é. Por exemplo, os mangues estão em zona de conservação e, realmente, você não vai poder fazer muita coisa, porque é um ambiente frágil, tanto ecologicamente quanto geologicamente também. Não dá para construir casa em mangue, vai dar errado porque são áreas alagadas. Aqui passa por todas essas zonas (aponta para a imagem) até o ambiente menos frágil que é o urbanizado. Essas duas zonas aqui são marinhas, basicamente, e temos ali a Zona de Uso Divergente, que eu vou falar depois. Aqui dá para ver que o verdinho é Zona de Uso Restrito, onde tem as APPs, e os amarelinhos são Zona de Uso Divergente. Nós estamos em uma Zona de Uso Divergente. E o que é esse Uso Divergente? Quando o Plano de Manejo estava sendo criado teve justamente essa reocupação: tem ocupação humana lá dentro, o que vamos fazer? Nós não podemos expulsar essas pessoas. Então, está no Plano de Manejo que nós não podemos chegar expulsando e foi criada uma zona temporária para definir o que fazer: se vamos realocar ou não, se vamos regularizar ou não. São possibilidades. A Reurb, aqui nesses amarelinhos, teoricamente, pelo Plano de Manejo, permite essa regularização, a depender de outros fatores, que não o Plano de Manejo. Então, quem está em Zona de Uso Divergente, o Plano de Manejo permite continuar até que se encontre a solução, seja a regularização – isso vai depender de estudos técnicos –, seja a realocação, nesse caso, tem que realocar com segurança se for área de risco e, como nós falamos, pode estar em área de risco. Como foi feito esse Plano de Manejo? Começou em 2014 e terminou em 2018,



foram 24 reuniões de planejamento. Lembrando que, segundo a lei, a participação social na elaboração de um Plano de Manejo é apenas do Conselho. No entanto, a equipe da APA foi além, realizou diversas oficinas e reuniões do GT, foram criados mapas e promovidas oficinas de planejamento participativo, além de seminários. Nós convidamos universidades, centros de pesquisa, ONGs e pesquisadores para a parte técnica. As Câmaras Municipais de todos os Municípios que possuem área terrestre na APA participaram, assim como os Prefeitos e os Secretários da época. Também houve reuniões com a Fatma, que hoje se chama IMA, além da mobilização com os pescadores. No total, foram 706 participantes em plenárias específicas e oficinas setoriais, abrangendo todos os setores envolvidos, como mineração, empresários, turismo... Em 2018, o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca foi publicado. Todos foram convidados e muitos participaram. Além das oficinas realizadas para ouvir as pessoas, foram elaborados documentos com vinte artigos científicos, todos embasados na literatura e na ciência, para chegarmos ao Plano de Manejo que temos hoje, que é recente. Sabemos que a preocupação das pessoas, ouvindo todos aqui, é: tenho a minha casa ali, o que vai acontecer? Nós sabemos que é isso, pelo menos é o que está sendo dito. O que eu posso falar para vocês agora, para dar sequência à discussão, já que a reunião trata da revisão de Plano de Manejo, o que posso garantir é que o problema não é o Plano de Manejo. Muito obrigado. (Palmas e vaias da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito bem. Convido para fazer parte da mesa o Vice-Presidente da Comissão Mista da APA da Baleia Franca, Deputado Rodrigo Minotto. (Palmas.) Em tempo, também registro a presença do senhor Lucas Cadorin, representando a Associação Empresarial de Laguna, e da senhora Silvana de Vasconcelos, Vereadora do Município de Morro da Fumaça. Com a palavra o Deputado Estadual Marcos José de Abreu, Marquito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Boa noite a todos. Eu componho a Comissão Mista e sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, chamada Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sou engenheiro agrônomo de formação e trabalhei dez anos como extensionista. E queria muito, muito mesmo, ter tempo aqui para falar sobre algo muito importante neste momento que estamos vivendo e que tem nos preocupado e afetado as nossas vidas. Os nossos vizinhos do Rio Grande do Sul têm sofrido muito com as enchentes e com o calor. Gostaria de falar um pouco sobre este momento, mas não vou ocupar este tempo para isso. (Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.) Eu quero focar no que já discuti e apresentei no Conselho da APA da Baleia Franca e no que estou trabalhando, em conjunto com os meus colegas Deputados, na Assembleia Legislativa, que é a regularização fundiária, porque sei que essa é a dor de grande parte das pessoas que estão aqui e sei o quanto



podemos sair desse entrave. Eu fui Vereador lá em Florianópolis por dois mandatos e presidi a Comissão parlamentar Especial da Reurb, e nós conseguimos regularizar o instrumento e também estruturar a Prefeitura Municipal de Florianópolis para conseguir dar prosseguimento aos processos de regularização fundiária. E o que eu vou falar é muito importante, porque prevê a possibilidade e o direito de todos e todas que estão aqui, com os seus núcleos urbanos consolidados, solicitarem o seu direito àquela propriedade e a garantia de que vão ter o habite-se para fazer uso da propriedade para as suas finalidades (palmas). Então, quero dizer, primeiro, que a Constituição Federal garante que a regularização fundiária é um instrumento a ser executado pelo Município. Certo? Isso é muito importante entender, eu vinha conversando aqui com o Vereador, Presidente da Câmara, é importante entender que nós podemos fazer isso da forma adequada, mas precisamos dar uns passos à frente. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes. O Município é o ente federado responsável por garantir isso e que instrumentos ele tem? Primeiro, o Plano diretor. Certo? O Plano Diretor é um instrumento urbanístico para dizer que atividades podem acontecer dentro daquele território. Antes do Plano de Manejo, tem-se o Plano Diretor. Nós temos o Plano de Manejo e temos a lei federal, que garante a lei ambiental, o Código Ambiental ou o Código Florestal, e temos ainda a Lei da Mata Atlântica. Certo? Estando dentro da APA ou não, o Município terá que se estruturar para garantir isso. Uma modalidade de regularização fundiária é a Reurb. E qual é a outra modalidade de regularização fundiária? Quem nunca fez usucapião aqui? Quem nunca tentou ou fez? É também um instrumento de regularização fundiária. O usucapião, seja cartorial, seja jurídico, também é um instrumento... [...] O Tribunal de Justiça vem fazendo um programa chamado Lar Legal para regularizar a titularidade e não necessariamente fazer regularização fundiária. Aquilo não é regularização fundiária, é a garantia da titularidade daquela terra. A Lei Federal nº 13.465, da Reurb, de 2017 – eu queria que vocês entendessem muito bem essa lei –, consegue garantir, porque é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação dos seus ocupantes. Os núcleos urbanos informais são aqueles núcleos clandestinos, irregulares ou nos quais não é possível realizar a titulação dos seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época da sua implementação ou regularização. Portanto, o decreto que criou a APA foi em 2000 e muitos loteamentos foram criados antes de 2000, mas, mesmo assim, ainda não tinham a sua área regularizada dentro do Plano Diretor do Município, não estavam adequadas dentro das regras e assim por diante. Apesar disso, essas áreas que estavam lá no ano de 2000, têm direito, sim, a garantir a sua regularização fundiária diante do que está colocado na lei federal de 2017. Quero dizer que a Lei da Reurb dispõe sobre a relação fundiária rural e



urbana. E compete aos Municípios, nos quais estejam situados os núcleos urbanos informais a serem regularizados, classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb; processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária e emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF). Esse é o grande instrumento. Agora o Município precisa ter essa capacidade, e essa é a dificuldade sobre a qual eu quero ao final propor uma questão aqui. A Lei da Reurb, no artigo 31, diz: “Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder as buscas necessárias para determinar a titulação do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.” Então tem que buscar a cadeia dominial do imóvel, vocês sabem do que eu estou falando; buscar aquele núcleo que foi consolidado com as suas características, e depois fazer a análise a partir das leis federais e da própria lei municipal que tiver. A partir disso o Município tem um diagnóstico e pode dizer se aquele núcleo urbano consolidado vai ser regularizado e se for, ele precisa criar alguma compensação ambiental, social ou urbanística. Às vezes precisa aumentar um pouco a rua, às vezes precisa criar uma área verde de lazer, uma área institucional, que não tinha naquele núcleo urbano quando se consolidou. A maior parte das medidas previstas pela Reurb ocorre no nível administrativo, normalmente no órgão do Poder Municipal responsável pela regularização fundiária urbana. Por isso, é o Município o principal agente da Reurb, uma vez que também compete a este o planejamento e a gestão da ocupação urbana. Então é necessário que o Município tenha essa estrutura. Eu quero colocar – e no final vou chegar com essa proposta – que precisamos dar suporte, apoio, para aqueles Municípios que necessitam ter a sua estrutura para garantir o fluxo da regularização fundiária, dentro da APA e fora da APA. Eu vou passar rapidamente alguns slides, porque são as necessidades, o ponto a ponto dos Municípios, para chegar ao ponto que vocês mais têm interesse: a regularização fundiária é prevista dentro do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Eu li o texto do Plano de Manejo e encontrei uma série de questões muito interessantes: “definir parâmetros da Unidade de Conservação, estimular/atuar junto aos Municípios para promoção da regularização fundiária.” Isso é o que está atualmente no Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Temos aqui (mostra a imagem) algumas ações que a regularização fundiária, as Reurbs que abrangem área de unidade de conservação de uso sustentável seguirão as mesmas regras de confecção de trabalhos técnicos para espaços ambientalmente sensíveis relevantes. A única diferença é que, no caso da unidade de conservação, também será exigida a anuência do órgão gestor da unidade. Então o órgão gestor, nesse caso aqui, que é uma unidade de conservação federal, é o ICMBio, por ser uma APA é o ICMBio. Quero dizer para vocês que quem dá o processo final... o Município, ele tem que fazer o processo de regularização fundiária daquele núcleo urbanístico, ele tem que fazer as análises ambiental, social e urbanística, e, depois que isso tudo passar pelo Município, ele apresenta à APA da Baleia Franca ou ao órgão gestor, que é o ICMBio, que vai dar a anuência, vai dizer se está correto o que está previsto pelo Município, que é a



compensação urbanística, a compensação ambiental, ou se tem que fazer mais uma rua, tem que tirar uma rua, tem que fazer uma área, tem que fazer saneamento básico naquela área, ou tem que cuidar porque uma duna pode ocupar aquela área. Tudo isso é o Município que vai fazer a análise e vai passar para o órgão gestor que é o ICMBio, que vai dar anuência, se está de acordo ou não. De repente, tem que arrumar isso daqui, tem que melhorar essa parte, tem que fazer aquela outra parte. E isso não quer dizer que o ICMBio é o responsável, ou vai ser quem vai dar o título e que vai dar aquela nota de que está regularizado aquele núcleo urbano consolidado e isso é muito importante. Eu fiz uma consulta oficial ao ICMBio e perguntei quantos pedidos de Reurb o ICMBio recebeu da APA da Baleia Franca oficialmente? Foram dois pedidos, um de um articular e outro de uma Prefeitura. Então eu acho que a gente tem que dar esse passo à frente. Quero dizer que me comprometi com duas ações: a primeira eu destinei uma emenda – do Orçamento, da Lei Orçamentária Anual, do mandato – à Unesc, de Criciúma, para auxiliar no processo de construção dos pareceres e também dos estudos, para dar suporte para os Municípios e para o ICMBio com os pedidos da Reurb. Aprovamos também um requerimento na Comissão de Assuntos Municipais para que a Assembleia, junto com os Municípios, encontre caminhos para dar um suporte. Muitas vezes o Município não tem ainda estrutura para fazer Reurb, seja dentro da APA ou seja fora da APA, e precisamos de quê? Precisamos de estrutura. O Prefeito vai precisar de um técnico da área urbanística, vai precisar de um técnico da área ambiental, vai precisar de um técnico da área social, vai precisar de pessoas para fazer análise naqueles territórios, fazer o projeto técnico e conseguir dar resposta, só que isso custa dinheiro. Os Municípios são pequenos, têm pouca arrecadação, não conseguem colocar mais cinco servidores para fazer isso, precisam de um suporte. E nós destinamos [recursos] num trabalho na Comissão de Assuntos Municipais, para conseguirmos, enquanto Deputados, prever emendas e estruturas para que esses Municípios realizem os processos de regularização fundiária. Gente, esse passo vai ser dado, tendo APA na parte terrestre ou não tendo APA na parte terrestre, o processo para regularizar os terrenos, as casas, de vocês é o mesmo. A única etapa a mais, dentro da APA, é a anuência do ICMBio. Então esse processo vai ter que acontecer e, é uma exigência, está acontecendo isso no litoral, em quase todo o Estado. Em Florianópolis não é diferente, não é atingido pela APA, mas olha a dificuldade que se encontra para avançar dentro do processo da Reurb. Então, eu me coloco à disposição junto à Comissão de Meio Ambiente, para auxiliar nesse processo, que é a grande dor de cada um, que é o de garantir a regularização fundiária dos terrenos, das casas, das propriedades que cada um e cada uma têm aqui, sem correr o risco de entramos em barca furada, e no sentido de que é sim possível fazer isso. Teremos que ter uma unidade, uma união de forças. Também me coloco à disposição junto com os colegas da Comissão Parlamentar Especial para avançarmos aos nove Municípios que precisam de um suporte técnico para



implementar a regularização fundiária, a Lei da Reurb federal. Muito obrigado e desculpem-me por me estender no horário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Quero aproveitar para registrar a presença do Vereador de Laguna, Vítor Elíbio Oliveira. Dando continuidade, passo a palavra agora para o Deputado José Milton Scheffer, que é o Relator da Comissão Mista da APA da Baleia Franca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual José Milton Scheffer) – Gente, uma boa-noite a todos e a todas. A comunidade está de parabéns pela presença aqui. Só a presença de vocês já nos traz muita esperança e energia para lutar. Na última reunião que eu participei, há oito anos aqui, talvez um pouco mais, como Deputado, para construir uma escola, o Colégio Campos Verdes, na época estava toda a comunidade da região aqui, resultado que deu certo. Então o primeiro passo é participar, é vir junto, mesmo com um calorzinho, para enfrentar este assunto, porque se nós não enfrentarmos, acabamos sendo administrados por pessoas que, às vezes, não estão aqui, estão em Florianópolis ou estão até em Brasília e acabam tomando decisões que impactam nas nossas vidas. Esse é o meu primeiro cumprimento. Cumprimento também todas as lideranças, os Deputados e os Prefeitos que estão aqui na mesa. Este é um grande desafio e em minha opinião a questão da regularização fundiária do uso das áreas da APA da Baleia Franca é a grande prioridade do desenvolvimento do sul do Estado neste momento. Nós vamos ter que arregaçar as mangas e enfrentar isso. (Palmas.) Eu entrei na vida pública porque gosto de resolver questões, gosto de encontrar caminhos para isso. Não é justo isso. Eu olho outros Municípios, como Laguna e Jaguaruna, com grande potencial, mas com o seu desenvolvimento barrado, travado, não conseguem andar. E aí você anda alguns quilômetros, indo para o norte do Estado, e vê que lá está acontecendo a construção de edifícios de sessenta andares, a 30 metros da beira do mar. É muito diferente, e é no mesmo Estado. [...] Nós precisamos encontrar caminhos. E hoje eu estou encontrando propostas nesta reunião, Deputado Volnei. A legislação proposta aqui pela Deputada Federal Geovania é pertinente e será difícil de enfrentá-la lá dentro do Congresso, assim como na questão da constitucionalidade para fazer, mas o caminho é esse. E nós podemos construir outro caminho também, que é debatendo [como estamos aqui nesta audiência pública]. Quero agradecer e cumprimentar o ICMBio por estar aqui hoje, prestando informações, debatendo e conversando com a comunidade. O ICMBio é um órgão público que pertence aos brasileiros e tem uma função das mais nobres possíveis, que é o de proteger o meio ambiente. E a presença do ICMBio hoje aqui é muito importante, pois enriquece muito o debate. Nós precisamos reavaliar [a situação]. Não vejo outro caminho que não seja a mudança do perímetro da APA da Baleia Franca ou façamos um estudo. É claro que ninguém aqui pretende construir qualquer coisa ou ocupar área de APP já prevista no Código Ambiental. Não é isso que queremos,



nem podemos e nem devemos fazer. Mas também não é justo, eu conheço áreas aqui em Jaguaruna, loteamentos que foram aprovados antes de 2000 e as pessoas têm escritura, Deputado Marquito, e elas não conseguem construir ou ocupar. Mais do que a regularização, que é o nosso objetivo final, mas nós precisamos resolver um caminho anterior, que é o da poligonal, por que ela foi feita ali? E aí o Conselho Gestor pode ser um grande aliado nos ajudando, porque basta alguém mexer em alguma coisa que vários órgãos públicos, do Ministério do Público Federal, várias outras instituições interferem e não deixam o cidadão utilizar aquilo que já é dele de direito, e alguns que a gente não consegue utilizar em função dessa legislação. Eu vim aqui hoje muito mais para ouvir vocês. Então entendo que depois desta audiência vamos elaborar um documento em conjunto com todos os Deputados, vamos procurar novamente o ICMBio e o Ministério Público para encontrar um caminho técnico para que possamos utilizar essas áreas, reduzindo a linha da APA para a beira do mar, como é em outros lugares. Nós vamos respeitar a lei ambiental aqui em Jaguaruna e na Laguna. Por isso, nós precisamos mudar essa linha para que dentro das normas possamos desenvolver essa região e [garantir] qualidade de vida, porque como está hoje, não dá. Por mais que a lei garanta que se possa fazer a regularização fundiária, mas não consegue. Ninguém conseguiu nos últimos dez anos, quinze anos obter uma escritura, e não faltaram pessoas experts no Direito, na Engenharia e nós não conseguimos. Nós precisamos talvez desenvolver uma nova discussão, um novo estudo e mudar essa linha que delimita a APA. Eu não consigo ver, Jorge, como Deputado, outro caminho para resolver o problema de todos. Em alguma área ela vai entrar, não é só aqui, em qualquer lugar, onde tem mangue, onde tem áreas de APP, tem que ser respeitado. Mas onde não tem, vamos ter o mesmo direito do pessoal do Balneário Rincão, de desenvolver, de construir, de tomar posse do nosso patrimônio de direito, respeitando a legislação. Nós vamos elaborar um documento com a palavra de vocês, de todos que aqui estão se manifestando e nós vamos provocar uma nova reunião com o ICMBio, com o Conselho Gestor, com o Ministério Público Federal, para a partir disso, talvez até com a anuência de um novo estudo das universidades para dizer que não é necessário ter um território fora do mar para preservarmos a vida marinha das baleias. Eu também sou engenheiro agrônomo, não sou especialista no mar, mas eu entendo que não são necessários termos 2 quilômetros, 3 quilômetros para dentro do território para poder salvar os animais. Acho que dá para utilizar de maneira sustentável e o caminho nós vamos fazer com a mobilização de vocês aqui, estamos passando para todas as lideranças que estão aqui uma grande responsabilidade. Vamos elaborar um relatório, levar no ICMBio, no Ministério do Meio Ambiente, com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente – o Secretário Estadual do Meio Ambiente, o Emerson, está aqui conosco, bem como o ICMBio. Isto aqui é um colegiado. Temos que ter, agora, a visão para encontrar um caminho e a minha proposta é que através de um novo estudo e conversando com as comunidades possamos mudar a poligonal que



é a linha que delimita a APA. Esse é o caminho. Fora isso nós não vamos resolver o problema de vocês, porque quando resolver com a Prefeitura, o IBAMA ou o ICMBio vão lutar, quando resolver com o ICMBio, o Ministério Público vai questionar, quando resolver com ele, vai ter outro órgão que vai questionar. E assim o tempo vai passando e Jaguaruna e Laguna não se desenvolvem como merecem. Vamos juntos trabalhar para levar essa linha de volta para a beira do mar, pois esse é o caminho certo para preservar os animais e também desenvolver e trazer qualidade de vida para a população. Esta é a minha proposta e eu não vejo outro caminho. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Quero fazer um pedido aos membros da mesa que farão uso da palavra, para que sejam breves, até porque o motivo e a principal liderança aqui hoje é a nossa população. Nós precisamos ouvir vocês, nós queremos ouvir o depoimento da população, daqueles que estão sofrendo, e nós temos percebido que estão sofrendo bastante. Peço desculpas por dar esse recado. Com a palavra o Deputado Estadual Rodrigo Minotto, Vice-Presidente da Comissão Mista da APA da Baleia Franca.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Rodrigo Minotto) – Boa noite pessoal. Eu vou ser breve, um minuto, porque nós estamos aqui para ouvir vocês e buscar a solução para o sofrimento de cada um e aquilo que vocês estão passando nesses últimos meses, nesses últimos anos. pensar que o problema não é o Plano de Manejo. Qual é o problema? Qual é a solução? E nós, enquanto legisladores, seja no âmbito federal, estadual, municipal, temos o dever e a obrigação de poder fazer aquilo que for de melhor para a população. Por isso, Presidente, vossa excelência colocou muito bem, nós estamos aqui é para ouvir vocês e saber qual é a dificuldade real de não poder instalar uma energia, de não poder construir um imóvel, de não poder ter a escritura de uma propriedade. E como fica isso? Onde estão aqueles que têm o dever e a obrigação de ajudar a resolver? Estão aqui, uma parte. Mas que essa parte unida vai fazer a grande diferença na vida de cada um de vocês. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Federal Daniel Freitas.

O SR. DEPUTADO FEDERAL DANIEL FREITAS (SC) – Muito boa-noite a todos vocês. É um prazer poder estar aqui. Gostaria de cumprimentar os nossos Deputados Estaduais; e parabenizar a Assembleia Legislativa por propor esta reunião e a todos vocês que se fazem presentes, a união, verdadeiramente, faz a diferença. Cumprimentar também o Walter Steenbock, do ICMBio. Aqui estão reunidos os Deputados Estaduais, estava a Deputada Geovania, que teve que se ausentar, eu, como Deputado Federal, os membros aqui do secretariado do governo Jorginho Mello, pessoas que se dedicam, com certeza, em fazer a diferença nesse momento que causa



constrangimento, causam dor e insegurança jurídica a cada um de vocês e que o passo está sendo dado, cada um dentro do seu quadrado. Lá na Câmara Federal a Deputada Geovania foi muito feliz, ela se adiantou e protocolou um projeto de lei e também um projeto de decreto legislativo que desde já conta com o meu integral apoio e serei com certeza um grande incentivador não só na bancada de Santa Catarina, Deputados, mas também com os demais Deputados que nós conversamos em Brasília para que essa pauta seja justa, especialmente aqui com o sul de Santa Catarina. Uma coisa é proteger, Prefeito, as baleias e proteger o meio ambiente, outra coisa é punir as pessoas causando tanto estrago, tanta insegurança, que não sabem quando vão ter as suas escrituras ou até mesmo as suas casas demolidas. Portanto, sendo breve aqui, coloco-me inteiramente à disposição para que a gente chegue ao final disso com sucesso, restabelecendo a linha, sim, dentro daquilo que nós consideramos justo com Santa Catarina, especialmente com o nosso sul do Estado, que é prejudicado com essa linha, adentrando as áreas terrestres, prejudicando tantas pessoas. [...] Então, contem comigo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito bem. Com a palavra o Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde de Santa Catarina, Emerson Stein.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO EMERSON STEIN (SC) – Boa noite a todos, estou muito feliz em estar aqui com vocês. Primeiro, parabéns esta Comissão que foi criada na Alesc, enquanto eu estava Deputado por dois anos. Cumprimento o senhor Presidente, nosso colega Deputado Volnei; todos da mesa; o Prefeito; os demais presentes; o senhor Frigo, Secretário da Pesca, que também faz parte do governo Jorginho Mello – eu já quero parabenizar você e o Governador Jorginho Mello por terem entrado com uma ação contra o estabelecimento de cotas para a pesca de arrasto de tainha. Isso não pode acontecer, né, minha gente? Pelo amor de Deus! A pesca de arrasto de tainha artesanal, feita pelos nossos pescadores artesanais, não pode ter cota – nunca teve. Então, parabéns, porque parece que já teremos notícias boas nos próximos dias, pois, aparentemente, estão revendo o assunto. Eu quero trazer a nossa posição como Secretaria do Meio Ambiente e da Economia Verde do Estado de Santa Catarina. Todas as colocações aqui foram perfeitas, principalmente as da nossa Deputada Federal Geovania de Sá, que protocolou o projeto de lei bem como o Projeto de Decreto Legislativo (PDL), no qual pede a revisão do Plano de Manejo da Baleia Franca, mas o mais importante de tudo é a união de vocês no dia de hoje, a demonstração de força do nosso povo. Foi falado que a Reurb pode ser feita dentro do Plano de Manejo, mas que só dois protocolaram até hoje. Algum desses saiu do papel? Não sabemos, e queremos resposta do ICMBio. Inclusive, quero parabenizar o ICMBio por estar aqui conosco. Outro pedido que eu quero fazer ao ICMBio, em nome do governo do Estado – o qual coloca a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) à disposição desta Comissão para estar ao lado da



população de Jaguaruna, de Laguna e de toda a região afetada –, é ara estarmos juntos pela revisão do Plano de Manejo e, principalmente, para a volta da linha preamar onde ela deve ser. Ela não precisa entrar na área do Município, porque todo mundo sabe que não pode construir no meio e sobre as dunas. Todo mundo sabe que não pode construir junto à praia, junto ao mangue, próximo ao lago, todo mundo sabe disso. A fiscalização da Prefeitura existe para isso. Pedimos também o apoio do ICMBio para que o Ministério Público Federal retire todas as ações que existem a respeito do Plano de Manejo e de toda a população dessa região, Deputado Volnei, suspendam essas ações, são mais de cem ações. E quantas casas que hoje não sabemos se amanhã serão derrubadas, se, daqui a [pouco as pessoas vão] perder sua casa, sua construção, que existe há mais de vinte anos, trinta anos, que tem escritura há mais de cinquenta anos... Regularizar o que já está regularizado? Eu nunca vi isso na minha vida e eu fui Prefeito de Porto Belo por dois mandatos. Você ter a sua escritura e não pode construir. Você já está regularizado! Você quer abrir um comércio e não pode ter o alvará porque a fiscalização vem para cima de você. Alguma coisa está errada e precisa ser resolvida! Estamos aqui para isso, através da Comissão da APA da Baleia Franca, para ajudar a resolver. O Governador Jorginho Mello disse: Secretário, vá lá e se coloque à disposição ao lado da população para ajudar a resolver essa situação que está tirando o sono e deixando muitas famílias preocupadas, às vezes até depressivas – porque sabemos que isso vem ocorrendo. A baleia tem que ser preservada, o verde tem que ser preservado, a nossa natureza tem que ser preservada, mas a propriedade de cada um também tem que ser reservada. Por isso o governo do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente e da Economia Verde e a sua equipe ficam à disposição para fazer parte de um grupo de trabalho – que já existe na Secretaria e que estava parado há muito tempo – para buscarmos uma solução junto da [Comissão Mista] da APA da Baleia Franca, Deputado José Milton, que é o que precisamos aqui. Se tudo estivesse resolvido, não precisaríamos estar aqui, não é? Mas nós estamos preocupados e vocês estão muito preocupados. Por isso queremos estar ao lado de vocês, da população, com responsabilidade, mas preservando a propriedade de cada um. Muito obrigado e um forte abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Com a palavra o Secretário de Estado da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, Tiago Bolan Frigo.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO TIAGO BOLAN FRIGO (SC) – Boa noite a todos. Cumprimento o Deputado Volnei, Presidente desta Comissão, em seu nome todas as autoridades da mesa. Serei mais breve do que o Deputado Minotto, que utilizou um minuto aqui, né? O que importa realmente é ouvir vocês. O Governador Jorginho Mello criou, agora, a Secretaria da Aquicultura e Pesca, porque antes não existia uma Secretaria voltada somente para os pescadores e aquicultores em Santa Catarina. Santa Catarina é destaque tanto na



cultura quanto na pesca. Somos os maiores produtores de ostras do Brasil, os maiores produtores de mexilhão, os maiores produtores da alga *Kappaphycus Alvarezii* e somos o quarto maior produtor de tilápia do Brasil. Na pesca somos o destaque nacional, temos a maior frota pesqueira do Brasil e 30% dela está em Santa Catarina. Em Itajaí temos a Capital Nacional da Pesca; temos o maior número de empresas pesqueiras do país; temos o maior número de empregos da pesca; mas temos sofrido muito com restrições do governo federal, como a restrição citada pelo Deputado Emerson com relação à pesca da tainha – na qual o governo federal, por meio do MMA, junto com o Ministério da Pesca, colocou pela primeira vez uma cota para a pesca da tainha artesanal de praia. Isso nunca existiu. Entramos na Justiça, o Procurador-Geral do Estado iniciou uma ação no Supremo Tribunal Federal e eu tenho muita convicção – se não for um julgamento político, porque sabemos como está funcionando o Supremo Tribunal Federal – de que esse item, que impôs a cota de 1.100 toneladas para a pesca artesanal de praia, será derrubado. Nós tivemos uma audiência hoje sobre o assunto e foi sinalizado, inclusive parece que o governo federal já está admitindo que errou e pode voltar atrás, mesmo sem a ação ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Nós temos muita pesca importante aqui, por isso estivemos em outras reuniões acompanhando o Deputado Volnei e a Assembleia Legislativa em Laguna para tratar dessa questão da APA da Baleia Franca, porque os pescadores têm bastante dificuldade com isso. Eu também fiquei na dúvida quanto a esses dois processos citados, Marquito, se eles aconteceram e qual foi a velocidade da anuência da Reurb. Se o ICMBio... Quanto tempo levou? Tens essa informação? (O senhor Deputado Estadual Marquito manifesta-se fora do microfone. Inaudível.) É, porque pode dar entrada e demorar dois anos, aí não adianta, né? Ou pode não responder. Então é importante sabermos se isso está travando esse processo [da Reurb]. Quanto à área da pesca o que temos nessa região do sul é muito importante. Minha família é aqui do sul, minha mãe é de Criciúma, meu pai é de Nova Veneza e estamos sempre no Rincão, nessa área aqui também. É importante essa aproximação com o governo Jorginho Mello, com o Deputado e agora Secretário do Meio Ambiente e da Economia Verde, para levarmos as demandas da região e podermos auxiliar todos os moradores com relação à questão da APA da Baleia Franca. Acreditamos que toda essa temática da pesca, inclusive [a perspectiva] urbanística, deve ser gerida de acordo com o interesse da população, né? São vocês que irão opinar, e o Poder Público está aqui para servir a população e não para atrapalhar, não para criar problema, não para proibir a pesca artesanal da tainha – que não é uma espécie ameaçada de extinção –, não é para criar proibições, sem ter comprovação científica, de que isso vai melhorar alguma coisa na vida da população, ou de que isso vai atrapalhar alguma coisa na Baleia Franca. Estamos à disposição e boa noite a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Informo que esta audiência pública está sendo transmitida



ao vivo pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa. Agradeço a todos que estão acompanhando. Aqueles que tiverem algum familiar que não pôde estar presente e quiserem passar mensagem comunicando que está passando ao vivo no YouTube da Assembleia Legislativa, podem fazê-lo, assim dando oportunidade para que outras pessoas possam acompanhar esta importante audiência pública. Dando continuidade, informo que a lista de presença está passando por este ambiente para que todos possam deixar seu registro, sua assinatura. Isso é muito importante para que possamos registrar a alta adesão popular em nosso documento para fazer com que tenhamos força para pleitear aquilo que tanto queremos que é as mudanças. Muito obrigado. Com a palavra o senhor Laerte Silva dos Santos, Prefeito de Jaguaruna.

O SR. PREFEITO LAERTE SILVA DOS SANTOS (Jaguaruna/SC) – Boa noite a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês. Gostaria de parabenizar o Volnei Weber e a todos os Deputados que estão presentes por essa ação de trazer esse debate, essa discussão para o dia de hoje. Gostaria também de parabenizar a Deputada Geovania de Sá, que é a pioneira e que vem lutando ao longo do tempo para regularizar a situação. Ainda, gostaria de parabenizar, em nome do nosso presidente da Associação de Moradores, senhor Lauro Dias Vilela. Gostaria de agradecer a cada um dos presidentes das associações de moradores que vêm compondo essa luta com todos. Fomos emancipados em 1930 e setenta anos após a nossa emancipação política, foi criada, de fato, a APA da Baleia Franca. Até aí, eu não contesto nada, o que contesto é o zoneamento que foi criado dentro dos perímetros, tanto do Município de Laguna, quanto do Município de Jaguaruna. Hoje, nós temos 33% do nosso Município em que não conseguimos promover viabilidade ambiental ou alvará de construção. Todo o nosso pessoal, a Cris do planejamento, o Tiago do Imaj, sofrem todos os dias com pedidos de viabilidade ambiental e de alvará [de construção], mas acabam levando a culpa, de uma forma ou de outra, ao negar a concessão do documento ao cidadão. Isso porque, mesmo que eles expliquem para as pessoas o porquê e qual o motivo para a negativa do Município, elas nem sempre entendem e o nosso pessoal acaba levando a culpa. Hoje, nós sofremos com essa dificuldade. [...] Como todos estão entrando com a regularização através da Reurb, nós criamos no segundo ano do nosso mandato a Comissão da Reurb. Foi falado e discutido sobre a Reurb que existem dois pedidos de regularização no ICMBio, sendo que um dos pedidos é uma gleba com mais de 140 lotes, que é o Loteamento Chalé, que fica entre o Arroio Corrente e o Balneário Figueirinha, no qual o ICMBio entende que, de fato, há uma cláusula dentro da AGU que não permite regularização em períodos ou localidades de mata atlântica. Por isso, tivemos uma audiência, na semana passada, com o ICMBio, com a Prefeitura, com os Deputados e o próprio Procurador e achei interessantíssimo que criamos dois projetos-piloto: um para a região de Laguna, que seria no Farol de Santa Marta e outro para o Município de Jaguaruna, na localidade de



Campos Verdes. Vamos tentar fazer a regularização sem precisar mudar a cláusula que está dentro da AGU, que, de fato, impede de fazer essa regularização em áreas de mata atlântica. Esse é um desafio a mais que precisamos enfrentar para fazer com que a Reurb ande. Acredito que a solução – tenho falado em todas as reuniões que eu posso e participo – está ali no projeto de lei, na PL que a Deputada protocolou, o qual acredito que vai demorar, pois é algo discutível, sendo que passará pela Câmara Federal, depois pelo Senado e, por fim, para sanção do Presidente. Será uma caminhada árdua. Penso que não será resolvido do dia para a noite, mas pelo menos foi iniciado. Qual seria a forma mais fácil, prática e um pouco mais rápida? Seria a revisão do Plano de Manejo. O Stéphanou mencionou algo importante em sua fala, quando estava apresentando o perímetro da APA da Baleia Franca e ele disse que nas áreas divergentes foram criadas de forma provisória. Se é de forma provisória, então está na hora de discutirmos isso e, entendendo que temos urbanização, conseguimos regularizar e dar dignidade para cada um de vocês. Podem ter certeza absoluta de que quando vocês vão atrás de uma viabilidade ambiental, ou de um alvará de construção, não é o Prefeito Laerte que está negando, nem nossos servidores, mas sim porque estamos impossibilitados. Para vocês terem noção, em Campos Verdes, hoje, se dermos um alvará de construção ou uma viabilidade ambiental, a multa é de R\$ 20 mil no CPF do Prefeito e de dois diretores, tanto o de Imagem, quanto o de Planejamento. Por isso, temos essa dificuldade. Portanto, o dia de hoje é especial para tentarmos encontrar o caminho e solucionarmos essa questão o mais rápido possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Obrigado, Prefeito Laerte, pela contribuição. Com a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, Vereador Mário Goulart Ferreira, conhecido como Mauro.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JAGUARUNA/SC (Vereador Mário Goulart Ferreira – Mauro) – Primeiramente, quero cumprimentar os senhores e as senhoras aqui presentes e parabenizá-los pela maciça participação popular na audiência pública. Cumprimento, em nome de todos, o Deputado Volnei Weber, Presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa e todos os Secretários de Estado que estão aqui e formam a mesa. Quero dizer que o Município de Jaguaruna já sofre há muitos anos com esses embargos ambientais, assim como o Município de Laguna, que sofre muito com isso. Vou contar uma historinha bem rápida, pois a voz de vocês é que deve prevalecer na audiência pública de hoje. Há dois meses um cidadão me convidou para ir à sua casa e compartilhou um pouco da história da vida dele. Ele era um morador de um Município próximo aqui da região, aposentou-se aos 63 anos, veio para Jaguaruna e há sete anos mora aqui. Vendeu tudo o que tinha lá – acreditando que viver à beira da raia seria melhor –, comprou seu terreno, fez sua casa, estabeleceu-se e está vivendo aqui. Porém, há três ou quatro meses



foram até a sua residência e cortaram sua energia [elétrica]. Enquanto ele me contava isso, lágrimas escorriam dos seus olhos. Imaginem um pai de família trabalhar até os 63 anos, se aposentar, ir para uma cidade, comprar legalmente seu terreno, escriturado, e alguns anos depois é tirado o direito dele da propriedade, porque se cortarem a energia, como viver em uma casa usando apenas luz de velas, como viviam há cinquenta anos? É isso que Jaguaruna e o nosso litoral estão passando: insegurança jurídica e prejuízos financeiros. Nós temos empresários aqui, como donos de materiais de construção, mercados e pequenas lojas e no [entanto] não investem em mais nada em Jaguaruna. Para que construir mais em Jaguaruna? Para que comprar um lote em Jaguaruna? Essa é a insegurança que vivemos aqui, Deputados. Por isso, peço a vocês, peço encarecidamente ao governo do Estado e ao governo federal... A Deputada Geovania de Sá que falou muito bem: nós temos sim, que mudar a linha da APA. O Secretário falou muito bem aqui: são várias Ações Cíveis Públicas que existem. Que o Ministério Público Federal retire essas Ações Cíveis Públicas até conseguirmos dar encaminhamento à Reurb, dar o andamento que a APA e que o ICMBio têm que dar, que é a anuência. Eu acho que as pessoas estão inseguras, mas não vão perder as suas casas, porque as pessoas que estão aqui hoje vão lutar para que isso não aconteça. (Palmas.) refeito, quero te agradecer pelos teus últimos encaminhamentos e pelas reuniões. A Câmara de Vereadores está disponível para contribuir com o Paço Municipal. Temos, sim, recursos que podemos destinar – recursos que foram economizados por todos os Vereadores e não apenas pelo Presidente – e parte deles ode ser encaminhados de volta ao Executivo para que seja formada essa comissão permanente. Não quero uma comissão que se reúna de quinze em quinze dias, mas sim uma comissão permanente, que se reúna cinco dias por semana, quarenta horas semanais, para que possamos dar andamento o mais rápido possível para que não aconteça nenhuma demolição de casa em Jaguaruna. Essas são minhas palavras para hoje. Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Finalizada a participação dos membros da mesa, neste momento passamos à fala dos representantes da comunidade. Informamos que ao finalizar a fala do primeiro inscrito, encerraremos as inscrições, pois já temos dezesseis inscritos. E como nos foi questionada a possibilidade de fazer perguntas, vamos abrir o encaminhamento de perguntas por escrito à mesa, mas sem réplica e tréplica, podendo qualquer membro da mesa responder. Com a palavra o senhor Renato de Oliveira, da Associação Surf Praia da Galheta e do Conselho do Desenvolvimento de Laguna.

O SR. RENATO DE OLIVEIRA – Obrigado, Deputado. Saúdo todos os presentes, tanto o público quanto os membros da mesa. Gostaria de falar para vocês sobre justiça, mas sou obrigado a falar sobre injustiça. No ano de 1985, meu pai comprou uma casa na Praia da Galheta, em Laguna. Essa casa pertencia a um senhor – morador do



local – que havia comprado de outro senhor, que por sua vez, havia comprado de uma senhora, e assim por diante. Na época, quando fomos reformar a casa, fui à Prefeitura de Laguna, na Secretaria de planejamento, e lá me informaram que eu deveria procurar a Marinha, pois era ela quem ordenava na área da Praia da Galheta. Fui até a Marinha e paguei uma taxa para reformar a casa – isso no ano de 1985. No ano 2000, foi criada a APA da Baleia Franca. No ano de 2012, recebi uma multa, por estar na área da Baleia Franca, ou seja, eu e minha família estávamos aqui antes da existência da lei. Que injustiça é essa? O que é isso? E logo em seguida, recebi uma ordem de demolição por estar na área da APA da Baleia Franca. Eu estava acompanhando a apresentação do pessoal do ICMBio, estou em uma área divergente, que é possível a Reurb. Mas o que acontece é que a Reurb em Laguna está travada, não sai. Não sei nessa administração, nem nas anteriores. Estou enfrentando um processo em que minha casa pode ser demolida a qualquer momento. Se eu não retirar a minha casa, vou receber uma multa violenta diária. É o que eles mais sabem fazer aqui hoje. Ou seja, eu tenho pouco tempo e talvez não tenha chance, mas vocês têm. Não deixem isso acontecer com vocês, porque é muito triste perder a casa onde você criou teus filhos. Vocês não fazem ideia. Por isso, venho aqui pedir para que vocês, da mesa, lutem por justiça, porque nós precisamos disso. Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Com a palavra o senhor Rodrigo Prux Oliveira, Vereador de Garopaba.

O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX OLIVEIRA (Garopaba/SC) – Boa noite, Jaguaruna; comunidade do Campo Bom; Deputados; Secretários; e Vereadores da mesa. Fico muito contente em ver esta plenária lotada, pois nasci politicamente dentro da Associação de Moradores e sei o que é lutar para acabar com as enchentes na cidade onde eu morava. [...] Minha esposa é professora e ela está aqui me acompanhando. Aí fiquei pensando – tenho certeza de que vocês já pensaram nisso alguma vez e devem concordar comigo – como os professores são desrespeitados hoje em dia... Semana passada encontrei o professor Paulo Horta, por isso eu lembrei disso. O professor Paulo Horta, senhores e senhoras, mostrou-me um mapa com as possibilidades de inundações no nosso litoral catarinense caso o mar avance. Não pude deixar de lembrar – porque eu sofri com enchentes no Rio Grande do Sul – da tragédia que aconteceu no Estado ano passado, deixando milhares de famílias sem casa. E aí eu me lembrei do que acontece quando brincamos com a natureza. Como eu disse, eu sou Vereador de Garopaba, e Garopaba também faz parte da APA, por isso estou aqui como parte interessada. Ouvindo o professor Paulo Horta sobre essas mudanças do clima, eu me dei conta de que talvez a APA possa ser uma ferramenta de proteção se soubermos usá-la, como garantia de que o mar não invada as nossas casas. Fui atrás do que o professor Paulo Horta me falou: ler o Plano de Manejo, entender o



que é APA e APP, porque são palavras parecidas, são três letras, então é fácil de confundir. Daí, eu fiquei pensando: a quem interessa essa confusão de APA com APP? Porque, como já se falou aqui muitas vezes, o fato de sair da APA ou estar na APA, não importa, pois a APP vai continuar existindo. É o que acontece em Florianópolis, que está fora da APA, e as casas são demolidas. Então, a quem interessa distorcer esse assunto? Não aprendi isso com professor nenhum, eu aprendi com a vida: o medo é uma ferramenta poderosíssima e tenho certeza de que muitos de vocês aqui, se não todos e todas, estão com medo hoje de perder o esforço de toda a sua vida para construir a sua casa. Mesmo quem não mora aqui, quem vem veranejar, vem passar o verão e que usou todas as suas riquezas, o dinheiro suado acumulado ao longo da vida para poder construir a sua casinha, está preocupado hoje se vai perdê-la. Venho hoje aqui entender o que está acontecendo, se vocês estão em risco mesmo. E aí, fico mais uma vez me perguntando: a quem interessa? Se não faz diferença estar dentro da APA ou não, qual o motivo para tirar essas regiões da APA, uma vez que, dentro do Plano de Manejo, tem zona e área específicas para essas regiões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Mais trinta segundos para a conclusão.

O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX OLIVEIRA (Garopaba/SC) – Garantindo a possibilidade de Reurb. Finalizando, o que quero dizer para vocês é para que saiam daqui hoje com a última lição que eu aprendi dos professores: busquem conhecimento. Entendam muito bem o que está se passando aqui hoje, com todas as informações possíveis, porque talvez estar dentro da APA, se soubermos usar isso – como bem falou o Deputado Marquito – como ferramenta da Reurb, seja a solução para que vocês tenham suas moradias regularizadas e a garantia de que vocês não serão retirados daqui. Boa luta, companheirada! Boa luta, povo de Campo Bom! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Com a palavra o residente do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo de Criciúma, senhor Jorge Godinho.

O SR. JORGE GODINHO – Em nome do Deputado Volnei, saúdo toda a mesa, em especial o meu amigo Minotto. Em nome da Deputada Geovania, saúdo todas as mulheres presentes, em especial a minha esposa, que está me acompanhando nesta noite. O que eu quero falar, e gostaria que os Deputados tomassem como um ponto de partida, é que a nossa região – eu sou da região do Torneiro – é turística, com vários comércios, restaurantes, padarias, supermercados, pousadas e assim por diante. Então, nós temos em torno de mil trabalhadores nessa região. E com esse projeto, corre o risco desse trabalhador, dessas pessoas que precisam desse trabalho, dessas empresas, desses empreendedores que colocaram a sua pousada ali, o seu restaurante, a sua lanchonete, o seu trabalho no período de verão na praia, perderem essa oportunidade.



Para onde vai isso? Então, eu acho que é fácil resolver, pois estamos aqui com praticamente todo o secretariado de governo e com o Secretário, que disse que o governo do Estado vai apoiar esse projeto. Então, eu não vejo nenhuma impossibilidade de apoiar. Está aqui a entidade que criou essa barreira para nós, moradores, que temos uma residência ali e que querem também resolver. E eu acho que é fácil, porque o que foi criado foi em cima de um papel, e o papel podemos reescrever a hora que for. É [necessário] ter unidade e vontade de fazer, além de lembrar que, em 2026, tem eleição para Deputado, tem eleição para Governador, e nós temos que pensar realmente em quem votar. Se estivermos com esse pessoal que vai nos dar a possibilidade de garantir a nossa propriedade, temos que apoiar esse pessoal. Quero parabenizar o Marquito, pois ele realmente destacou o ponto positivo, que foi o que ele explicou, mas acho que não temos outra forma. O Prefeito também disse que não consegue dar um passo adiante, mas a população pode forçar para que isso aconteça e todo o colegiado de Deputados também apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Mais trinta segundos para a conclusão.

O SR. JORGE GODINHO – Eu vou concluir. Então, a minha proposta para aquela comunidade é a seguinte: que sejam retiradas aquelas ações que [impedem] as pessoas de fazer a ligação de água e luz, porque tem muitas famílias vivendo de rabicho, e isso é complicado. Enquanto não encontrarmos uma solução, que pelo menos elas possam ligar a luz e a água novamente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Com a palavra a senhora do Conselho Comunitário de Ibiraquera, Sandra Costa. (Pausa.) Na ausência, com a palavra o presidente da Associação de Moradores de Campo Bom, senhor Lauro Vilela.

O SR. LAURO VILELA – Obrigado e boa noite a todos da mesa. É uma satisfação muito grande recebê-los em nossa comunidade. Eu acredito ser a primeira vez que isso ocorre com tantas autoridades aqui, né, Prefeito? Mas a gente fica feliz com isso e com o povo que nos acompanha nessa luta, que é muito grande. A nossa solicitação é que realmente se tenha a solução, conforme foi dito por um dos Deputados. Outra alternativa é que, se o Deputado Marquito disse que a Reurb é a solução, tem que sair para frente. Se for preciso fazer o recuo da linha, que também é interessante e precisamos, que se faça imediatamente. Nós não podemos ver. Quem está presente aqui e participou de alguma reunião para aprovar a APA erga a mão. (Pouquíssimas pessoas da plenária levantaram a mão.) ara aprovar a APA? Quem aprovou a APA, erga a mão, por favor. (Ninguém da plenária levantou a mão.) Veja, Deputado, ninguém aprovou. As pessoas não são crianças, elas tinham idade suficiente para participar das audiências e aprovar a criação da APA e a tal linha vermelha, Walter, que tanto é falada. Nós estamos desesperados, senhores Deputados, como vamos conseguir viver...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Mais trinta segundos para a conclusão.

O SR. LAURO VILELA – ...na incerteza? Famílias, idosos, crianças especiais, com autismo, que é o meu caso. Nós não dormimos, eu estou perdendo quilos, a minha esposa não está bem, o meu filho já está desesperado, porque nós não sabemos se vamos chegar hoje e amanhã a Celesc vem cortar a energia. Isso está acontecendo na realidade. Tem um monte de gente que está com medo. Para quem está aqui: vamos entrar com o pedido de Reurb, a Prefeitura vai acolher e vamos desenvolver isso com a ajuda dos Deputados e das autoridades, do Secretário do Meio Ambiente e do Secretário da Pesca. Nós precisamos da ajuda, e que todos acreditem que por hora a Reurb é uma solução para nós – nos Campos Verdes. Ao ICMBio eu peço apoio, que nos ajude, por favor! Não é possível que não percam o sono, como o Mauro falou. São crianças especiais, autistas, doente, pessoas idosas. Isso é um monte. São mais de trezentos pedidos de corte de energia. O que vai acontecer? É uma demolição indireta. Ajude-nos, por favor! E muito obrigado, meu povo do Campo Bom, e aos que vieram de longe... (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Dando sequência, com a palavra a senhora Maria Aparecida dos Santos, da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi)

A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS – Boa noite. Eu quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Volnei que já esteve em nossa comunidade, pelo esforço que vem fazendo. Hoje eu não poderia deixar – o nosso presidente da Associação também vai fazer uma fala, o Eliseu – de fazer também a minha fala aqui nesta audiência, Deputado e todos os componentes da mesa. Nós estamos com um trabalho muito difícil, porque foi criado dentro da nossa região por uma instituição da qual eu tenho conhecimento, mas não conhecimento total. Walter, nós já fomos a várias reuniões juntos, né, e você me conhece do trabalho da pesca, mas faltou diálogo com a APA da Baleia Franca e a comunidade. Para a construção, faltou o diálogo, Deputado. E foi inserido o que queriam inserir e por isso hoje temos todas essas dúvidas. Há muitas dúvidas, porque quando não é feito de forma clara, o objetivo dentro das comunidades tradicionais gera dúvidas, Deputado, as quais precisam ser clareadas, muito clareadas. [...] Eu quero dizer para vocês que estou trabalhando no projeto da Reurb dentro das comunidades da Ilha. Meu sonho é regularizar toda a nossa região. E nós estamos com uma grande dificuldade dentro da região da Ilha, no Município de Laguna, no Cabo de Santa Marta. Nós temos vários pescadores das comunidades tradicionais, moradores que não conseguem acesso à energia. E aí eu pergunto: para vocês é mais importante não dar uma autorização de energia para os moradores e deixar que eles fiquem com rabichos? Eles são obrigados, eles têm uma casa com crianças,



têm vida, e aí o teu vizinho vai deixar você no escuro? Então, o que é mais favorável: deixar as pessoas da região — e falo da região da Ilha, porque tenho conhecimento — usando rabicho e podendo acontecer a morte de alguém a qualquer momento ou dar uma autorização e permitir que a energia ou a água sejam ligadas? A Reurb precisa avançar – eu mesma, Deputado, já estou com mais de mil processos da Reurb – e não vejo avanço. E aí eles estão perguntando: Cida, já faz três anos. Então, peço encarecidamente que vocês lutem por isso. Eu agradeço o espaço e quero dizer aqui que não podemos nos calar. Vamos pedir, Deputado, uma reunião desta na nossa região também, para ouvir quem não pôde vir hoje aqui, peço a vocês, encarecidamente. Muito obrigada a todos e vamos continuar na luta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Com a palavra o senhor Claudemir Souza dos Santos, ex-Prefeito de Jaguaruna.

O SR. CLAUDEMIR SOUZA DOS SANTOS – Boa noite, pessoal. Quero cumprimentar o nosso Deputado Estadual Volnei Weber e, ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar também os demais membros desta mesa, e dizer que nós temos que agradecer a quem está ao nosso lado. Por isso, na visão que os Deputados tiveram, nós queremos agradecer com uma salva de palmas ao Volnei e a todos os Deputados por essa boa intenção (palmas). Agora, só de boa intenção não vivemos. Vejo esse assunto com muita preocupação, senhores Deputados, Prefeito e nosso Presidente da Câmara, e acho que devemos atuar em três frentes: primeiro, precisamos agir enquanto tramita essa discussão para suspender os cortes de energia, porque acima de tudo, enquanto tramitar toda essa polêmica, o pessoal não pode ficar sem energia, principalmente. Então, isso é fundamental. Outra questão é que não adianta somente revisar o Plano de Manejo. As farsas foram muito bem feitas e temos que trabalhar muito firme para a remarcação da APA da Baleia Franca - a área de abrangência -, porque somente revisar o Plano de Manejo não adianta, nós temos que lutar pela remarcação. Agora, a minha fala fica clara quando vejo aqui o nosso presidente do Comitê da Bacia do Rio Tubarão, o Woimer, e dizer a ele que queremos, sim, preservar o meio ambiente, mas queremos um crescimento sustentável. Até parece, Deputado Volnei, que nós vivemos em outro país: na região de Balneário Camboriú, vale tudo; em Itapema, vale tudo (palmas), e aqui o povo humilde não tem o direito e a vez para discutir. Quando eu estive na Prefeitura, Prefeito Laerte, não tinha nem energia elétrica na Figueirinha. Disseram que se o lixo fosse recolhido, o refeito seria preso. Comecei a recolher o lixo e hoje está lá uma praia muito bela. Então, são desafios, e aquela proposta do Mauro, nosso presidente, de formar, junto com a Prefeitura, a comissão permanente, temos que colocar a inteligência para funcionar. A Prefeitura tem que se equipar, a Câmara tem que se equipar e essa comissão permanente tem que lutar por todos nós. Agradeço muito os líderes comunitários aqui, na pessoa do seu



Lauro, da Dilma, do Conseg, enfim, o povo tem que estar presente, minha gente. Eu sempre fui um defensor da luta comunitária, está aqui o Loro que me conhece muito bem e que já foi Vice-Prefeito também, onde o povo não participa, onde o povo não entende, o povo fica sem conhecimento e não obedece. O povo só obedece quando participa. Se não houver audiências públicas, e aqui eu falo para o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Mais trinta segundos para a conclusão.

O SR. CLAUDEMIR SOUZA DOS SANTOS – Se não houver audiências públicas com a participação popular o povo não entende. Então, só para finalizar, vejo aqui o Albertino Ramos, do Camacho. Sempre que lutávamos pela Barra do Camacho, reuníamos primeiro os pescadores. Então, temos que envolver quem está precisando, temos que envolver o povo, pois sem o povo nada anda. Estamos juntos nessa empreitada. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Dando sequência, com a palavra a senhora Keila Flor Vieira, moradora de Imbituba e presidente da Associação Comunitária de Ibiraquera.

A SRA. KEILA FLOR VIEIRA – Olá, pessoal, boa noite. Hoje estou como presidente do Conselho Comunitário de Ibiraquera, uma entidade que, há trinta anos, vem trabalhando na defesa dos direitos coletivos. Gostaria, então, de dizer que entendemos, compreendemos e nos solidarizamos com o sentimento da comunidade e do povo de Jaguaruna. Digo a vocês que busquem a verdade - busquem os seus direitos. É muito importante que, antes de qualquer coisa, vocês conheçam a verdade. E faço uma pergunta bem direta aos Deputados que estão compondo a mesa: há previsão de realização de audiências públicas como está em outras comunidades? Embora respeitando e entendendo o posicionamento da comunidade de Jaguaruna, que vive uma situação muito específica, outras comunidades que fazem parte do território da APA da Baleia Franca - como é o nosso caso - entendem que a área terrestre da APA da Baleia Franca é, sim, importante para gerir os recursos naturais do território, principalmente dos territórios ambientalmente frágeis, que são importantes, sim, para a nossa saúde e para o futuro, para o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Deixo, então, esta pergunta para vocês responderem: foi dito aqui que o projeto para retirar a parte terrestre da APA da Baleia Franca seria levado adiante, mas, antes disso, vocês, que também representam não só a comunidade de Jaguaruna, mas também outras comunidades, ouvirão essas outras comunidades? Muito obrigada e boa noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Quanto à pergunta da Keila, nós, da Comissão Mista, estamos tratando desse assunto dentro da Assembleia Legislativa. Vamos avaliar, estudar e,



se houver necessidade, vamos, sim, com certeza, abrir essa oportunidade. Mas, antes de tudo, estaremos estudando. Com a palavra o senhor Eliseu da Silva, presidente da União das Associações dos Pescadores da Ilha (Uapi).

O SR. ELISEU DA SILVA – Boa noite a todos. Quero parabenizar a mesa e gostaria de perguntar ao senhor do ICMBio: olhe quantos cabelos brancos temos aqui. Até quando essas pessoas vão estar vivas? Meu pai já se foi. Olhem para a nossa cidade e regularizem as nossas casas. Hoje eu tenho um filho, trabalhei a minha vida para dar um terreno para ele e não consigo construir. O que vocês querem? É a mudança da APA, não é, povo? Ou querem mudança como em Camboriú (palmas)? Ou nós não somos melhores que Camboriú, o povo de Laguna e povo de Jaguaruna? Ou nós somos diferentes? Ou somos de outro Estado? Não! Quem está fazendo tudo isso aqui é a APA da Baleia Franca. Queremos a mudança na área como falou aqui o pessoal da Galheta. Olhem a tristeza e o abandono que está a Praia da Galheta! Aquilo lá é bonito, mas as pessoas estão chorando. Trabalharam. Quantos anos tem aquela praia, povo? Quantos anos tem aquilo lá? Quantos empregos tem? Hoje, quantas casas já foram derrubadas e quantas estão para ser tiradas? Eu tenho um rancho lá, moro na escuridão. Vou trabalhar na escuridão com luzinha de bateria e não consigo botar uma luz. Parece que estou vivendo na era das cavernas! O que é isso, gente? Temos que mudar ou não temos que mudar essa lei? Que país é este? A baleia não incomoda ninguém, não, povo! A baleia vem, volta e não nos incomoda. Ninguém incomoda ela, está no lugar onde Deus colocou e ela vem e volta e não incomoda ninguém. O problema somos nós que estamos aqui! Vejam quantos cabelos brancos! Deputado, peço por ajuda, por ajuda, encarecidamente, porque senão vamos todos morrer na praia. E quanta luz será cortada, quantas casas vão ser derrubadas? E o nosso suor que corre não tem valor? O nosso suor não tem valor? Vamos convidar o ICMBio para ir lá na nossa comunidade comprar um terreno para ver se consegue construir (palmas). Eu convido vocês a comprarem um terreno lá para ver se vocês conseguem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Mais trinta segundos para a conclusão.

O SR. ELISEU DA SILVA – Nós somos seres humanos, Deputado, pelo amor de Deus. Nosso Governador, ajude a nossa população do sul, ajude, pelo amor de Deus. Chega, nós já estamos sofrendo com a tainha, mais a Baleia Franca nos trancando, o que é isso? Onde vamos parar? (Palmas.) [...]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Chamo agora para fazer uso da palavra o senhor Claudemir de Oliveira, residente da Associação dos Moradores do Balneário Figueirinha.



O SR. CLAUDEMIR DE OLIVEIRA – Boa noite, senhoras e senhores; boa noite à mesa; um boa-noite especial à nossa Deputada Geovania de Sá pelo pontapé inicial. Venho aqui, em nome do Balneário Figueirinha, encarecidamente clamar aos senhores por um olhar especial para o nosso caso, que é a revisão do Plano de Manejo da Baleia Franca. Como presidente, é difícil para mim, hoje, escutar vários e vários moradores que vão à nossa sede dizer que vão desligar ou que já desligaram suas casas. Nós só pedimos a vocês uma atenção especial para que possamos viver tranquilos, em paz. Tendo paz, o resto nós resolvemos. Não estamos tendo paz nas nossas moradias do Balneário. Agradeço à mesa e aos senhores. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Com a palavra o senhor Leandro Fernandes, engenheiro agrônomo de Treze de Maio.

O SR. LEANDRO FERNANDES – Boa noite a todas e a todos. Eu queria fazer uma pergunta para os representantes do ICMBio aqui. Trabalho há vinte anos nesta região com crédito rural e, curiosamente, nos últimos dois anos, principalmente no último ano, percebemos muita preocupação dos pescadores e agricultores. Inclusive tivemos recusas de agricultores querendo acessar o Pronaf aqui na região, com medo dessa confusão toda gerada em torno da APA da Baleia Franca. Então, eu queria perguntar a eles se existe alguma restrição recente à aplicação de política pública aqui no território por conta dessa polêmica. Segunda pergunta: vamos supor que o PL da Deputada que falou aqui anteriormente tenha sucesso e seja extinta a APA da Baleia Franca. Os moradores vão ter salvo-conduto para sair regularizando tranquilamente, sem problema nenhum? Não vai mais ter o problema da Baleia Franca? Então, vamos supor que o PL dê certo e a extinga, vai ter sucesso na regularizar? E uma terceira colocação, que é uma proposta aqui para a mesa: sei que os Deputados Federais falaram aqui que possuem fartos recursos, em torno de R\$ 50 milhões cada Deputado. Que tal botar um pouco desse recurso para a Prefeitura de Jaguaruna estruturar o setor da Reurb, para facilitar a regularização e, também, para fazer as devidas compensações ambientais. Eu trabalho também com licenciamento ambiental, e uma ferramenta que se usa muito nesse processo é a compensação para regularizar outras áreas. Então, que tal os Deputados colocarem um pouco desses recursos fartos na regularização desses territórios, fazendo as devidas compensações ambientais? Tenho certeza que o próprio Ministério Público veria com outros olhos todos esses processos se houvesse uma boa vontade de colocar recursos no Município de Jaguaruna para poder regularizar essa situação. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Com a palavra o senhor Mário Mayer, morador de Jaguaruna. (Pausa.) Na ausência, com a palavra a senhora Eliana Mayer, moradora de Jaguaruna. (Pausa.) Na ausência, com a palavra o senhor Eduardo



Di Primio, morador de Jaguaruna. (Pausa.) Na ausência, com a palavra o senhor Ademar Espírito Santo, do Conselho Executivo da APA da Baleia Franca, de Naufragados.

O SR. ADEMAR ESPÍRITO SANTO – Então, em nome do comitê executivo nós queremos cumprimentar com uma boa-noite todo o povo e, cumprimentando o povo, nós cumprimentamos, também, as autoridades que compõem a mesa. Em 2005 comecei a fazer parte do Conselho da APA da Baleia Franca e, paralelamente, nós tínhamos um problema que perdura até os dias atuais com o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que também é Unidade de Conservação, só que estadual. Foram várias reuniões realizadas, desde Garopaba até Palhoça, onde o arque do Tabuleiro se compõe. Foi nesse íterim que acabei conhecendo, em busca de soluções para a comunidade de Naufragados, todo o início da construção dessa Unidade de Conservação. Em 2005 eu me tornei membro da Associação de Moradores da Praia de Naufragados e hoje estou como secretário eleito do comitê executivo. Quero concluir, porque daqui a pouco terei apenas trinta segundos e quero ir para o desfecho. Essa luta da comunidade é muito interessante. Quando eu olho para o rosto de cada um aqui, que são participantes da cultura e da bandeira do Divino – talvez alguns de nós aqui do litoral ainda balbuciem a Novena latinizada –, [vejo que] com o fechamento estamos perdendo nossas raízes e parece que um tanto de autoridades não se preocupa com isso. Quero também dizer que em Naufragados um tanto de casas foi derrubada, inclusive a minha, no entanto um empresário de Criciúma ganhou. É estranho. E esse movimento também foi feito pela Assembleia Legislativa. A Lei 14.661, de 2009, recategoriza, mas as comunidades continuam à mercê do direito. Era para ser diferente, porque não é APA federal, não é APA da Baleia Franca. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Finalizadas as inscrições, passo a palavra ao representante do ICMBio para que possa responder uma pergunta que foi formulada.

O SR. WALTER STEENBOCK – Pessoal, tivemos várias colocações, temos pouco tempo, e é importante demais esse nosso pouco tempo para que possamos priorizar a fala de vocês, mas teve algumas colocações que são muito importantes apontarmos, não é? De início, pessoal, percebo pelas várias falas, a começar pela fala da Deputada Federal Geovania, pode parecer que não, mas todos nós aqui temos interesses muito próximos. As nossas posições podem ser diferentes, mas todos nós que estamos aqui estamos preocupados com o desenvolvimento sustentável, com a alimentação, com a saúde e com o teto. As formas de enxergar podem ser diferentes e isso gera posições diferentes. Essa era a primeira questão. A segunda questão é que pode parecer que o ICMBio ou a APA da Baleia Franca são os grandes responsáveis pela não regularização ou pela não possibilidade de ligação ou religação de luz. No entanto, é muito importante, como trouxe aqui o nosso colega Rodrigo Oliveira,



entendermos os vários processos e os vários órgãos: qual é o papel do ICMBio? Do Ministério Público Federal? Do Ministério Público Estadual? Da AGU? Dos Planos Diretores? Pois sem isso fica muito fácil, mas é ruim, dizermos que o problema é a APA ou o ICMBio, porque, aí, a comunidade direciona os seus esforços para, por exemplo, dizer que tem que acabar com a APA e, como muito bem trouxe um colega aqui, o agrônomo Leandro: e se acabar a APA hoje, vai dar para regularizar? Eu faço essa pergunta para os colegas Deputados e para toda a comunidade, para que haja essa reflexão. Pensem sobre isso a partir do que existe na legislação ambiental e nas outras legislações. Em minha opinião acabar com a APA não vai dar diferença, talvez haja uma diferença mínima ou nem haja diferença na situação de regularização, porque existe o Código Florestal; a Lei da Mata Atlântica; o Plano Diretor e uma série de coisas. Então é preciso estabelecermos as nossas posições com base no conhecimento do que faz cada órgão, do que é a legislação ambiental e de organização urbana, não é? Nós temos aqui pelo menos três falas: a do Mazinho, que acabou de falar; do Rodrigo Oliveira; e da Keila, que puxam para uma necessidade de maior discussão, inclusive em outras regiões. Como trouxe a Cida, por vezes há falta de participação. Então, a minha proposta, Deputados, que é muito importante, é fundamental, ara não repetirmos situações em que não há participação, é que esse tipo de discussão realmente aconteça em todas as áreas. Em Ibraquera, por exemplo, eles estão defendendo a necessidade da APA por uma série de motivos que precisamos entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Mais trinta segundos para a conclusão.

O SR. WALTER STEENBOCK – Só para dar exemplo disso que eu estou falando, pessoal, a Reurb é possível. Dentro da APA, ela tem uma fase a mais, como trouxe muito bem o Marquito, que é essa anuência da APA, mas chegaram só dois estudos para isso. Como é que essas duas propostas evoluíram? Uma não chegou a ter estudo e a outra tem estudo, que é a de Laguna. Existe a necessidade de articularmos a continuidade do processo da Reurb a partir de uma junção com a AGU e o Ministério Público Federal, porque existe hoje uma posição da Advocacia-Geral da União sobre uma certa limitação em mata atlântica para aplicação da Reurb. [...] Nós, como ICMBio, somos órgãos executores e não podemos ir contra um posicionamento da AGU, mas é preciso fazer o que foi feito semana passada, Prefeito. O Prefeito, a Deputada, a equipe técnica do ICMBio e o Ministério Público Federal estavam juntos semana passada. Nós precisamos criar possibilidades a partir, inclusive, de uma demanda da própria AGU, porque, senão estaríamos infringindo a nossa condição de órgão executor. Entretanto, tem que partir da AGU, como partiu, junto com a articulação de outras instituições, a necessidade de pensarmos em alternativas para que haja uma adequação desse parecer. Então, é fundamental esse caminho



parece-me que, de novo, estamos com interesses parecidos...
(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito obrigado. Dando sequência, gostaria de dizer que nós estamos aqui hoje – a Assembleia Legislativa que promove este encontro – para termos os depoimentos dos nossos moradores, do cidadão do sul do Estado, como ferramentas para convencer e conscientizarmos que nós precisamos de ajuda, e que nós precisamos da conscientização daqueles que fazem a legislação federal [para] que mudem essa história. Mudaram lá atrás, fazendo, no meu ponto de vista, uma grande injustiça, [então], que mudem para os patamares iniciais, porque temos como respeitar, sim, o nosso meio ambiente, com toda a legislação já vigente, e não precisamos de APA. (Palmas.) Nós estamos aqui hoje de uma forma muito respeitosa, com respeito total a todas as lideranças e autoridades. Eu fico muito feliz pela forma pacífica que debatemos este assunto aqui nesta noite. O ICMBio, que representa o órgão federal, que tanto é taxado como o grande vilão dessa história, como bem falaram aqui, não podemos [taxá-los], porque tem uma legislação que nos rege. Então, que possamos trabalhar fortemente (falha na gravação) comida, muita bebida. E aqui nós não temos churrasco, não temos comida, não temos jantar, não temos bebida. E por que temos este salão cheio hoje? Porque temos um povo sofrendo, e o povo quando sofre sai de casa para procurar remédio, procurar solução, procurar uma receita que possa mudar a sua vida para melhor. E eu me sensibilizo com isso e quero acreditar que cada Deputado, cada liderança, cada membro, cada representante do governo, o próprio ICMBio também esteja sentindo isso. O Deputado Marquito tem dito: Deputado Volnei, não fale isso. Mas o meu coração pede para falar. O Deputado não fala isso porque é contra, ele fala isso porque, de repente, podem entender que nós estamos aqui nos ofendendo. Nós não estamos ofendendo o órgão federal, o colega Deputado, nem liderança alguma. Eu digo que se lá fora tem a Faixa de Gaza, onde estão matando as pessoas com bombas e tem um grande sofrimento, aqui também tem um grande sofrimento. A nossa “Faixa de Gaza” está aqui no nosso litoral, onde as pessoas não têm sossego (palmas), onde as pessoas estão morrendo com depressão de forma silenciosa. Então, que possamos nos unir com um único propósito, sensibilizar as autoridades, sensibilizar o governo federal, o próprio ICMBio, que tem que ser uma ferramenta, [com] lideranças para que nos ajudem a encontrar o ponto de equilíbrio, porque tenho dito que não precisa de APA para protegermos o nosso meio ambiente. Falaram aqui que existem as áreas de APPs, que são as Áreas de Preservação Permanente. Quando eu pergunto para alguns: o que é uma APA? Muitos não sabem responder. APA é Área de Preservação Ambiental, neste caso para proteger a Baleia Franca, esse é o nome que foi dado. Muitos pensam que APA é a barbatana da baleia. Então não é problema, que bom que veio essa proteção que ajuda os nossos pescadores, porque não tem a pesca de arrastão. Temos que proteger a baleia para vir aqui fazer o seu berço, para ganhar o seu



filhote e amamentar. Que não tenham embarcações grandiosas, com alta velocidade, que não tenha jet ski, que nós não espantemos elas daqui e que elas possam continuar tendo aqui o seu ponto de espetáculo, isso fortalece o nosso turismo. E elas continuam sempre vindo em áreas [fortemente] urbanizadas há muito tempo. Mas, o que nós não podemos permitir, quando se diz aqui – e eu tenho que contrariar a fala do nosso colega do ICMBio, e eu entendo que ele não fez isso de uma forma desrespeitosa – que a Reurb resolve. Não, somente a Reurb não resolve, se nós não mudarmos a linha da faixa da APA, porque nós temos loteamentos consolidados. Isso é um empreendimento autorizado antes de 2020, antes de 2018, antes de 2000. Não se consegue mais instalar uma propriedade, mas o lote está ali. Se tem lote é porque tem um projeto, se tem um projeto é porque foi autorizado, se foi autorizado é porque tem licença ambiental. E se é lote, é para ser edificado, e muitos aqui têm lotes com condições de edificar, mas não conseguem, porque na Prefeitura, Prefeito, não consegue autorização para edificar. Por quê? Porque está dentro da APA. Essa é uma grande injustiça instalada pela lei, e pela lei devemos trazer justiça de volta. Contem comigo e acredito que com todos os membros aqui para fazermos com que isso mude. Eu vou fazer algumas perguntas e quero que vocês respondam. O formato atual da APA da Baleia Franca prejudica o desenvolvimento das cidades da nossa região? Sim ou não? (A plenária, de maneira uníssona, responde: “Sim!”) O Plano de Manejo da APA da Baleia Franca deve ser revisado? (A plenária, de maneira uníssona, responde: “Sim!”) Além do meio ambiente, a APA da Baleia Franca deve respeitar as comunidades e também as histórias dos moradores e empreendedores da nossa região? (A plenária, de maneira uníssona, responde: “Sim!”) Então convido todos para, em coro, repetir: revisão, já! (A plenária, de maneira uníssona, fala: “Revisão, já! Revisão, já! Revisão, já!”) Esse é o clamor da sociedade. E como bem falei, não tem carne, não tem cerveja, não tem nada. Se eles estão aqui, o que tem é sofrimento e ansiedade, o que tem aqui é insegurança e desconforto (palmas), e tem muitas pessoas que já foram orque são debilitadas, alguns deles na deficiência já da sua saúde, mas que gostariam de estar aqui até agora, e muitos estão nos ouvindo e não conseguiram acompanhar esta reunião porque estão impossibilitados. Vale lembrar que na nossa região são mais de cinquenta mil famílias que estão nesse sofrimento, e destas, milhares estão na iminência do corte de energia, da demolição e de não poderem construir suas casas em terreno legalizado. E lá atrás não tinha a fiscalização, o rigor e o controle, não tinha regulamentação e as pessoas construíam sua história e as suas casas, e agora estão aí nesse sofrimento. Peço desculpas, mas este é o meu sentimento, é o meu desabafo como representante do povo catarinense. (Palmas.) Confeccionaremos uma ata com as manifestações colhidas aqui na noite de hoje, que será entregue aos órgãos federais envolvidos. Marcaremos uma viagem a Brasília com os membros da Comissão Mista, os integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense e, desde já, estendemos este convite a todos que puderem nos acompanhar. O



nosso objetivo é realizar uma reunião com o Ministério do Meio Ambiente e com o ICMBio, na qual apelaremos para que ouçam o clamor uníssono da nossa gente, que pede com urgência a revisão e as alterações necessárias no Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Revisar a APA não é abrir mão da proteção ambiental, é fazer justiça social. É reconhecer que preservar o meio ambiente também passa por garantir condições dignas de moradia, infraestrutura e desenvolvimento econômico para as comunidades que vivem ali há gerações, e com diálogo, com atualização técnica e com sensibilidade social é plenamente possível redefinir os limites da APA de forma mais justa, equilibrada e eficaz. Como tenho dito, o desenvolvimento sustentável só é verdadeiro quando inclui as pessoas. E nenhuma política ambiental será legítima se continuar ignorando a história de luta de quem construiu sua vida com honestidade, coragem e trabalho. Quero aqui deixar o meu agradecimento a todos os envolvidos neste evento, à comunidade que cedeu o espaço e pela participação de todos vocês. Agradeço a equipe de apoio da Assembleia Legislativa, que nos bastidores sempre prepara tudo com muito zelo e nos deu a condição de realizarmos esta importante audiência pública, a minha assessoria e a todas as autoridades que nos confiam missões importantes como esta. O Deputado Marquito, como membro da nossa Comissão Mista, quer fazer uma resposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Só quero reforçar a proposta de realizarmos outras audiências em outras comunidades. Foi solicitado aqui por meio da comunidade de Ibiraquera, e acredito também que em Laguna os moradores tenham esse mesmo desejo. Eu queria pedir o encaminhamento para que realizemos outras audiências destas, acatando o pedido da comunidade de Ibiraquera e de Laguna, que foi colocado também. Queria fazer essa solicitação oficialmente como encaminhamento da nossa audiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Muito bem, Deputado Marquito, então na semana que vem vamos convocar uma reunião ordinária para tratar desse assunto e deliberar a possibilidade dessas audiências públicas. Mais uma vez deixo os meus agradecimentos a todos e quero dizer da importância da união da nossa gente, pois só assim somos mais fortes. E tenho certeza que esse documento encaminhado aos órgãos competentes irá contribuir, e muito, para nós encontrarmos os resultados positivos [...]

1.2 – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

Foi apresentado o RCC/0090/2025 de autoria do Deputado Marquito, requerendo a realização de audiência pública para discutir o tema a ser realizada no



Município de Imbituba, o qual foi aprovado na reunião desta Comissão Mista do dia 15 de abril de 2025.

Em 2 de junho de 2025, às 18h, no Município de Imbituba, foi realizada Audiência Pública, promovida pela Comissão Mista, de cuja Ata transcrevo os debates:

[...]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) – Boa noite. Muito obrigado ao mestre de cerimônias. Primeiramente, boa noite a todos que aqui se encontram, os que estão presentes e os que nos acompanham pelo YouTube da Assembleia Legislativa. Dando seguimento à nossa audiência, quero saudar o meu colega, Deputado Marquito, assim como todos os membros que compõem esta mesa. E já justifico, Deputado Marquito, porque houve cobrança aqui de Presidentes de Câmaras de Municípios que participam diretamente desta questão da APA da Baleia Franca, tanto de Jaguaruna, quanto de Laguna e de Imbituba, as três regiões que se entendem as mais prejudicadas pela forma como foi instalado o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca, que os Vereadores terão a oportunidade de falar em suas inscrições. Esta audiência pública, a qual presido neste momento, foi proposição do Deputado Marquito, que preferiu que agora fossem feitas as falas das pessoas que compõem a mesa já nominada e não a fala das lideranças políticas. Essa é uma decisão dele, mas os Vereadores e as lideranças terão a oportunidade de falar. Só para deixar isso bem claro e não criar nenhuma indisposição, não é isso o que queremos. Nós queremos fazer um trabalho de forma pacífica e bastante educada aqui, fazendo com que se possa dar oportunidade a todos os envolvidos neste grande processo de revisão do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca e buscar o equilíbrio. Já tivemos uma audiência no Município de Jaguaruna, na comunidade de Campo Bom; temos outra acontecendo neste momento e, da mesma forma, também já fui procurado por representantes do Município de Laguna, aos quais eu me coloquei à disposição para propor uma audiência pública em Laguna. Sabemos que a Comissão Mista tem um prazo, que já foi prorrogado para se dar a oportunidade de realizar esta audiência de hoje, caso contrário não estaríamos aqui. Então, de maneira muito tranquila e em acordo, o Deputado Marquito solicitou esta audiência pública e nós acatamos o requerimento de prorrogação para termos a oportunidade de realizá-la hoje. Como já fomos cobrados por Laguna, que também entende que deve ser beneficiada com uma audiência pública na sua região para que a sua comunidade, para que o seu público possa fazer parte de maneira mais expressiva da discussão, já deixo aqui que vou propor, por meio de um requerimento na Assembleia, que possamos manter, ou dar



continuidade a esta Comissão, ou encerrá-la e abrir outra com os mesmos membros, fazendo com que todos possam dar seu depoimento e ter a sua participação, uma vez que é um assunto bastante complexo, principalmente para aqueles que vivem nessa região e que sentem uma grande insegurança. Quero deixar bem claro que fui o proponente da Comissão Mista, porque fui procurado por algumas pessoas, mas entendo que a Assembleia Legislativa, sendo a maior Casa representativa de Santa Catarina, tem que participar desse processo, uma vez que somos muito cobrados quanto a isso. Então esse debate está acontecendo e entendemos que quem vive diretamente a questão, quem mora no local, quem está no local, quem tem suas atividades, quem tem sua residência e quem ali vive há muitos anos, de forma regular ou não, mas está estabelecido ali, sente uma grande insegurança. Por isso entendemos, sim, que é preciso essa oportunidade. Também quero deixar bem claro, antes de tudo, que aqui ninguém é contra a APA da Baleia Franca. Ninguém é contra! Nós queremos, sim, preservar. Temos a questão do meio ambiente e temos que agir com responsabilidade (vaidades). Aprendi uma coisa com os meus pais, aliás, duas: a trabalhar e, de berço, a respeitar. Então, se nós tivermos o respeito mantido aqui dentro, vamos ter uma bela reunião (palmas e vaidades da plenária). Vimos aqui para dialogar, coletar depoimentos, dar oportunidade de vez e voz a todos os envolvidos. Então, peço encarecidamente que possamos mostrar nossa inteligência perante muitos que estão sofrendo e que, de forma muito humilde, estão aqui para participar desta importantíssima reunião. Vamos dar continuidade. Peço a todos que desejam fazer uso da palavra que se inscrevam com os assessores da Comissão, o Alessandro e a Lívia, preferencialmente como representante de entidade. Cada manifestação terá o tempo de até dois minutos, prorrogado por mais um minuto, que será controlado pela assessoria. Então, com dois minutos encerra, corta o som, e, automaticamente, o Deputado Marquito, que estará conduzindo os trabalhos, dará a oportunidade de mais um minuto para que possa encerrar a fala. Aos integrantes da mesa, peço que usem o máximo de três minutos e quem tiver apresentação, que utilize seu tempo de forma objetiva, em respeito a todos que vieram de longe, outros nem tanto, para que possamos encerrar a nossa audiência pública dentro do horário previsto. Neste momento passo a palavra ao Deputado Marquito, que conduzirá os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito Obrigado. Boa noite pessoal. Boa noite a todos e a todas que estão aqui nesta audiência pública. Inicialmente quero agradecer a Alesc por toda a estrutura disponibilizada; o Cerimonial, que fez a inscrição e conseguiu garantir este espaço para fazermos a audiência pública; o Deputado Volnei Weber, somos integrantes da Comissão Mista da APA da Baleia Franca e já estendemos o seu prazo uma vez. A ideia é que esta Comissão Mista contribua e colabore com a realização de uma Área de Proteção Ambiental que cumpra a sua finalidade original, mas, mais do que isso, que compreendamos que é preciso



que todas as partes sentem e achem um caminho comum. Esse é o nosso objetivo aqui. Quero, antes de mais nada, dizer que também presido a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa, e o tema que nos é muito importante e caro é o do funcionamento do Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), principalmente o que conduz o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Esses são instrumentos fundamentais e todos garantem a participação social e a presença da população dentro dessas áreas. Portanto, é nosso objetivo, enquanto Assembleia Legislativa, garantir o amplo debate, garantir as posições, sejam elas convergentes ou divergentes, e garantir, principalmente, que encaminhamentos concretos sejam tirados desta audiência. 4Sabemos que a APA é uma unidade de conservação federal, porém, é tarefa nossa, enquanto Legisladores estaduais, colaborar com a comunidade e, principalmente, construir convergências para que deixe de ser usado o argumento dos problemas da APA como argumentos políticos e de outros interesses. Queremos que as questões que não foram resolvidas até hoje sejam resolvidas e que encontremos nesse lugar tão importante que é a APA da Baleia Franca, e que já traz resultados, um lugar de convergências neste momento. Então, quero pedir a atenção e o apoio de todos e de todas para sairmos daqui com encaminhamentos concretos nesta noite. Deputado Volnei Weber, quero só fazer um apurado. Fizemos uma primeira audiência pública lá no Loteamento Campo Bom, em Jaguaruna, e alguns de vocês participaram, uma comunidade na qual todos e todas tiveram voz e participação garantidas. Para esta audiência já temos vinte inscritos para falar e depois das vinte falas, nós abriremos para mais algumas inscrições. O nosso objetivo aqui é ouvir, falar, discutir e, principalmente, sair com encaminhamentos concretos. Eu peço a colaboração e o apoio de todos e de todas para essa questão. Nós temos uma mesa composta por autoridades, todos que estão aqui representam alguma entidade; ninguém está aqui se autorrepresentando. Por trás de cada um e de cada uma que vai falar tem a representação da sua entidade ou do órgão ao qual representa. Esta audiência foi marcada com um objetivo bem concreto: discutir o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca, a importância da APA da Baleia Franca e como dirimir as crises e os conflitos existentes hoje, levantados durante algum tempo. Quero dizer que antes de vir para esta audiência pública eu conversei com o ICMBio, com o Ministério do Meio Ambiente, com a Advocacia-Geral da União (AGU), Deputado Volnei, conversei muito com a Chefe da Procuradora Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente, a doutora Mariana Barbosa Cirne, que veio aqui fazer uma reunião com as lideranças locais. Há, sim, espaço para encontrar a valorização, o fortalecimento da APA da Baleia Franca, mas também encontrar soluções para o que está sendo colocado como problemas. Quem se utiliza de problemas para obter visibilidade, com certeza está fazendo um ato muito errôneo, porque está colocando muitas vidas em risco nesse processo. Quero dizer que na conversa com a doutora Mariana ela colocou muito claramente que hoje temos, sim, instrumentos dentro da APA da Baleia Franca para garantir aqueles



problemas que estão sendo levantados. Primeiro, ela deixou bem claro que nenhuma das ações demolitórias, nenhuma das ações para não ligar energia elétrica ou qualquer outra coisa foi movida pela APA da Baleia Franca. E não é por conta das poligonais ou das linhas que compõem a APA da Baleia Franca que foram geradas e promovidas essas ações judiciais. Todas elas foram resultado de ocupação de Área de Preservação Permanente (APP), que é muito diferente de uma Área de Proteção Ambiental (APA). (Palmas efusivas da plenária.) [...] A AGU, em contato com vários órgãos, sabe que é possível, sim, a aplicação do instrumento da lei federal de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) dentro da APA. Primeiro, porque está previsto no Plano de Manejo da APA da Baleia Franca; segundo, porque existem diretrizes urbanísticas, ambientais e sociais para a aplicação da Reurb dentro de Áreas de Proteção Ambiental, dentro de unidades de conservação de uso sustentável, que é a categoria da APA da Baleia Franca; terceiro, não se aplica ainda porque é preciso criar diretrizes e critérios ambientais, urbanísticos e sociais. Eu quero dizer que destinei uma emenda à Unesc para auxiliar o Conselho da APA da Baleia Franca no sentido de construir os critérios ambientais, sociais e urbanísticos para a aplicação, sim, da Lei da Reurb. Nós vamos trabalhar esse tema aqui e, mais do que isso, nós precisamos garantir que esses pontos, que hoje são críticos, sejam convergentes para que avancemos nesse processo. Por fim, Deputado Volnei Weber, quero falar da importância da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Está colocada em números a sua importância para a garantia de uma espécie que, em extinção, consegue aqui um ambiente tranquilo para a sua procriação e que já trouxe resultados pelo número de animais que cresceram após a criação dessa unidade de conservação. Em segundo, por ser a principal unidade de conservação costeira do Brasil com uso sustentável, com capacidade de poder ter várias atividades econômicas convergentes e, mais do que isso, por entender que temos ambientes ecossistêmicos sensíveis, dunas, restingas, áreas alagadas, complexos lagunares aqui e assim por diante, que podem e já estão aplicando outros modelos de desenvolvimento econômico que trazem renda, trabalho e desenvolvimento para essa região a partir de critérios, os quais precisamos entender que a humanidade nos exige. Eu tenho a certeza absoluta de que cada um e cada uma que tiverem esse sentimento de avançar na área da APA da Baleia Franca, garantindo-a como uma unidade de conservação, certamente vai ter um futuro possível para os próximos trinta anos, quarenta anos, cinquenta anos, e sairemos daqui com encaminhamentos muito concretos. Esse é o objetivo pelo qual a unidade de conservação foi criada. Eu quero fazer essa introdução e agradecer muito a cada um e a cada uma de vocês que está aqui, e pedir, com todo o carinho, com todo o respeito, que saiamos daqui com encaminhamentos concretos, respeitando cada um que falar aqui. Vamos ter posições divergentes, é assim mesmo. Quem está na política, quem está na vida comunitária, quem está na luta comunitária sabe que sempre vamos ter momentos de diálogo, de olhar para os divergentes e conseguir achar a convergência. Eu vou



dar início às falas e vou pedir, inicialmente, que os convidados comecem a se manifestar. Conforme o Deputado Volnei Weber falou, nós temos três minutos de fala para cada um dos representantes e quem tiver apresentação, vamos garantir que a apresentação não fique em risco a partir da fala. Assim sendo, com a palavra o senhor gerente regional da 5ª Região Sul do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Walter Steenbock. (Palmas.)

O SR. WALTER STEENBOCK – Obrigado, Deputado Marquito. Cumprimentando o Deputado Marquito, o Deputado Volnei Weber, todos os demais colegas da mesa, os gestores públicos que estão presentes aqui e, especialmente, os moradores, os pescadores artesanais, os agricultores familiares e os empreendedores de todos os tipos, de todas as áreas. Eu sou gerente regional do Instituto Chico Mendes, trabalhamos com 41 unidades de conservação no Sul do Brasil, dentre elas a APA da Baleia Franca – temos dezenas de APAs no Brasil de uma maneira geral. Eu queria, nesta breve fala, chamar a atenção para o fato de que APA é uma unidade de conservação de uso sustentável que permite pesca, que permite agricultura, que permite estrada, que permite praça de pedágio, que permite aeroporto, que permite porto e que permite empreendimentos. Não é um parque nacional, não é uma estação ecológica. Essa é a primeira questão que quero trazer e isso é amplamente fácil de perceber. A legislação está aí, tem uma série de documentos mostrando. Outra coisa que quero chamar a atenção é para o que vem sendo colocado: se a APA é da baleia-franca, por que tem parte terrestre? O decreto de criação da APA envolveu a proteção de áreas para a reprodução da APA da Baleia Franca, mas também de áreas terrestres para o ordenamento desse uso em parte terrestre, justamente em função da sensibilidade ambiental existente, conforme trouxe o Deputado Marquito. O nome das unidades de conservação, pessoal, é um nome característico, típico. Por exemplo, temos o Parque Nacional do Iguaçu, que não são só as cataratas do Iguaçu, é um parque de 179 mil hectares. Temos o Parque Nacional de Guaricana, no Paraná, que é uma espécie de palmeira, mas não tem só Guaricana nesse parque, existe uma série de outras plantas e de outros bichos. Então, a APA da Baleia Franca tem o nome baleia-franca, mas envolve uma série de atributos. Isso é importante deixarmos claro. Outra coisa que é importante deixar claro é que as APAs visam justamente o desenvolvimento sustentável a partir de pactos sociais e de planejamentos coletivos. Isso amedronta muita gente, não só aqui, em outras APAs do Brasil também, porque permite um processo mais autogestionário, com valorização da participação social e com valorização da cidadania. Nós temos o Conselho da APA que funciona há décadas, e funciona bem, que tem suas participações sempre em rotação. Existe um processo democrático no qual são discutidos vários aspectos relacionados ao uso sustentável dessa região. Todos estão convidados e todas estão convidadas a participar dessas reuniões do Conselho da APA; estão convidados a participar como conselheiros nos processos de eleição;



e a se candidatarem como tal. Mas valeria muito a pena participar de alguma reunião e perceber como é feito o processo de discussão, o que se discute ali e quem está presente. Dentro das atribuições de uma unidade de conservação existe o Plano de Manejo. O Plano de Manejo da APA, por mais que muitos coloquem que não foi participativo, envolveu mais de quarenta oficinas setoriais com diferentes grupos, desde empresários, pescadores, agricultores, pessoal do turismo, Prefeituras, e gerou um mapeamento que envolve zonas e normas. E isso, obviamente, precisa ser absorvido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais um minuto, por favor, para concluir.

O SR. WALTER STEENBOCK – É óbvio que o Plano de Manejo é dinâmico, mas é importante ressaltar que é uma construção participativa que gerou uma série de resultados e que está se implementando. Então, vamos vê-lo com cuidado, para além de mera crítica. E só para terminar a minha fala, pessoal, como trouxe o Deputado Marquito, quero dizer que estamos completamente abertos aos processos de regularização urbana. Temos clareza de que existem diferenciações que precisam ser cuidadas, pois construções em APP são muito diferentes do que são em uma APA – as APPs não vão deixar de existir se a APA deixar de existir. Como última fala aqui, pessoal, quero dizer que ouço muito a comparação de que se não fosse a APA, aqui estaria igual a Balneário Camboriú. Lembremos que Balneário Camboriú tem pouquíssimas incorporadoras, que são externas e que constroem aqueles prédios todos. Existe um problema relacionado à verticalização, existe um problema associado à exclusão social, ao saneamento, não tem mais quase nenhum rancho de pesca, não tem mais agricultura familiar. Então, cuidemos. Quem está interessado nesse processo de negligenciar a própria APA da Baleia Franca, que tem o seu trabalho realizado há 25 anos, e como podemos construir realmente o desenvolvimento sustentável a partir da existência da APA, com os pactos sociais e com a construção de uma integração com a sociedade, com os seus múltiplos setores? Defendemos a APA... (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Walter. Eu quero dizer que estou na situação mais terrível desta audiência, que é coordená-la. É muito ruim uma audiência pública com o tempo limitado, mas é impossível não limitar o tempo. Estamos aqui e precisamos limitar o tempo, porque senão vamos sair daqui amanhã. Não seria ruim, mas todo mundo precisa voltar para casa, todos têm suas coisas e precisamos sair daqui com os encaminhamentos concretos. Walter, muito obrigado pela explicação. É sempre importante reforçar e trazer o histórico. Eu vou, agora, passar a palavra para a doutora Renata Elisandra de Araújo, Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal de Santa Catarina, neste ato representando o senhor Advogado-Geral da União (AGU), doutor Jorge Araújo Messias.



A SRA. PROCURADORA RENATA ELISANDRA DE ARAÚJO – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento os integrantes da mesa, na pessoa do Deputado Marquito; todos que estão aqui nesta noite de segunda-feira, dispostos a discutir o território da APA. Eu estou aqui como representante da Advocacia-Geral da União, representando o Ministro Jorge Araújo Messias, e venho na condição de representante da AGU como instituição responsável pela assessoria jurídica e pela representação judicial do ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente e defensora da preservação do meio ambiente como bem constitucional previsto no artigo 225, da Constituição. A nossa função aqui também é dar segurança jurídica aos debates e proporcionar tanto a discussão, como a coleta das proposições de todas as partes e os encaminhamentos jurídicos previstos para a discussão e a decisão em Brasília. Eu agradeço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, doutora Renata. Gente, como é um salão grande e o som, às vezes, não chega, vou pedir a atenção de todo mundo para nos concentrarmos e não atrapalharmos a fala de quem está aqui. Vamos tentar garantir que todos consigam ouvir. Com a palavra a senhora diretora de Regularização Fundiária do Estado de Santa Catarina, Natalia Mendes Folster.

A SRA. NATALIA MENDES FOLSTER – Boa noite. Gostaria de cumprimentar o Deputado Volnei Weber, o Deputado Marquito, todos os presentes à mesa, os presentes aqui fisicamente e os que estão nos acompanhando pelo YouTube. Agradeço o convite para expor, Marquito. Eu vou fazer uma correção, não sou diretora pelo Estado, mas, sim, pelo IBRF, que é o Instituto Nacional de Regularização Fundiária. Estou aqui hoje para dirimir as dúvidas quanto à Reurb e gostaria de relatar que nós já estamos em tratativas com o ICMBio desde 2019 para tentar a anuência nos processos de regularização fundiária. Então, já temos aí um percurso de prazo de mais de seis anos em buscar essa anuência, em busca de tentar essa interlocução e encontrar um denominador comum. Se não fosse essa dificuldade, nós não teríamos chegado até a AGU, que está aqui hoje representando o Ministro Jorge Araújo Messias. Prova da dificuldade que estamos enfrentando no órgão gestor que, agora sim, com a equipe técnica que se criou dentro do ICMBio, creio que esses processos vão ser dados em sequência em conjunto com a parceria da AGU, com o acompanhamento do ICMBio e da Presidência; e da nossa última reunião em Tubarão com o acompanhamento do Ministério Público Federal. Gostaria de deixar claro que nós entendemos que o problema não é a APA da Baleia Franca, são as ocupações que estão inseridas em Área de Preservação Permanente, sim, mas são áreas passíveis de regularização, inclusive de manutenção. No entanto, nós ainda estamos enfrentando essa resistência nos processos de regularização e, nesse ínterim, essas pessoas que já estavam lá antes da criação da APA – nós estamos falando de núcleos que já foram aprovados



desde 1960, 1970 – estão agora passando por essa problemática de serem mantidos em suas edificações já existentes. O que estamos fazendo aqui, hoje, é encontrar um equilíbrio entre a preservação, sim, do meio ambiente, a preservação da APA da Baleia Franca, que é o intuito, o objetivo principal da APA, que traz em seu Plano de Manejo, sim, a preservação da baleia-franca e é o que também defendemos. No entanto, tem que haver um equilíbrio. Precisa ser feita uma readequação, sim, mas que mantenha a preservação da baleia e que haja também essa conciliação social com as pessoas já existentes, inseridas no Município de Laguna, inseridas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais um minuto para concluir.

A SRA. RENATA ELISANDRA DE ARAÚJO – Vou concluir. Inseridas nesses núcleos existentes, principalmente nos Municípios de Laguna e de Jaguaruna, que estão com essa problemática. Agradeço novamente a oportunidade. É importantíssima esta audiência pública e renovo o pedido dos Deputados para mantermos essa boa convivência a fim de encontrarmos um denominador comum. Um abraço e muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Senhoras e senhores, convidamos para fazer parte da mesa o excelentíssimo senhor Prefeito de Imbituba, Michell Nunes (Peninha). (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Quero agradecer e citar a presença do Prefeito de Jaguaruna. Não queremos ser indelicados, mas como a casa é de Imbituba, chamamos o Prefeito de Imbituba para estar na mesa. Lá em Jaguaruna o Prefeito de lá esteve conosco, não é, Deputado Volnei Weber, que foi a audiência que o Deputado convocou. Então, como eu convoquei esta audiência pública, quero só dizer que não é uma indelicadeza, mas, sim, para contribuir com a composição da mesa. Com a palavra o senhor professor de Geografia do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Garopaba, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria e integrante do grupo de pesquisa Pangea (Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água), João Henrique Quoos.

O SR. JOÃO HENRIQUE QUOOS – Boa noite a todos. Boa noite à mesa, às autoridades. Eu sou professor de Geografia do Instituto Federal de Santa Catarina, no qual buscamos formar profissionais para atuar no território, dentro da área ambiental e dentro do turismo. É do nosso interesse a nossa participação dentro do Conselho da APA quanto à questão da educação, e também participar das audiências para poder esclarecer com informações relevantes quanto



ao espaço, quanto à questão geográfica. (Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.) O que está em debate em relação à legislação que envolve o território da APA é o seu limite. Então, eu começo apresentando para vocês a localização do limite da APA da Baleia Franca dentro do Estado de Santa Catarina. Eu quero destacar para vocês o que está em discussão, que são áreas, como vocês podem ver (aponta para a imagem), uma enorme área ocupando o território de Laguna e também uma enorme área dentro do Município de Jaguaruna, e aqui temos representantes do Município. E outros pequenos territórios, outras áreas menores, como em Garopaba, em Imbituba e no norte de Laguna, e muitas vezes, ao ver a informação por meio desta ilustração, não se entende por que o limite da APA envolve todo esse território. Conforme o representante do ICMBio já comentou, a baleia-franca não é só a cereja do bolo, a necessidade de conservação nesse espaço, mas também existem outros elementos da paisagem que estão dentro desse território. Aqui em cima (aponta para a imagem) o mesmo espaço, só que podendo ser visível em cima de uma imagem de satélite, na qual temos várias enseadas e depois uma praia mais contínua, que envolve Laguna, Jaguaruna e Balneário Rincão. Este é um território no qual a diversidade é muito grande, a diversidade paisagística, a diversidade de relevo. Eu não preciso explicar todos os mapas, só coloquei aqui para mostrar que existem vários elementos dentro dessa unidade. Há um sistema complexo de dunas, e isso aqui ajuda na justificativa de ter englobado essas partes territoriais. Vocês podem ver a presença maior de campos de dunas ao sul e também uma complexidade geológica de elementos na paisagem. E aí eu quero pegar alguns detalhes desse território para vocês, porque muitas vezes quem é de Garopaba e de Imbituba não conhece como é o Município de Jaguaruna ou os Municípios mais ao sul dentro da APA, e é importante o pessoal daqui, da nossa região, conhecer esse território. Vocês podem observar que é um território formado por dunas, mas, como já foi falado pela representante do Estado aqui, da Regularização Fundiária, é um território em que as pessoas já vivem antes da instituição da APA da Baleia Franca, então, é necessário reconhecer essas informações. Aqui, tenho uma fotografia (mostra imagem) da comunidade da praia de Campo Bom, onde há várias residências, vários endereços, normalmente são residências de veraneio, a pessoa investiu boa parte do seu capital ou da sua vida para ter acesso a esse tipo de residência, trabalha a vida inteira, e ao se aposentar compra uma moradia no litoral, assim como todos nós que vivemos no litoral temos o anseio de ter acesso a esse tipo de situação. E essas são pessoas atingidas pela unidade de conservação, mas, ao mesmo tempo, são pessoas que buscam conservar a natureza. Se vocês observarem, eles vivem próximo da região das dunas, não há edificações elevadas. Acredito que isso seja de interesse da própria comunidade em conservar o seu próprio espaço e a sua natureza. E se vocês procurarem informações na Internet, verão que a região da praia de Campo Bom fica na frente da Laje da Jagua, que hoje é destaque internacional e pertence ao território da APA da Baleia Franca para o turismo. Isso mostra o



potencial da região para o turismo. Ao mesmo tempo, como foi mostrado na imagem de satélite, esta é uma região formada por vários campos de dunas, e aí é que entram os conflitos nas questões ambientais. Duna e restinga são elementos conservados pela legislação ambiental, que está a par da APA, mas é óbvio que a APA tem a sua responsabilidade no território, necessita conhecer o território, legislar sobre o território e, inclusive, poder discutir, porque às vezes é questionado como é pensado esse território. Nessa situação (aponta para a imagem) podemos ver um campo de dunas muito próximo de uma área de loteamento. Isso é no Município de Jaguaruna. Do ponto de vista patrimonial, do patrimônio na ideia da geografia, não é só o patrimônio do bolso, o valor financeiro, mas existe o patrimônio de herança da natureza, aquilo que queremos conservar e manter a todos. Esses sistemas de dunas não são dunas que recebem a areia para poder se manter mais do que o próprio campo de dunas. Toda vez em que vamos barrar esse campo de dunas, impedimos o desenvolvimento dela e a extinção dela. Viver na planície costeira envolve ter a escassez de alguns recursos, como acesso à água. Não há um rio de onde você pode capturar água, é necessário capturar de um lençol freático. Então, as comunidades que vivem lá têm ciência disso e têm preocupação em relação ao seu tratamento de esgoto e ao acesso à água. Embora, muitas vezes, quem investe num lugar desses e não é da comunidade, não é local, acaba não conhecendo. É importante passar essas informações muitas vezes quando atraem um investidor. Eu cito aqui um trabalho que foi feito pela CPRN, que é uma companhia de pesquisa de recursos minerais ligada ao governo federal na qual, no final dos anos 1990, mapeou o território e reconheceu como um lugar de grande valor de diversidade geológica e paisagística. Para quem conhece o território, basta ir lá ver para vocês verem o quanto é importante esse espaço. Mas, aproveitando o gancho com a questão das dunas e da restinga, nós temos que reconhecer que existem outras leis além da unidade de conservação, a qual a unidade de conservação ajuda a pensar a conservação do território e dessas paisagens. Existem também as legislações que vão proteger o espaço através de leis ambientais. Temos, por exemplo, o Código Florestal, que define o que são as APPs, e aí tem alguns exemplos aqui de APPs, restinga e dunas. Então, mesmo não havendo a unidade de conservação, esse espaço já é protegido por lei. [...] Bom, mostrando agora outros espaços que são um pouco maior. Acaba também ocupando um território maior dentro ainda do continente, da unidade de conservação. Temos aqui (aponta para a imagem), por exemplo, em Garopaba do Sul, um dos maiores sítios arqueológicos de sambaquis do mundo, é o maior sítio de sambaqui do Brasil, que é o Garopaba do Sul, o qual está numa complexidade de paisagem de ambiente que tem um valor muito importante na questão arqueológica, mas também para o turismo. Então cabe para nós, como instituição federal, formar nossos alunos para levar turistas para lá, conhecer esse território, reconhecer esse valor. E também cabe à APA buscar proteger esse espaço pela sua complexidade de dunas e pelo seu sítio, porque ali (aponta para a



imagem) é um sambaqui, essa elevação aqui no território. E aí que entram os conflitos, não é? Se vocês observarem nessa imagem, (aponta para a imagem), eu tenho uma imagem de 2009 e uma imagem de 2021. E, no entorno do sítio arqueológico, há um crescimento urbano de moradias. Pelo tempo é possível perceber que não são pessoas que moraram antes da implementação da unidade de conservação. Então, é óbvio que se a gente implementa gestão de um espaço o qual não está dentro de uma APP, isso pode fazer com que as pessoas pensem que estão sendo prejudicadas pela unidade de conservação. Mas temos que reconhecer que a unidade de conservação busca trazer esse local, esse sítio arqueológico e toda essa paisagem e dar destaque para poder deixar isso como memória para o futuro. E como é isso? Esse é um sítio arqueológico de cinco mil anos de história (aponta para a imagem). Então, dentro da ciência é muito importante se conservar esses espaços. Já retiramos muito material dali no passado. Aqui, outra paisagem do próprio sítio (aponta para a imagem). E são vários sítios arqueológicos, tem sítios ceramistas, sítios de sambaqui. O patrimônio arqueológico é enorme na região sul de Santa Catarina e principalmente nesse território sul da APA. Indo mais ao centro do limite da APA, e agora vocês podem observar que engloba um enorme espaço que muitas vezes as pessoas não conseguem compreender o porquê desse espaço dentro da APA. Nós temos ali o que vamos chamar de promontório, que é essa área elevada aqui do cabo de Santa Marta (aponta para a imagem), o qual tem um valor histórico, arqueológico e arquitetônico para Santa Catarina e que são valores que vão além da questão somente ambiental e que estão presentes dentro da APA também. Eu estou acelerando pessoal, porque são uma série de figuras. Eu só quero ilustrar para vocês. Logo adiante temos outro promontório que tem um complexo de dunas com sítios arqueológicos, formações geológicas, rochas, que é a praia da Galheta, que por sinal é um lugar muito bonito. Se vocês não conhecem, convidaria a conhecer. Aí esse trecho (aponta para a imagem), a praia do Gravatá até a Barra de Laguna, que envolve a APA, só que no Município de Laguna essa área urbana e o porto de pesca não está dentro da APA. E aí eu aproveito essa imagem (aponta para a imagem). Essa imagem é do ICMBio, para falar um pouco da complexidade desse espaço e porque esse espaço está presente. Nesta ilustração (aponta para a imagem) não se consegue ver todos os detalhes, mas aqui vem o rio Tubarão, que desce da serra por vários afluentes, pega uma bacia enorme no Complexo Lagunar e vem a desaguar aqui no oceano. Essa complexidade dessa paisagem que envolve o rio, os sistemas, que vamos chamar de sistema de delta, que é quando o rio não tem velocidade para levar água direto para o oceano, faz curvas e vai entrando em contato com a lagoa. É uma área de extrema importância para a conservação ambiental também e para a necessidade de preservarmos isso, não só pelas leis que existem de legislação ambiental, mas, sim, pela questão paisagística e até pelo valor histórico. Esse espaço no passado, antes da dragagem do rio Tubarão, que foi um processo para evitar as enchentes no Município



de Tubarão, era formado por várias curvas e vamos ver aqui meandros. Aqui no sistema de delta, onde vocês forem ver, existem vestígios dos depósitos costeiros. O que seria isso? No passado, cada recuo que o oceano ia fazendo, ia deixando informações paleontológicas para entendermos como foi o passado histórico do planeta, inclusive poder pensar o futuro do planeta. E uma curiosidade que sempre gosto de comentar com os alunos é que quando o Garibaldi vai fazer a invasão de Laguna, porque isso é importante para conhecermos a nossa história, ele conheceu muito bem essa natureza, esses elementos e foi entre esses meandros que ele chega a Laguna. Ele não vem pelo oceano, vai a Garopaba do Sul, pega os canais e chega a Laguna. Indo mais ao norte, no limite da APA. O limite da APA é sempre esse amarelinho aqui (aponta para a imagem), pegando oceano e continente. Aí é retirado o Porto aqui de Imbituba. Mas em Imbituba temos uma área enorme aqui, que pega as dunas da Ribanceira. Nas dunas da Ribanceira temos uma frequência – quem é de Imbituba sabe – é o ponto que mais tem a avistagem de baleia por terra no território. Então isso é elemento de pesquisa para entender o porquê isso ocorre. Também tem a conexão de sistema de laguna, da Lagoa da Ibiraquera, que é uma laguna que se conecta com o oceano. Aqui é a mesma área com o limite da APA. E agora o que eu tenho aqui? Esse fragmento está ampliado. Isso aqui (aponta para a imagem) é o corpo de uma baleia. Então, há a presença da baleia também nesses espaços. Na verdade, nessa imagem há vários registros de baleias. Esse é um trabalho de uma pesquisadora daqui de Imbituba, no qual eu pude colaborar com ela. E este território aqui, também em Imbituba (mostra imagem), que é a saída da Barra da Lagoa da Ibiraquera, tem valor turístico, não só o valor ambiental, tem a conexão com a lagoa, tem a questão da pesca, que outros podem falar melhor do que eu. Inclusive, a gestão da abertura mecânica da lagoa precisa de apoio da unidade de conservação, porque são vários interessados. E, seguindo ainda para Garopaba, o que temos são também outros elementos, que são elementos paisagísticos, que muitas vezes não vão ser atendidos pela legislação ambiental, mas tem um valor muito importante para o território. Por exemplo: aqui o Saco das Cobras, o topo do morro pertence à APA da Baleia Franca e também parte da lagoa ali, a Lagoa da Encantada. Quem conhece essas lagoas sabe que são lagoas rasas onde o peixe vem se desenvolver, também estão conectados à unidade de conservação. Aqui outra praia em Garopaba, a praia da Silveira (aponta para a imagem). E aí, para conectar essas informações do valor paisagístico e patrimonial desses elementos, que precisam ser conservados por todos os Municípios, precisamos entender também quem está nesse território. Em Jaguaruna, no total de endereços - endereços é cada residência com endereço. Então, pode-se estar falando de um lugar que pode ter vinte pessoas ou duas pessoas. Essa é uma informação técnica a qual tabulamos para apresentar aqui para vocês. O Município de Jaguaruna, que tem toda aquela diversidade de sistemas de dunas, de lagoa e de sítio arqueológico, também tem 65% dos seus endereços dentro de Jaguaruna. Eu listei aqui os principais: Laguna



e Balneário Rincão, mas Jaguaruna e Laguna falei antes aqui e também falei de Imbituba e Garopaba. E aí, hoje, no atual zoneamento do Plano de Manejo, essa também é a proporção dentro das zonas de uso divergente e zonas de uso restrito (mostra imagem). Mas aí tem uma informação importante, está bem, pessoal? O território tem endereços, residências, casas, não é? Mas também tem um uso sazonal. As pessoas investiram... lembram do início da minha fala em que falei para vocês da história que investiram recursos da sua vida para ter uma casa na praia, não são de lá, muitas vezes, se aposentaram e foram viver naquele espaço ou são pescadores e conseguiram comprar uma terrinha, mas a maioria das residências não têm moradores o ano inteiro, não são sempre ocupadas. Então, é importante pensar nesse território e conservar, porque as pessoas não estão gerando tanto impacto. Mas também ocorre o turismo, que é um valor econômico para o Município de Jaguaruna. As pessoas vão turistar lá. O número zero, pessoal, é porque aqui (mostra imagem) cada polígono que é representado nessa geometria foi criado pelo IBGE. O IBGE define o que chamamos de setor sensitário, até quatrocentas pessoas, quinhentas pessoas, dentro de um determinado setor, ele quantifica. Então, alguns lugares acabaram ficando fora porque é corpo de lagoa e outros ficaram com o número elevado. Então, vemos que a concentração de domicílios ocupados o ano inteiro é no centro, não está presente dentro do território, mas 65% dos endereços em Jaguaruna estão dentro da APA. Então, por isso essa preocupação do Município em relação a poder conservar o seu espaço e estar presente nessas discussões. E aí eu também aproveitei a mesma informação e produzi outras representações. Por exemplo, aqui Laguna. Aí, ampliei o centro (aponta para a imagem). Aqui, vocês podem ver que, onde tem aqueles edifícios, que também não são ocupados o ano inteiro, mas o centro histórico e as proximidades da Barra da Lagoa tem pessoas vivendo o ano inteiro. A mesma situação apresento para Imbituba aqui, para os representantes do Município de Imbituba. Nós temos um território enorme dentro da APA, claro que não é tão longo dentro do continente, o qual está ampliado na figurinha menor ali (aponta para a imagem), onde existem pessoas vivendo o ano inteiro dentro do território da APA e outros espaços com a distribuição das pessoas no Município. E a mesma situação em Garopaba, onde o maior número de habitantes dentro de um setor sensitário também se encontra junto com o território da APA. Nós produzimos, lá no IFSC, um mapa com essas informações, um mapa on-line, ele está nesse endereço (aponta para a imagem) e nesse endereço também se apresenta as informações da APA, do zonamento atual da APA, que muitas pessoas estão questionando, mas que é importante todo mundo poder conhecer. Eu falo aqui como professor e como professor de Geografia também, sabemos que uma unidade fiscalizadora que cuida de uma unidade de conservação não trabalha com a educação. Então, foi um trabalho... era necessário um trabalho de todos os professores buscar e comunicar isso. Eu estou com a presença de outros professores do IFSC aqui, que têm projetos de comunicação também



sobre a APA. Por fim, gostaria de dizer que todos podem contar com a instituição para apoiar e conhecer melhor esse território. Obrigado pelo espaço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, professor João Henrique, muito importante a sua apresentação. Eu queria pedir a atenção de todos para que marcassem aquele link, apa da baleia franca. ambiental. in (aponta para a imagem), para que possam acompanhar. É um material muito importante. É fundamental ter essa informação, ter ciência, ter as evidências que realmente nos colocam num ponto onde todo mundo fica para começar a debater e a discutir esse assunto. Então, parabéns mesmo. Muito obrigado. Agradecemos todo o IFSC por nos ter disponibilizado este material para podermos ter essa informação aqui com tanta qualidade. Antes de passar a palavra para o próximo orador, queria pedir duas coisas: uma é que está passando uma lista de presença, e quem ainda não assinou a lista de presença, por favor, levante a mão para que possamos levar a lista. (Vários participantes da plenária levantam a mão.) Muita gente. Nós temos uma tarefa que é todo mundo assinar a lista até terminar a audiência, é bem importante o registro da presença desta audiência pública, porque a lista também é um instrumento nosso, depois, nos encaminhamentos colocados. Muito obrigado. Com a palavra o senhor doutor em Ambiente e Sociedade pela Unicamp e conselheiro da Área de Proteção Ambiental Federal da Baleia Franca pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e professor permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Unisul, onde orienta na linha de pesquisa Educação em Ciência e coordena o Núcleo de Pesquisa em Educação e Conservação da Biodiversidade (Nupec-Bio), Rodrigo Rodrigues de Freitas.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE FREITAS – Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Marquito, Presidente da mesa, e em seu nome cumprimentar os demais presentes. E peço licença para esse salão, para toda a ancestralidade aqui presente. Vou fazer minha fala... depois da fala do João, acho que todo mundo praticamente navegou pela APA, conheceu todos os ambientes da APA. Eu vou centrar a minha fala basicamente em dois argumentos que têm muito a ver com o projeto de lei de modificação da APA. (Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.) O primeiro que traz o problema das residências dentro da APA como algo sendo a APA o impeditivo; e o segundo que alega a falta de participação social. Então, logo de cara, eu trouxe imagens de algumas residências sendo demolidas, algumas em Florianópolis. Como vocês sabem, Área de Proteção Ambiental (APA) é uma unidade de conservação. Essas áreas que estou mostrando (aponta para a imagem) estão fora de Unidades de Conservação, estão fora de parque, estão fora de APA, estão fora de qualquer categoria de unidade de conservação, mas estão num ambiente que faz parte do domínio da mata atlântica, que é a restinga, que são as dunas, que são consideradas pelo Código Florestal, desde a década de 1960,



como Áreas de Proteção Permanente, áreas onde não é possível ocupar e adicionalmente são protegidas pela Lei da Mata Atlântica. Então, é por esse motivo que essas casas, essas residências que eu mostro aqui para vocês (aponta para a imagem), inclusive trouxe aqui a praia de Naufragados, onde o nosso colega Mazinho teve sua residência demolida. Nos solidarizamos muito com essas questões, porque muitas vezes não é a residência da pessoa com mais condições econômicas que é demolida, é justamente a das populações mais vulneráveis. E aqui está uma notícia de 2019, residências que estavam em Área de Preservação Permanente foram demolidas, e vêm sendo demolidas porque estão em Área de Preservação Permanente. Então aqui (aponta para a imagem), no norte da Ilha de novo, são casas que estão sendo demolidas ou tendo a luz cortada, não porque estão dentro de uma Área de Proteção Ambiental, mas porque estão dentro de uma Área de Preservação Permanente. Então, acho que precisamos sair desta audiência com isso muito claro na cabeça de todo mundo. E, portanto, também trouxe aqui uns mapas com o zoneamento da APA (aponta para a imagem), mostrando que temos dentro da APA uma zona de produção rural. Então, tem algumas áreas que, dentro do zoneamento, se entendeu que eram destinadas à produção rural e outra destinada à zona urbanizada. Quer dizer, nós temos zonas urbanizadas dentro da APA, nós temos residências, nós temos comunidades inteiras dentro da APA. E não tem problema, porque a APA é uma unidade de conservação que permite que se tenham residências dentro. Então isso é algo que precisamos entender para avançarmos nesse debate sobre esse projeto de lei. Então temos toda essa parte vermelha (aponta para a imagem), como vocês podem ver, são áreas residenciais, áreas urbanizadas que no Plano de Manejo foram colocadas como áreas onde era possível haver construção. E morar dentro de uma APA tem uma grande vantagem. A gente fala muito da baleia, da natureza, mas queria trazer a importância para a economia da região e para os negócios, porque, assistindo aos debates nas redes sociais, assistindo à audiência em Brasília, se trouxe muito o argumento de que há uma estagnação econômica nos Municípios por conta da APA, e isso não é verdade. Ser morador de uma APA é garantia de que você vai ter a sua propriedade valorizada, porque você não vai ter uma especulação imobiliária, uma urbanização desorganizada. Existe um processo (palmas e apupos da plenária)... É a garantia de que o seu vizinho não vai ter um prédio de vinte andares, porque uma APA não permite isso. A APA permite a propriedade, fortalece o turismo na região e fortalece as populações tradicionais que habitam essa região há séculos. Então, queria trazer a ideia de que precisamos conversar com os Municípios de que estar dentro de uma APA é um selo de qualidade ambiental. Você consegue aprovar projetos porque você está dentro de uma Área de Proteção Ambiental, porque é uma área em que você promove a gestão pesqueira; que você tem políticas para conservar os butiazais. Tem coisa mais importante do que preservar os nossos butiazais, a gestão pesqueira e a água da nossa região? (Palmas efusivas da plenária.) Então, estar dentro de uma



APA é um selo de qualidade ambiental, melhora a renda do pescador artesanal, porque temos a possibilidade de fazer gestão pesqueira, coisa que fora da APA é muito difícil. Nós temos acompanhado a discussão na Lagoa de Imaruí, o decreto vai para Brasília, fica em Brasília e não volta de Brasília. Dentro da APA, conseguimos criar regras para fazer o ordenamento pesqueiro no Conselho da APA. Você não precisa subir para Brasília, você cria regras dentro do Conselho. Então, além disso, você consegue empregar pessoas aqui da região. Eu sou professor da Unisul há dez anos. Eu tenho uma série de alunos meus que estão aqui, que foram empregados por projetos em função de existir uma APA: são biólogos, são veterinários, são engenheiros agrônomos, comunicadores, da área do esporte, esporte náutico, engenheiros pesqueiros, entre outros. Pessoas que têm na APA algo que os possibilita a conseguirem um trabalho, uma renda, mais do que se não tivesse APA. Então quero dizer que essa história de que estão cortando energia e estão demolindo residências porque estão na APA, não é verdade. (Palmas.) E o que vai acontecer? Se esse PL for aprovado, a situação dessas residências não vai mudar em nada, vai continuar sendo uma Área de Preservação Permanente. E o que os propositores desse PL vão dizer para a população? Que outra desculpa vai ser dita? Então, a solução proposta não resolve o problema. E mesmo que se repita essa mentira mil vezes, não vai se tornar uma verdade. (Palmas.) Pessoal, sem a APA o que nos sobra é especulação imobiliária e sabemos como funciona a especulação imobiliária. É importante que as dunas sejam uma Área de Preservação Permanente, por quê? O que acontece com a água quando cai na areia? A água percola pelo solo, entra no solo e vai abastecer o quê? Lagoas que estão embaixo da terra e que não vemos, são os nossos aquíferos. Então, existe um porquê de não ocuparmos essas áreas ou ocuparmos de uma forma que se consiga, minimamente, organizar esse espaço e não largar isso para a especulação imobiliária. Então, o caminho para a regularização sabemos qual é: é a Regularização Fundiária Urbana (Reurb). E a Reurb é responsabilidade do Município, não é responsabilidade da APA. Agora, a APA pode ajudar, a Assembleia pode ajudar, como o Deputado Marquito trouxe a emenda que destinou para a Universidade do Extremo Sul Catarinense. E aí é preciso fazer esse ordenamento do uso do solo com as Prefeituras e um diagnóstico caso a caso. É assim que resolvemos a situação. Então, precisamos de uma análise jurídica olhando para o Código Florestal, para a Lei da Mata Atlântica e para os vários pareceres que existem dentro do Judiciário para saber que ano vamos considerar para a ocupação dessas áreas, porque não é só a questão da APA, o que pega aí, gente, é lei da Mata Atlântica, que é Código Florestal. Novamente, tem debates jurídicos com vários pareceres. Então precisamos de uma análise jurídica para saber que ano que vamos considerar; um histórico com as fotografias aéreas de ocupação desse espaço; imagem de satélite; histórico também dos proprietários de cada um desses terrenos; isso se chama cadeia dominial, ou seja, vai ao cartório e vai entender quem foi proprietário de cada terreno. E aí



podemos, sim, ter um processo de regularização com segurança jurídica para que você não pense que, amanhã ou depois, a sua casa pode ser demolida. Aí você tem a segurança de ter sua propriedade. E é aí que acho que a Assembleia e a Câmara dos Deputados têm que apoiar as Prefeituras para viabilizar esse processo de Reurb e tirar essas pessoas dessa situação, que não desejo para ninguém. É uma situação em que você não tem segurança se você tem esse imóvel, se ele está correto ou não está; que amanhã ou depois pode ser demolido. Então, que você tenha uma dinamização desse processo. Nós temos bastantes recursos de emendas parlamentares que sabemos e por que não apoiar isso, ao invés de tentar criar um projeto que acaba com a APA, que não tem nada a ver com essa história. [...] Nessa segunda parte, eu queria falar um pouquinho de participação social. Temos o histórico de uma ditadura militar neste país, que pode ter acabado na década de 1980, mas deixou marcas de falta de participação. Então temos a APA criada no ano 2000 e muita gente fala: mas por que a APA tem esse desenho? Ninguém sabe, porque não teve participação, nenhuma unidade de conservação criada no ano 2000 teve participação, porque não existia essa previsão. Dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é do ano 2000 — do mesmo ano de criação da APA —, vai constar que deve haver participação, consulta social, para a criação de unidade de conservação. Como é que vai ser isso? Vem um decreto dois anos depois, em 2002, dizendo como acontece a participação social, a consulta pública, para a criação de unidade de conservação. Se formos questionar o decreto da APA a partir desse argumento, vamos ter que questionar todas as unidades de conservação criadas no Brasil antes do ano 2000, o que é impossível, porque existiam unidades de conservação criadas sem consulta. Isso é um fato. É durante os anos 2000 que começamos — a sociedade civil começa — a criar espaços de participação, os conselhos. As Unidades de Conservação, com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), preveem a criação dos conselhos. Não existia conselho de unidade de conservação. Um dos primeiros a ser criado foi da própria APA da Baleia Franca, em 2006. Esses espaços são muito importantes. Audiências como esta são extremamente importantes para se debater. Isso não existia em nosso país. Então, não podemos olhar para o passado com o olhar do presente. Temos que contextualizar esse olhar para o passado. Eu já estou há quase oito anos dentro do Conselho da APA, e percebo que este espaço é onde aprendemos a desenvolver habilidades para lidar com conflitos. Sempre tem um processo de formação, de capacitação dentro da APA, e começamos a tentar encarar essa divergência política que temos, não considerando o outro com adversário moral, mas como alguém que diverge politicamente. É assim que construímos a democracia participativa, sabendo divergir, sabendo dialogar, que é muito do que está sendo feito aqui, nesta reunião de hoje. Nós também vimos pesquisando os processos que acontecem dentro da APA e eu trouxe aqui um artigo no qual tentamos olhar para a participação dos pescadores na elaboração do Plano de Manejo. Foram vinte comunidades durante



esse processo de elaboração do Plano de Manejo, em que 114 pescadores participaram. Eu trouxe ali (aponta para a imagem) os eventos, desde agosto de 2016, com as oficinas de planejamento. A pesca artesanal teve nove oficinas setoriais, uma em cada Município; oficina intersetorial da pesca artesanal; oficina intersetorial da pesca com o esporte, para ver as divergências; oficina de planejamento participativo; reuniões; então, tentamos levar a discussão para todas as comunidades. Infelizmente lá no Camacho, em Jaguaruna, e em Campo Verde, em Laguna, não foi possível fazer isso porque na época houve protestos e havia faixas dizendo que não queriam a APA naquelas comunidades. Então, não teve participação, realmente, por mais que os funcionários do ICMBio tentassem eles foram barrados de participar. Quando falamos em participação, é preciso se dispor a participar e se dispor ao diálogo, coisa que não aconteceu nesse histórico. Agora, nós tivemos o Plano de Manejo, praticamente, durante três anos. Como eu mostrei, foram discussões intensas e fizemos uma série de realizações dentro da APA. Uma delas, que eu queria comentar, foi esse relatório criado por um grupo de trabalho, que mostra diretrizes para conservar as áreas úmidas no território. Ele veio de uma demanda do Conselho Comunitário de Ibiraquera, que gostaria de ter a APA dentro do seu território e não tem. Então, o que podemos fazer, já que não temos a APA aqui dentro? Podemos tentar criar um documento que oriente as Prefeituras para conservar as áreas úmidas. Essas áreas úmidas, que estão ameaçadas em todo o território da APA, podem ser conservadas por meio de 22 recomendações. Procuramos dar ampla divulgação para esse documento, pois sabemos que nem todos conhecem — eu poderia pedir para alguém daqui falar duas ou três recomendações —, e é de uma importância fundamental, para que tenhamos incentivos econômicos para a conservação. Nós tratamos disso, de infraestrutura, de drenagem urbana, de recuperação de áreas degradadas. Ou seja, é um documento bastante completo. Quem não conhece e é da administração municipal, eu faço questão. Tem cópias impressas na APA e pode ser baixado por meio do próprio site também. Nós também buscamos levar alguma luz para o debate sobre a abertura de lagoas de barra intermitente. O que são essas lagoas? São lagoas como a lagoa de Ibiraquera; a lagoa de Garopaba; como era a lagoa do Camacho, antes de fazerem o molhe. Ou seja, são lagoas que abrem e fecham. E aí, na hora de abrir, é um Deus nos acuda, uma discussão, um debate infinito, onde cada um tem a sua opinião e cada um vira especialista. Então, o que nós fizemos? Vamos trazer aqui os melhores casos do mundo. Vamos trazer especialistas de todos os países que tenham lagoas de barra intermitente, que abram e fecham. E assim nós fizemos. Na época, a gestora da APA era a Renata, trouxemos pesquisadoras da África do Sul, do Uruguai, Portugal, de outros casos no Brasil, e conseguimos fazer uma carta - Carta das Lagoas -, que estabelece diretrizes para abertura de barra intermitente. Isto é uma grande realização. Nós também conseguimos, por meio do projeto GEF-MAR — que é um projeto que o recurso só vem para cá porque existe a APA —, fazer um diagnóstico da pesca artesanal em Laguna



e Jaguaruna, trazendo medidas efetivas para melhoria da pesca. Também foram feitos grupos de trabalho para regularizar os ranchos de pesca dentro da APA. Enfim, eu poderia ficar aqui a noite toda falando de realizações do conselho da APA, o que a APA vem fazendo, mas a mensagem que eu queria trazer para vocês é de que tudo isso será perdido, caso a APA acabe. Vamos levar todo o trabalho de um grupo... Outro dia, quando estava vindo de uma reunião com o conselho, uma aluna minha perguntou quanto que eu ganhava para participar do conselho. Eu respondi que não ganho nada. Ela ficou surpresa e me perguntou se alguém recebia. E eu falei que não, que é voluntário. O trabalho voluntário que fazemos — e muitas das pessoas que estão aqui, que são conselheiras, fazem há anos — deveria ser aplaudido por todos, porque estão ali, quatro vezes por ano, se reunindo ordinariamente, e, outras vezes, extraordinariamente. Nós temos as câmaras técnicas do conselho, os grupos de trabalho, o comitê de abertura da Lagoa, o comitê executivo. Ou seja, são vários espaços de participação e todos voluntários. É um trabalho que se fossemos estimar, valorizar monetariamente, daria muito dinheiro. São pessoas de alto nível, como o professor João, que acabou de apresentar, que vem doando suas horas para construir alguma coisa. É neste processo de construção que eu queria encerrar a minha fala. Estamos querendo construir alguma coisa, estamos querendo construir outro tipo de modelo de desenvolvimento, de futuro, mas não por meio de um processo que levará a extinção da APA, a acabar com a participação. Quem estiver disposto a se juntar com esse conselho, se juntar com a unidade de conservação, e a pensar, junto, outro modelo de desenvolvimento, quero dizer que é muito bem-vindo. Agora, aqueles que queiram acabar com a APA e queiram acabar com o processo participativo, enfrentarão a nossa resistência. Obrigado. (A plenária, de maneira uníssona, manifesta-se: “APA fica! APA fica!”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado pelas colocações, professor Rodrigo Rodrigues de Freitas, que trouxe elementos importantes e fundamentais para o debate, assim como todo o histórico trazido aqui, especialmente nas últimas duas falas. Nós temos aqui a representação da comunidade, mas antes eu gostaria de passar a palavra para o senhor Prefeito de Imbituba, Michell Nunes (Peninha), o dono da casa, para que faça a sua saudação.

O SR. PREFEITO MICHELL NUNES (Imbituba/SC) — Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Marquito, o Deputado Volnei, e, assim, cumprimento as demais autoridades. Cumprimento também o Presidente da Câmara de Vereadores, Mateus Pereira, que, juntamente com os demais vereadores da nossa cidade, se faz presente. Obrigado por ter marcado esta audiência pública, por trazê-la para cá e para as outras cidades, onde ela aconteceu e acontecerá. Acho que é muito importante. Eu sempre fui defensor do debate. Nas audiências públicas acontecem debates que enriquecem o conhecimento. Aprendemos com um lado, com o outro, para que,



no final da história, possamos trazer tudo o que se pensa, de cada um dos lados, com boa fundamentação. Nossa cidade é uma cidade que tem os impactos da APA — positivos e, às vezes, nem tanto, no sentido das limitações que inserem principalmente no território terrestre. Somos defensores da APA. Quero falar para o professor que a nossa cidade e a nossa gestão defendem a permanência da APA em nosso território imbitubense e na região onde ela está inserida também. (Palmas efusivas da plenária.). Então, nesses próximos quatro anos, referente à defesa da APA, podem contar com a nossa gestão para tudo o que precisarem. Entretanto, entendemos que deve haver um melhor diálogo, um melhor debate — com coerência — para sabermos que a APA possui algumas restrições, às vezes, das autoridades, que não podem legislar sobre o seu próprio Município. Então, queremos que este debate evidencie-se cada vez mais e traga conhecimento para todos, para que possamos escolher juntos, tornando viável um caminho de entendimento com todas as partes e, assim, entendermos que temos que fazer a preservação, que é pelo que prezamos em nosso Município. Estamos desenvolvendo os estudos para o Plano da Mata Atlântica. Estamos fazendo a licitação, agora, para as áreas de APP, que até, incrivelmente, não temos identificação disso ainda em nosso Município, o que nos causa um transtorno enorme. Temos uma cidade e uma região que cresceu em muitas pontas de forma desordenada. Quero passar para vocês que o nosso Município defende a APA da Baleia Franca. É um símbolo nosso, da nossa administração. A baleia está inserida em nosso Município e é muito forte isso. É uma identidade muito forte que queremos carregar, mas entendemos que deve haver um equilíbrio maior na discussão, principalmente naquilo que se refere à parte de legislação dos Municípios sobre seus próprios territórios. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado, Prefeito Michell. É muito importante o seu posicionamento e a sua presença também. No Município que fazemos a audiência pública, chamamos o Prefeito para que se posicione, e assim nós estamos fazendo — até para o Prefeito de Jaguaruna não ficar bravo conosco. Foi assim lá em Jaguaruna e será assim em Laguna também, na próxima audiência pública, que o Deputado Volnei Weber já anunciou, convocada por ele. Com a palavra o senhor presidente da Associação de Pescadores de Imbituba e Garopaba, Lédio da Silveira.

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA — Boa noite a todos e a todas. Eu sou presidente da Associação de Pescadores de Garopaba e Imbituba, que abrange os dois Municípios, e somos defensores da APA. O nosso slogan é defender o meio ambiente e uma pesca sustentável. (Palmas efusivas da plenária.). Este é o nosso foco dentro da APA. Somos fundadores do Instituto Chico Mendes, dentro da nossa área; somos fundadores do Plano de Manejo, que, dentro da nossa comunidade, houve maior participação porque resolvemos abraçar a APA, que é um órgão federal. E como presidente de uma entidade,



estamos batendo de frente há muitos anos com as Prefeituras de Imbituba e Garopaba, e não tinha uma lei federal para bater de frente contra a pesca industrial. Este é o foco da nossa entidade. Resolvemos bater de frente com os barcos atuneiros, quando eles vêm pegar nossa isca viva para pescar atum em alto mar; com a retirada de sementes do mexilhão, do marisco, e apesar de o Ibama dar uma normativa, tiravam o pedaço da pedra ou raspavam toda e levavam tudo para os cativeiros; com os barcos de arrasto, que levavam nossas redes. Abraçamos e ajudamos a participar do Plano de Manejo, elaborado dentro da nossa comunidade. Fomos fazer uma reunião em Laguna, no Complexo Lagunar - eu e a Maria Elizabeth da Rocha - com várias entidades e foi boicotada porque não queriam participar do Plano de Manejo, porque a APA não prestava. Hoje, está lá o estrago. Tiraram os pescadores da reunião porque não queriam o Plano de Manejo. Mas, é no Plano de Manejo que temos subsídios para defender a pesca artesanal. Agora, se tem coisa errada em Jaguaruna, como tem na nossa comunidade, tem que sentar todo mundo e decidir. Não é tirando o limite da APA que vão decidir isso que está aí. (Palmas efusivas da plenária.) . Eles dizem que os pescadores não sabem falar, mas se enganaram. Nós aprendemos a caminhar e aprendemos a falar, a defender o meio ambiente (palmas efusivas da plenária), a não fazer mais pesca predatória em nossa comunidade — mas vem de outro lugar fazer. Nós chamamos a APA, a Polícia Militar Ambiental. Uma hora tem carro, outra hora não tem gasolina, outra hora não tem efetivo, e vamos nos arrastando dessa forma. Então, eu pergunto, com todo o respeito à Deputada que quer tirar o limite da APA: qual o projeto que ela fez, nesses anos todos, desde 2000 (dirige-se à senhora Natália Mendes Folster), para defender aquela área de Jaguaruna? (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais um minuto para o Lédio, por favor.

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA — Nós temos projeto para sentar com a Deputada e defender a pesca artesanal. Agora, apresente o projeto para Jaguaruna. Faça um projeto sustentável, para defender aquele pessoal. Não é tirando limite da APA que vão acabar... Agora, é o seguinte: nós vamos defender o Plano de Manejo, seja na justiça comum, seja na justiça federal, nós estamos preparados para defender. E não vão conseguir tirar a área terrestre da APA, podem ter certeza! (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado, Lédio. Fazia tempo que eu não te ouvia. É uma alegria te ouvir, sempre. Muito bem, Lédio. Para a nossa última fala da mesa, eu quero chamar a senhora Maria Aparecida Ferreira, a Cida (palmas efusivas da plenária), que representa a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Extrativistas Costeiros e Marinheiros (Confrem).



A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA — Boa noite a todos. Agradeço a todo mundo; aos apoiadores da nossa causa; ao Deputado Marquito, pela oportunidade de estar aqui; ao nosso Prefeito aqui presente; a todos da mesa; e a todos nós que estamos aqui. É uma coisa muito simbólica estarmos aqui hoje, neste exato salão, para discutirmos uma unidade de conservação de Uso Sustentável. Passou um filme na minha cabeça vendo alguns jovens que, há vinte anos, eram bebês, adolescentes e, junto conosco, nesta mesma posição, estavam pedindo e apresentando um projeto de uma reserva extrativista para a pesca artesanal. Muito bem, naquela época foi muito complicado. Ninguém entendeu a proposta; a proposta foi muito deturpada; talvez foi pouco discutida; não tínhamos muito conhecimento, mas tínhamos o suficiente para dizer que uma reserva extrativista seria importante para ordenar os estoques pesqueiros e a forma de vida dos pescadores, dentro das nossas lagoas, e também dentro do território da APA. Ela vinha só fazer um mosaico, para ajudar a ordenar a pesca artesanal. Não era para tirar ninguém das suas terras, não. Eu estou vendo aqui o assessor do Marquito, que naquela época foi o sociólogo que estudou esta possibilidade, e tantos outros aqui. Naquela época foi dito que não. Não tem como, não queremos... Beleza! Desistimos do projeto, mas sabemos porque disseram não. Não queriam dar autonomia para os pescadores artesanais escreverem as próprias regras, a regra da pesca. Tínhamos, então, a APA da Baleia Franca — a única ferramenta de gestão desse território —, onde construímos o conselho, onde eu e o Lédio entendemos que a fala do doutor, que a fala do empresário, vale tanto quanto a nossa, enquanto população tradicional (palmas efusivas da plenária). Lá construímos, no Plano de Manejo, com vários debates, as regras para a pesca. E aí tivemos uma tristeza muito grande, porque fomos inscrever a Lagoa do Ibraquera no Plano de Manejo e disseram que não poderíamos, porque a APA não estava pegando toda a Lagoa. Foi uma tristeza muito grande para nós. Mais uma vez ficamos sem escrever algumas regras que queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais um minuto, Cidinha, para concluir.

A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA — E agora vem um PL para destruir exatamente aquilo que nos sobrou, a área terrestre da APA, e os especuladores imobiliários estão de olho nesse PL. É só isso! (Palmas efusivas da plenária.) Existem dois PLs: um para tirar a área terrestre e outro para destruir total. Não vai ser a solução! Prefeitos, fiquem atentos! Estão invadindo as áreas de APP e Prefeitos deixaram. Outros têm que fazer os seus mapeamentos de áreas de APP para isso não acontecer. E aí, quando invadem, fazem as suas mansões e o MP manda demolir, porque o Código Florestal manda demolir, a culpada é a APA? Não! Isso é mentira! (Palmas efusivas da plenária). A APA é uma unidade de conservação que permite moradia, que permite o uso, que permite às populações tradicionais terem seus caminhos sem que os resorts os fechem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para terminar.

A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA — Estamos desguardados, enquanto populações tradicionais, enquanto território de uso. Então, só para concluir a minha fala, que dizer que esse PL traz em seu bojo uma intenção que sabemos qual é. Agora, vamos sentar com as populações tradicionais de Jaguaruna e vamos ver onde que está doendo, o que podemos fazer dentro do Conselho, dentro das câmaras técnicas, com seus Prefeitos. Ter a APA é um ganho, um privilégio, e se tiver que ser PL, vamos fazer um PL para aumentar a área da nossa APA onde ela não pegou. Se existe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA — Se existe, Deputados, preocupação com a gestão sustentável deste território — vamos ajudar os Prefeitos a assegurarem o uso sustentável da área — façam PL para aumentar as nossas unidades de conservação porque proibir, ela não proíbe, ela regra. Ela ajuda a termos qualidade de vida neste território, que é único. As pessoas vão para Fernando de Noronha e pagam uma grana para ficar lá três dias. Não precisa. Nós temos a nossa APA para ficarmos aqui de graça. (Palmas efusivas da plenária.) [...]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado, Cida. Obrigado pela tua fala. Acabaram as falas da mesa, agora vamos passar para o segundo momento, que são as falas inscritas. Nós vamos abrir mais algumas inscrições, aí façam ali com a Lívia. Já temos aqui os que já se inscreveram. Quero pedir a colaboração de todos e todas vocês; serão dois minutos, mas caso não consigam terminar abriremos, então, mais trinta segundos para cada um terminar [a sua fala]. Sabemos que é pouco tempo, mas temos o nosso tempo restrito, por isso peço a compreensão, estamos acordados, pode ser? (A plenária aquiesce.) Beleza! Então está bom. Antes de eu abrir as falas, quero aqui registrar que foi entregue um conjunto de moções e peço a atenção: moção de apoio à APA, da Rádio Comunitária Pinheira; moção de apoio à APA, da Associação Pró-CREP, da Palhoça; moção de repúdio ao PL 849/2025 e ao PDL 130/2025 do Conselho Comunitário de Ibiraguera; moção de apoio à Proteção Ambiental da baleia-franca, que é da Comunidade do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina; moção de repúdio ao PL 849/2025 e de apoio à Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA), da Associação de Surfista da Praia do Rosa (ASPR); moção de repúdio ao PL 849/2025 e ao PDL N°130/2025, do movimento SOS Butiá Catarinense; moção de apoio à Área de Proteção Ambiental da APA da Baleia Franca Acordi Imbituba; moção de apoio à APA da Baleia Franca, da coordenadora do Programa de Extensão Educação



Patrimonial e Turismo de base Comunitária do Instituto Federal de Santa Catarina; moção de repúdio ao PL 849/2025, ao PDL 130/2025 da Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraguera e agora, por último, chegou também moção de repúdio ao PL 849/2025 e ao PDL130 /2025, do Instituto Ecosurf (palmas). O conjunto de moções estará anexado à ata desta audiência. Vamos começar agora com as manifestações públicas, dois minutos, mais trinta segundos para complementar e não vamos mais abrir [o microfone]. Então, peço a atenção e o carinho de vocês para conseguirmos terminar hoje esta audiência. Eu vou chamar agora a Isadora Bittencourt, que é moradora de Imbituba, e vou pedir para o Vereador Mário já preparar a sua fala. Eu chamo um e já peço para que o próximo esteja aqui, por favor, do lado do púlpito para poder falar daqui, pois está sendo gravado e transmitido ao vivo pela Assembleia Legislativa. Isadora, dois minutos.

A SRA. ISADORA BITTENCOURT – Boa noite a todos. Tenho um sítio agroflorestral no lado da Lagoa do Timbé junto com a minha família, quem quiser conhecer, nos siga no Instagram Sítio Bota Fé. Lá estamos fazendo um trabalho de cuidado na área. Temos bacia de vapotranspiração, tratamento dos resíduos sólidos e estamos plantando floresta, porque há muito tempo, simplesmente, existia uma monocultura. A nossa ideia realmente é preservar e nós estamos juntos da APA nisso, mas o que está acontecendo na prática é que a minha família tem uma matrícula desde 1977 e hoje eu não consigo luz, luz para preservar aquele lugar. Antes de nós, [aquele espaço] tinha sido invadido pelo tráfico, antes de nós pessoas foram assassinadas, antes de nós tinha desmanche de carros e se você, hoje, passar na Lagoa, você vai ver carros e pessoas fazendo camping sem fiscalização alguma, jogando esgoto dentro da Lagoa. Estamos de olho para avisar à Polícia quando acontecem coisas ruins, mas antes de nós isso não existia. Só que sem luz não dá para sobreviver, não dá para cuidar de uma mãe de 72 anos, de uma menina de 2 anos e de um filho de 8 anos. O Prefeito e eu convidamos todos vocês para irem conhecer. O Marquito entrou lá, por coincidência, porque Deus é tão bom que trouxe o pai da agroflorestra do Brasil como nossos vizinhos para nos trazer informações, mas infelizmente a gente não consegue luz e quando bate na Prefeitura e na legislação, não temos esse suporte que na teoria foi lindo. A gente fica de um lado para o outro, de um lado para o outro, igual a uma pipoca. Então é isso o que está acontecendo. Precisamos rever essas leis, uma normativa inclusiva, uma lei que a gente esteja junto, como eu vi na África do Sul, que as pessoas juntas fazem a diferença. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. ISADORA BITTENCOURT – Que os moradores sejam os fiscais, que as ONGs da região possam se unir, e não simplesmente uma mandar em tudo. Além do mais, o que acontece? Tem eventos



lindos de bem-estar, de cuidado da natureza, mas esse final de semana mesmo eu fui na lixeira separar o lixo plástico do lixo orgânico, porque do breakfast que fizeram juntaram tudo num saco e jogaram na lixeira. É assim que você vai falar sobre educação ambiental? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) - Muito obrigado. Agora eu chamo o Vereador Mário Goulart Ferreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JAGUARUNA/SC (Vereador Mário Goulart Ferreira) – Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Estadual Volnei Weber, o proponente desta audiência, Deputado Marquito, o Prefeito e também cumprimento toda a mesa. Venho, hoje, falar sobre a situação de Jaguaruna, mas também dizer que entendemos, sim, a situação de Imbituba e acho até que deve aumentar a área da APA aqui em Imbituba, não é, Prefeito? Eu acho que tem pouco território tomado pela APA e aqui deveria ser mais abrangente o território. Eu concordo com os ambientalistas que estão aqui e com as pessoas que estão preocupadas com o meio ambiente, mas a situação de Jaguaruna é um pouco delicada e bem diferente da situação de Imbituba. A situação de Laguna é a mesma coisa. Em Jaguaruna nós temos loteamentos aprovados em 1970, 1972 e 1965 que não se pode mais construir hoje, e não são casas de veraneio, são 10 mil pessoas que moram fixas nas comunidades litorâneas de Jaguaruna, a uns 37 quilômetros de praia. São vários empreendimentos e não são prédios de dez andares, vinte andares, são casas de moradias, simplesmente. E é o direito à moradia que estamos discutindo. Nós não queremos, em hipótese alguma, acabar com a APA. Eu também sou ambientalista e gosto do meio ambiente e o preservo, mas a preservação tem que ter os dois lados: a preservação do meio ambiente e a preservação da vida humana. Dar o direito de Jaguaruna também crescer, também se desenvolver. Nós temos esse direito como outros Municípios tiveram. Eu quero aqui provocar o Deputado Volnei Weber para fazermos uma audiência pública em Laguna, que também é uma área que está sendo discutida pela APA da Baleia Franca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundo para concluir. O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JAGUARUNA/SC (Vereador Mário Goulart Ferreira) – A APA, Deputado Marquito, é um instrumento excelente, mas ela tem que ser igualitária para todos, não só para uma região. Jaguaruna sofre e sofre muito, mas queremos continuar preservando porque Jaguaruna é um dos Municípios mais preservados da região sul de Santa Catarina. Lá temos as dunas ainda intactas, temos as lagoas intactas, várias lagoas e nenhuma delas foi invadida. Os sambaquis, que não temos só um, mas temos o maior do mundo, temos mais oito sambaquis que estão em Jaguaruna. E todo... (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado pela compreensão. Agora eu chamo aqui para se manifestar o Eduardo Conceição, que é morador de Jaguaruna.

O SR. EDUARDO CONCEIÇÃO – Boa noite a todos! Quem de vocês nasceu em 1961? Em 1961 eu cheguei em Jaguaruna caminhando, trazido pela mão de meu pai, um visionário que havia comprado 250 hectares de terra para fazer um loteamento modelo. E ele o fez. E eu, engenheiro civil que sou, estou lá, hoje, tocando esse loteamento há vinte anos - eu moro em Jaguaruna. O nosso loteamento foi aprovado pela Prefeitura de Jaguaruna, Prefeito Laerte Silva, e eu lhe cumprimento. Em 1977, ato contínuo, foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis na então cidade de Tubarão, hoje em Jaguaruna. Em 1990, quantos eram nascidos? Nós tivemos a licença ambiental prévia da Fatma, hoje IMA. Em 1990 tivemos a licença ambiental de instalação no nosso loteamento. O nosso loteamento tem 100 metros de APP junto ao mar, mais os 33 metros de marinha e 100 metros de APP nos fundos do loteamento, registrados em Cartório de Registro de Imóveis junto à Lagoa da Figueirinha. O loteamento tem um plano diretor próprio, porque a cidade não tinha e o meu pai foi lá e fez, registrou em cartório todos os lotes. São 1.400 lotes registrados em cartório, 1.400 lotes que já foram vendidos, e mais 1.200 lotes com as matrículas abertas no Registro de Imóvel de Jaguaruna - e quem quiser poderá ir lá ver que os lotes têm registro. Por isso nós não temos conflitos de terra. Tanto que no Balneário Nova Camboriú - que não tem nada a ver com Balneário Camboriú – temos 900 famílias que moram lá junto com o Balneário Figueirinha e o Balneário Paraíso. Eu moro lá na praia há 20 anos, inverno e verão, dia e noite, eu estou lá e eu convido vocês a visitarem o Balneário Nova Camboriú e digo para vocês que desafio vocês a irem lá e acharem uma agressão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir a sua manifestação.

O SR. EDUARDO CONCEIÇÃO – O nosso loteamento tem água potável, distribuição pública de água tratada pela concessionária Jaguaruna Saneamento, tem energia da Cergal alta e baixa tensão, tem iluminação pública em LED, tem coleta de lixo três vezes por semana, tem coleta de lixo seletivo na praia do Arroio Corrente, tem transporte escolar diário pela manhã e à tarde, tem Internet fibra ótica, tem (ininteligível) de concreto, tem meio-fio de concreto, ruas ensaibradas e esgoto sanitário individual por valas e mineralização com... (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Por favor, por favor, só um minutinho. O Deputado Volnei Weber está pedindo para dar mais trinta segundos, e eu vou dar. Agora é o seguinte, Deputado, vou ter que dar para todo mundo que passar, vou ter que



dar (palmas). (O senhor Deputado Estadual Volnei Weber manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.) Por favor, o senhor terá mais trinta segundos, senhor Eduardo. O senhor acompanha o relógio lá na ponta daquele telão. Eu sei, é pouco tempo, mas avisamos para todos que o tempo estaria restrito. Mas aqui não tem problema, se está acordado, está acordado. O senhor tem mais trinta segundos e nas outras falas que passarem, vamos ter que mediar esse problema.

O SR. EDUARDO CONCEIÇÃO – Deputado Marquito, o senhor disse que o ICMBio não era responsável pela desgraça que está acontecendo em Jaguaruna. Dia 11 de setembro de 2011 o funcionário José Wilson, do ICMBio, da APA da Baleia Franca, foi na minha casa com dois carros da Polícia Federal e o Delegado Barbosinha, mais o carro da RBS da época, o carro da Rede Record e o carro da Rede Bandeirantes. Eu morava sozinho. Entraram na minha casa e fizeram busca e apreensão. Óbvio... (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Gente, é isso aí, audiência pública tem isso. (Manifestação fora do microfone inaudível.) Vamos dar... é. Com todo o respeito a todo mundo, as angústias e as dores, todas as questões serão colocadas aqui numa boa, tá? Deputado Volnei Weber, a gente trabalha junto sempre e ele também está preocupado. Agora com a palavra a Darcionet Favarin, e já peço para o professor Paulo Horta se preparar.

A SRA. DARCI NET FAVARIN – Boa noite a todos. Eu moro na praia de Itapirubá e trabalho no setor de turismo, tenho uma pousada lá. O que eu venho aqui colocar para a nossa Comissão é sobre a importância do turismo para nossa cidade, que na época da baixa temporada muitos turistas vêm para observar as baleias, e querem fazer um passeio e avistar a baleia num barco, o que chamamos de Turismo de Observação de Baleia Embarcado (Tobe). O turismo de baleia embarcado aqui em Imbituba se deu no início em 1999, antes da instalação da APA, e seguiu até o ano de 2012. Durante todo esse período, não houve nenhuma incidência de algum acidente ou algo que viesse a comprometer o turismo de baleia. Inclusive, nós temos a opinião de mais de 400 estudiosos cetólogos que, por quarenta anos, estudaram o turismo de observação de baleia. E eles não conseguiram ver nenhuma influência da baleia, ao levar um barco com 15 ou 20 pessoas próximas ao alto mar para observá-las. Nós temos países que já fazem essa observação de baleia há mais de cinquenta anos, como o Chile e Argentina, e lá o turismo é muito desenvolvido nessa época da baixa temporada. Fazendo essas colocações, eu peço aqui, vamos desenvolver o turismo na baixa temporada porque nós temos navios, temos barcos de pesca e barcos industriais. Eles não convivem com a baleia em alto-mar? Por que aqui nós... (Vaias.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. DARCIONET FAVARIN – Obrigada. Por sinal, essa recepção de vocês indica que vocês me escutaram e entenderam a minha mensagem. Obrigada! Mas assim, vamos ser sensatos, é simples a pessoa encontrar um equilíbrio, vamos encontrar um equilíbrio para tudo. Certas situações não se justificam, é possível, sim, ter turismo, ter moradia e ter um desenvolvimento sustentável na nossa região. (Palmas e vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado. Com a palavra o professor Paulo Horta.

O SR. PAULO ANTUNES HORTA – Boa noite a todas, a todos e a “todes”. Boa noite, Deputado Marquito, em nome de quem eu cumprimento toda a mesa; boa noite, minha querida amiga Cidinha, em nome de quem eu cumprimento toda essa maravilhosa comunidade. Pessoal, vamos ser francos e sinceros aqui. Deputado Weber, estão querendo acabar com a APA da Baleia Franca. O PDL 130 está querendo acabar com a APA da Baleia Franca e todos aqueles que estão defendendo o PDL querem acabar com a APA da Baleia Franca, com todas as consequências negativas do ponto de vista ambiental, social e econômico. Vai ser uma tragédia para o sul catarinense. Isso não sou eu, Paulo Horta, que estou dizendo, é o Fórum Econômico Mundial. Isso não sou eu, Paulo Horta, que estou dizendo, é a comunidade científica do planeta que está dizendo que a gente precisa aumentar as nossas unidades de conservação para 30% dos nossos territórios (palmas). Agora, a discussão do futuro desse nosso território tem que se dar em bases éticas e morais sólidas. Deputado Weber, novamente digo que nós não podemos tratar uma unidade de conservação como faixa de Gaza, isso é uma agressão à Palestina (palmas), isso é uma agressão ao ICMBio, isso é uma agressão aos colegas que trabalharam por anos para manter esse território como um santuário, não só para as baleias, mas para todas as formas de vida e para as nossas economias. Eu queria lembrar aqui algo que é muito importante: nós estamos diante do momento mais grave da humanidade. E eu fico muito orgulhoso por ter alunos da Universidade Federal de Santa Catarina aqui, a Biologia presente (palmas), porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir.

O SR. PAULO ANTUNES HORTA – Trata-se de um futuro digno e saudável para todo mundo e todo mundo de Jaguaruna, todo mundo de Laguna, que se sintam abraçados, porque morar é um direito, e se esse direito não é respeitado, é por inação, por omissão, por prevaricação de Prefeitos e Vereadores, enfim, que vieram desse passado (palmas), e não é responsabilidade da APA da Baleia Franca, é responsabilidade de uma... (Palmas efusivas da plenária.)



Pessoal, para encerrar a minha fala, eu deixei para o Deputado Weber um livro escrito por crianças de escolas públicas de Florianópolis, Cartas Para o Futuro, e dentre essas cartas, a aluna Beatriz escreveu assim: viva a vida de uma maneira que no futuro você se recorde do passado, com orgulho do que foi, do que fez e das marcas que deixou. APA da Baleia Franca fica! (Palmas.) (A plenária, de maneira uníssona, grita: “APA fica! APA fica! APA fica!”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra a senhora Keila Flor Vieira, presidente do Conselho Comunitário de Ibiraguera.

A SRA. KEILA FLOR VIEIRA – Olá, boa noite a todos. Eu estou aqui hoje representando o Conselho Comunitário de Ibiraguera, que é uma entidade que há mais de trinta anos luta pelo direito coletivo da sua população e que é um conselheiro histórico do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca. Primeiramente, eu gostaria de agradecer as falas muito esclarecedoras do Lédio, da Cidinha e do professor Rodrigo. A APA não é APP, a APA não é uma vilã, a APA é uma unidade de conservação de uso sustentável que busca compatibilizar a ocupação humana e o desenvolvimento dessas atividades econômicas com a utilização equilibrada dos seus recursos naturais. E, para não me tornar repetitiva, já gostaria de fazer um requerimento aos Deputados aqui presentes, ao senhor Prefeito Michell de Imbituba e a todos os demais Prefeitos, Vereadores e gestores, o que a sociedade quer e o que a sociedade precisa, principalmente no momento que vivenciamos uma crise ambiental e climática. É que os senhores e senhoras fortaleçam os órgãos de fiscalização, de controle, de gestão ambiental, e não o contrário, porque neste sentido nós repudiamos por veemência, tanto o projeto de lei quanto o projeto de decreto legislativo apresentado pela Deputada Federal Geovania de Sá. Estes dois projetos não representam a vontade da população e nem as suas necessidades. O Conselho Comunitário de Ibiraguera também já protocolou uma moção de repúdio nesse sentido. E é isso, APA da Baleia Franca e nenhum centímetro a menos dessa unidade de conservação. (Palmas.) (A plenária, de maneira uníssona, grita: “APA fica! APA fica! APA fica!”) [...]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra a senhora Claudete Medeiros, Coletivo TaiáTerra de Condução Ambiental, dos Municípios de Imbituba e Garopaba.

A SRA. CLAUDETE MEDEIROS — Boa noite a todos. Primeiro, quero dizer que tenho orgulho de ver a Keila falar. Ela foi minha aluna quando vim para cá, há mais de vinte anos, e ver esse movimento que tenta lutar por este território é satisfatório. A primeira coisa que eu questiono é: a quem interessa derrubar essa área de proteção ambiental? Quem ganharia com isso? Eu sou professora, essa é a minha profissão e me questiono: o que nós vamos deixar para as gerações futuras? O território que temos, como já foi mencionado por todos aqui, é de uma riqueza impressionante. O



professor João deixou isso bem claro. Estamos dentro de uma unidade de conservação com uma paisagem única, um território frágil, com dunas e lagoas que, assim como disse a Cida e eu concordo, deveria ser ampliado e não reduzido. Nós questionamos a potencialidade do ecoturismo, por exemplo se a questão é econômica, o quanto podemos desenvolver, tanto a gestão estadual, a federal e os Municípios juntos. Nós estamos fomentando trilhas. Eu sou condutora ambiental e também guia de turismo. Temos um potencial econômico riquíssimo que pode ser explorado nessas áreas que talvez não devam ser ocupadas por casas. Nós precisamos questionar também que futuro, que legado vamos deixar para essas crianças. Em tempos de mudanças climáticas, ocupar áreas que são sensíveis, como áreas próximas a dunas que servem justamente para sua proteção, seria um erro enorme. Eu não quero carregar esse peso no futuro e espero que vocês, enquanto Deputados, nossos representantes, pensem muito bem quem vocês estão defendendo e o que vocês querem deixar como legado. Então, a minha questão é esta: nenhum centímetro a menos. Se puder ampliar, por favor, que façamos isso com responsabilidade. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Quem não assinou a lista de presença?(Alguns participantes da plenária levantam a mão.) Para quem está saindo, tem uma lista na porta de saída, não esqueçam de preencher. Com a palavra a estudante de Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Jara Rampon, de Ibiraguera. A ESTUDANTE JARA RAMPON — Boa noite, pessoal. Sou estudante de Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina e estou representando os meus colegas que estão ali sentados (aponta para a plateia), o pessoal da Biologia da UFSC. (Palmas.) Eu falo como moradora de Ibiraguera, mas também como estudante de Biologia, porque o território da APA foi importante para eu ser quem sou hoje e estar aqui, como estudante de Biologia; como representantes do Centro Acadêmico de Biologia; e também como do Grupo de Estudos em Educação Ambiental em Biologia (GEABio), para declarar o nosso apoio à moção que foi colocada hoje pelo Conselho Comunitário de Ibiraguera, contra o PL e contra o PDL que atacam a APA da Baleia Franca. Com isso, vimos defender, sim, a APA aqui e, se possível e necessário, para embater a crise climática e toda a questão que estamos enfrentando no planeta atualmente, que ampliemos as nossas unidades de conservação, inclusive a APA da Baleia Franca. Estamos aqui para defender a APA e para dizer: nem um centímetro a menos. É isto, gente. Obrigada. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Passo a palavra ao senhor Leandro Fernandes Gomes, assessor técnico da ProduCooper, de Jaguaruna.

O SR. LEANDRO FERNANDES GOMES — Boa noite a todos e a todas. Eu represento uma cooperativa de agricultores familiares e



pescadores artesanais de Jaguaruna, a ProduCooper. Nós trabalhamos com produção de alimentos, atendemos a rede de alunos do PNAE de Jaguaruna e também de outros Municípios. Temos uma feira local e estamos trabalhando forte com os agricultores e com os pescadores, principalmente na parte da produção sustentável. Nesses mais de dez anos de existência da cooperativa, nós nunca tivemos nenhum entrave para aplicação de políticas públicas, para receber apoio ao desenvolvimento da cooperativa por conta de restrições da APA. Muito pelo contrário (palmas), nós sempre tivemos muito apoio, muita orientação técnica e hoje participamos também do Conselho. Eu quero dizer uma coisa para vocês, e dirijo-me solidariamente aos moradores que estão passando por esse problema em Jaguaruna, que têm as suas casas em áreas restritas: infelizmente vocês estão sendo enganados, porque o PL e o PDL propostos pela Deputada não vão resolver os problemas de vocês, mesmo que seja extinta a APA da Baleia Franca. (Palmas efusivas da plenária.) Se realmente ela quisesse resolver o problema de vocês e falar a verdade para vocês, ela diria o seguinte: vamos mexer no Código Florestal Brasileiro. E sabem por que ela não consegue mexer no Código Florestal Brasileiro? Porque o agronegócio o modificou em 2012 para perdoar a multa dos produtores do agronegócio; e lá é um vespeiro, lá ela não tem força para mudar. Aí ela elegeu o quê? Um primo pobre, o irmão mais fraco para bater, que é a APA da Baleia Franca. Ela encontrou um vilão que será massacrado até o ano que vem, quando tem eleição. Vai ganhar o voto de todo mundo e não vai resolver o problema de ninguém. (Palmas efusivas da plenária.) É isso que está posto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. LEANDRO FERNANDES GOMES — Para concluir a minha fala, reforço que defendemos vigorosamente, com todas as forças, que se construa a solução dentro do Conselho da APA, junto com a comunidade, para fazer a Reurb. Isso, sim, é uma proposta sensata e coerente. Se a Deputada quiser ajudar: Prefeito de Jaguaruna, por favor, peça R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões de emenda parlamentar que ela tem para estruturar uma boa Secretaria para fazer Reurb. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra o Vereador Rodrigo Prux de Oliveira, de Garopaba.

O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX DE OLIVEIRA (Garopaba/SC) — Boa noite, comunidade. Gostaria de agradecer ao Deputado Marquito por propor esta audiência. Deputado Volnei, eu preciso concordar com o senhor de que este espaço realmente é um espaço de diálogo, mas para que possamos ter um diálogo sério e responsável, precisamos limpar o meio-campo e tirar algumas distorções que estão sendo ditas ao longo desse processo. Não é a primeira vez, Cida, que essa APA é atacada e sempre quem a ataca,



quem a move é a especulação imobiliária. Não podemos esquecer disso. E que distorções são essas? Eu falo aqui para quem está assistindo lá de Jaguaruna. São distorções que precisam ser explicadas e quero falar de duas aqui. A primeira é: APA não é APP. Repitam comigo: APA não é APP! (A plateia, de maneira uníssona, se manifesta: “APA não é APP!”) APA não é APP, minha gente. Se sair da APA, não vai resolver o problema das famílias; o que resolve é a Reurb e já foi dito aqui. Tem emenda do Deputado Marquito disponível para isso, inclusive. Nós precisamos pressionar as prefeituras para fazer a Reurb. A APA, na verdade, é uma grande parceira que pode ajudar nisso, a ter uma regularização sustentável. Exemplo concreto: em Florianópolis, na área que está fora da APA, casas estão sendo demolidas por decisão judicial. Ela está fora da APA já, o problema é estar em área de APP. A segunda questão é que mar e terra estão conectados. Para proteger a terra, tem que proteger o mar. E proteger a terra significa proteger as nossas dunas e lagoas. Até as lagoas precisam ser protegidas, Deputados, porque elas são os berçários da tainha, da anchova, de várias espécies. Se acabar com as lagoas, acaba com a pesca. Se tirar as lagoas e a parte terrestre, não vai sobrar pescado, não vai ter controle sobre a poluição das lagoas. Exemplo concreto: hoje, na Praia de Fora, em Palhoça, que está fora da área da APA, tem pescador, Lédio, pescando embaixo de lona preta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX DE OLIVEIRA (Garopaba/SC) — Pescando debaixo de lona preta, porque não consegue mais construir o seu rancho de pesca tradicional por pressão dos condomínios privados que estão lá, porque está fora da APA. Se acabar com a área terrestre da APA, acaba a pesca artesanal de Santa Catarina! A parte terrestre, que existe mais na região sul do que na região norte, é porque a região norte tem um mosaico de unidades. Nós estamos dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e da APA Estadual do Entorno Costeiro. Estão vendendo ilusão para as famílias da região sul...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir, por favor.

O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX DE OLIVEIRA (Garopaba/SC) — Estão vendendo ilusão para as famílias da região sul, usando o medo para transformar vocês em massa de manobra para os interesses dos mais ricos. Eu quero finalizar aqui e pedir o apoio e a aprovação desta plenária para isto: eu e outros Vereadores e outras Vereadoras estamos indo a Brasília no final de junho para levar um documento assinado por Vereadores que são da área da APA, pedindo o arquivamento do PL 849, de 2025, o arquivamento do PDL 130; e pedir o fortalecimento da APA. (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas efusivas da plenária.) (A



plenária, de maneira uníssona, manifesta-se: “APA fica! APA fica! APA fica!”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra o senhor Murilo Vieira da Rosa, da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi).

O SR. MURILO VIEIRA DA ROSA — Boa noite, pessoal. Meu nome é Murilo, tenho 28 anos, cresci aqui em Imbituba, ali no Vila Nova, estou aqui há mais de vinte anos. Eu faço parte da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi) e represento a Acordi no Conapa. Quero trazer um pouco da história que a Acordi construiu junto com a APA da Baleia Franca. Nós participamos ativamente do Plano de Manejo; uma das oficinas dele foi sediada na Acordi. Parte do território da Acordi está dentro da APA e é uma parte extremamente importante, porque a APA não protege só as baleias, protege uma gama de espécies endêmicas já ameaçadas, como o butiá. Nós temos o maior adensamento de butiá do mundo. Então, se vocês não pensam na baleia, pensem no butiá; se não pensam nesses, pensem nos pescadores tradicionais que utilizam a paisagem da APA como referência para pescar, ou seja, se começar a degradar e tirar a área terrestre da APA, os pescadores vão ficar sem referência para fazer sua pesca tradicional. Isso é um impacto enorme nesse modo de vida ancestral. Eu não vou ser repetitivo aqui, já falei diversas vezes que a APA não atrapalha a moradia; ela é uma das unidades de conservação mais permissivas que se tem. Moradia, comércio, tudo pode dentro da APA, desde que seja feito da forma certa, regularizada. E a Reurb está aí, até nesses casos de conflitos, para servir como ferramenta de regularização. Então, acredito que, como já foi dito aqui, essas mentiras que estão sendo vendidas por essa Deputada, que quer atacar diretamente a APA por interesses obviamente escusos, não podem ser compradas pelos moradores que estão nessas situações de fragilidade e de vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. MURILO VIEIRA DA ROSA — Nós temos que os acolher e fazer com que o processo certo seja feito. Acho que é isso. Eu quero só salientar que a preservação do ser humano, como muitos que estão sendo atingidos trouxeram, faz parte da preservação da natureza também, do meio ambiente. Não podemos nos dissociar do meio ambiente, porque fazemos parte dele. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Passo a palavra ao senhor superintendente federal do Ministério da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina, Jean Ricardo Antunes.



O SR. JEAN RICARDO ANTUNES — Deputado Marquito, Deputado Volney Weber, Prefeito Michell, cumprimento todos da mesa e também a comunidade aqui presente. Eu faço questão de estar aqui hoje como superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina e como morador de Garopaba, cidade onde exerci dois mandatos no Legislativo. Sei da importância da APA, estamos aqui porque entendemos a importância fundamental desse debate para as comunidades pesqueiras que vivem e resistem na região da APA da Baleia Franca. Quero começar destacando que a pesca artesanal e a atividade da maricultura só continuam existindo aqui, nessa intensidade, porque há a proteção da APA. (Palmas.) A unidade de conservação não é um obstáculo, ao contrário, é o que garante que essas atividades sigam de forma sustentável, garantindo o sustento das famílias. Aqui na APA, as comunidades pescam, cultivam e vivem, e fazem isso mantendo a tradição, transmitindo o conhecimento ao longo das gerações. Fazem isso em harmonia com a conservação do meio ambiente. Este é o modelo que nós defendemos: o uso sustentável, coletivo e participativo da área. Vou contar para vocês algo que o Vereador Rodrigo comentou aqui. Eu estive, em uma das primeiras missões à frente da Superintendência, na Praia de Fora, onde os pescadores nos chamaram para mostrar o sonho deles, com relatos emocionantes, sobre se sentirem, de certa forma, expulsos. Trata-se de um sonho simples, que seria a construção de um rancho de pesca. Estavam lá, num triângulo de lonas, um verdadeiro desrespeito à cultura da pesca, patrimônio deste Estado. Então, é importante dizer: aquela área não faz parte da APA e, se fizesse, muito provavelmente isso já estaria resolvido. Nós estivemos na SPU, inclusive, com a presença do Stefano, da APA da Baleia Franca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. JEAN RICARDO ANTUNES — ... dá suporte às atividades tradicionais. Senhores, para finalizar: um oceano saudável para a baleia-franca é também um oceano saudável para a pesca. Por isso nós, da Superintendência, junto com os pescadores e as pescadoras, os maricultores, estamos atentos a esse debate que acontece no território da APA. Deputado Marquito, nós vamos levar, com certeza, o sentimento dos pescadores que estão na APA da Baleia Franca ao Ministro André de Paula para que discuta com o governo federal. Era isso, muito obrigado. (Palmas.) (A plenária, de maneira uníssona, manifesta-se: "APA fica! APA fica!")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra o senhor presidente da Associação de Surfistas, Amigos e Ecologistas da Praia do Porto (Asaep), José Fernando de Souza Silvano.

O SR. JOSÉ FERNANDO DE SOUZA SILVANO — Boa noite a todos. Também sou condutor ambiental no território da APA da Baleia



Franca e sinto-me muito orgulhoso (palmas), por ter esse selo, que uso com muito orgulho, na minha cidade. APA da Baleia Franca Fica. Eu acho que ninguém aqui é burro ou ignorante o suficiente para não saber que estamos vivendo uma crise climática. A ciência mostra isso, a televisão e a mídia estão falando que precisamos correr. Nós estamos engatinhando, nem aprendemos a andar e temos que correr senão o bicho vai pegar, a coisa vai ficar feia. Estamos em queda livre, galera, estamos caindo e precisamos abrir o paraquedas colorido, como diz o Ailton Krenak, vou usar a fala dele. A APA da Baleia Franca não é mais do que um paraquedas colorido, que estamos usando para amortecer a nossa queda, certo? (Palmas.) E o que esses Deputados estão fazendo com esse PL é cortar a corda do paraquedas, gente! Nós vamos deixar que cortem a corda desse paraquedas colorido? (Palmas.) Então, APA fica! É uma ignorância estarmos aqui, em 2025, com toda essa informação sobre a crise climática, discutindo sobre a retirada de uma unidade de conservação, sendo que era para estarmos discutindo por mais unidades de conservação, por mais preservação, por mais biodiversidade. É isso o que o povo quer, é disso que as pessoas precisam. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. JOSÉ FERNANDO DE SOUZA SILVANO — Nós precisamos sair dessa cultura de monocultura, de monoteísmo; precisamos ter biodiversidade, gente. A vida, a natureza, é biodiversidade, senão virão vírus, virão pragas e isso vai acabar com a sociedade, com a raça humana. É isso que vocês querem? (A plenária, de maneira uníssona, responde: “Não. ”)Termino aqui com um poema: pergunto até quando os poucos engravatados ordinários irão dominar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. JOSÉ FERNANDO DE SOUZA SILVANO — Pergunto até quando os poucos engravatados ordinários irão dominar o mundo com suas atitudes egoístas. Já vieram grandes ondas, furacões; já se perderam enormes plantações; e o homem ainda continua destruindo nossos mares, nossos ares e nossas florestas. A qualquer momento pode tudo ir por água abaixo. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Quem ainda não assinou a lista de presença?(Participantes da plenária levantam a mão.) Agora temos poucos. Passo a palavra ao senhor Michael Carvalho Vieira, da Associação de Surf da Praia de Itapirubá (Asepi).

O SR. MICHAEL CARVALHO VIEIRA — Boa noite, pessoal. Boa noite à mesa, obrigado pelo convite e pela oportunidade de fala. Acho que já tivemos falas muito importantes aqui. Eu estou



representando a Associação de Surfe e Ecologia da Praia de Itapirubá, sou geógrafo, mas estou aqui como cidadão, humilde, tentando ser cada vez mais consciente para esse momento crucial que estamos vivendo na cidade, na região. Eu gostaria de pedir, encarecidamente, com todo respeito aos moradores de Jaguaruna e Campo Bom, sabemos o quanto é importante a moradia, a história, mas quanta coisa lá atrás não sabíamos que estávamos prejudicando. Lá na era da Revolução Industrial, o homem embriagado em destruir e fazer o desenvolvimento a qualquer custo. Hoje, nós sabemos que existem áreas que são essenciais para a vida. Não estamos aqui como inimigos de ninguém, somos um planeta único e os recursos são importantes para toda a nossa vida. Hoje, 2025, não temos como, assim como o nosso amigo Fernando e várias outras pessoas colocaram aqui, regredir. Nós estamos vendo as mudanças climáticas baterem à nossa porta. Não tem como negar isso. Vamos crescer juntos, sim, mas de forma ordenada, sustentável. Vamos respeitar a APA. A APA é uma área que foi um ganho enorme para a humanidade, não podemos deixar que isso se perca. Então, é mais como um apelo mesmo, de consciência, que os moradores possam ir lá e vejam, no fundo, qual é o real interesse deles em querer tirar a APA. Eu, como presidente da Associação de Surf, já recebemos o pessoal da APA, estávamos juntos lá nos ranchos dos pescadores, fazendo uma conversa amiga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. MICHAEL CARVALHO VIEIRA — ... vendo o que seria melhor para a pesca, participando, e o pessoal de Jaguaruna pode participar também. Então, não vamos para esse extremismo. Vamos ver se vocês realmente não estão sendo iludidos por interesses principalmente imobiliários. Nós sabemos que, hoje em dia, se puderem colocar um prédio dentro da lagoa, as pessoas vão colocar, e isso não é legal para ninguém. Precisamos dos recursos, a humanidade precisa disso. Vamos manter isso vivo. A APA fica. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Passo a palavra à senhora representante do Movimento SOS Butiá Catarinensis, Gláucia Maindra.

A SRA. GLAÚCIA MAINDRA — Boa noite a todos. Eu sou a Gláucia Maindra e represento o Movimento SOS Butiá Catarinensis. A coordenação do movimento encaminhou uma moção e eu estou aqui para falar um pouquinho do que representa o Butia catarinensis, que hoje está amplamente protegido pela área da APA da Baleia Franca. [...] A nossa área do butiazal é uma das mais fortalecidas do Sul do país e Imbituba, hoje, é o local que tem a maior concentração de Butia catarinensis no Estado. É uma palmeira que, inclusive, está na lista vermelha de extinção do Estado de Santa Catarina; uma palmeira que representa muito mais do que uma simples cachaça ou



uma geléia de butiá, representa toda a memória de uma comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira... (Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Pessoal, por favor. Obrigado.

A SRA. GLÁUCIA MAINDRA — Uma comunidade que possui mais de duzentos anos de existência reconhecidos pelo Incra. Uma comunidade que, sim, viveu do artesanato da palha de butiá; uma comunidade fortalecida que vende esse butiá e que, recentemente, nos últimos mais cinco anos, tem se tornado ativa. Eu vi a Rota da Baleia Franca e também vi a Rota dos Butiazais, e o butiá tem se fortalecido como economia criativa que gera renda tanto pelo artesanato quanto pela gastronomia, dentre outras atividades, inclusive o turismo de base comunitária. Então, quando pedimos APA fica, estamos pedindo, além da preservação dessa palmeira, a preservação de algo muito mais puro que é a memória afetiva dessa comunidade tradicional e de toda a população que hoje faz uso [do Butia catarinenses]. População essa que não [se restringe] à comunidade tradicional, mas inclui toda a população que vive na cidade e muitos outros moradores que vieram até aqui para também buscar renda a partir disso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra a senhora Jane Pereira Vilella, Aecoa.

A SRA. JANE PEREIRA VILELLA — Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar, na pessoa do Marquito, a todos que estão na mesa e, na pessoa da Cidinha, a todas as mulheres presentes. (Palmas.) Gente, a minha fala aqui é para lembrar que as pessoas que trouxeram as questões da APA da Baleia Franca estudaram o assunto. Então, viva a ciência, porque ninguém inventou essas questões. A APA da Baleia Franca leva o nome do ente mais aprazível que tem na APA, mas a APA não é só a baleia: é água doce, água salgada, árvore, duna. Vamos botar lá um monte de condomínios? E o esgoto para isso tudo? Onde é que está o saneamento básico nessa conversa toda? Porque a especulação imobiliária só vende e depois quem comprou que se vire (palmas)! Cada um que dê o seu jeito. Então, se não pensarmos agora, daqui a pouco vamos estar tentando buscar soluções e remediações que provavelmente serão impossíveis, porque o que é deixado em terra vai para o mar. A baleia vem para cá para parir e amamentar. Se nós tirarmos isso de uma mãe, o que vai sobrar para nós, na terra, se não respeitamos isso? Porque não existe território da baleia-franca só no mar, todo o território foi pensado para que esse parir e esse amamentar fossem tranquilos e sossegados, por quê? Para que o que produzimos de lixo em terra não chegue até a água. Não é à toa. A ciência estudou para dizer o que está dizendo. Quem mora nela, legal. A ciência também diz que é possível regularizar. Ninguém está contra ninguém aqui. Não é uma disputa de lados, é uma luta moral,



é uma luta que inclui a nossa existência. Muito obrigada. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Obrigado. Com a palavra o Vereador Vitor Elíbio, de Laguna.

O SR. VEREADOR VITOR ELÍBIO (Laguna/SC) — Boa noite a todos. Meus cumprimentos ao Deputado Volnei, Presidente desta Comissão; ao Deputado Marquito, que está conduzindo os trabalhos na noite de hoje; e, por intermédio de vocês, estendo meus cumprimentos a todos que fazem parte da mesa e a esta Comissão, que é tão importante para o desenvolvimento sustentável de toda a nossa região. Ser legislador é isto, Deputados, é estar próximo do povo ouvindo as nossas demandas e nos representando da melhor maneira possível. Antes de estar Vereador no Município de Laguna, já era pescador artesanal e produtor rural e é representando essa classe que venho, na noite de hoje, fazer uso da fala. Em março deste ano nós estivemos lá em Jaguaruna participando da primeira audiência pública. Na noite de hoje estamos aqui, no Município de Imbituba, participando da segunda audiência pública. A APA da Baleia Franca tem 12% de todo o seu Plano de Manejo, localizado no Município de Laguna e, desses 12%, 10% está em área terrestre. É por isso que venho solicitar a possibilidade de realizar uma audiência pública também no Município de Laguna, para que nós possamos levar esse conhecimento aos pescadores e produtores rurais daquela cidade. Nós todos nós lá já estamos muito inseguros com toda essa possibilidade de mudança no Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Muito obrigado pela oportunidade e parabéns pelos trabalhos, mais uma vez. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra a senhora Amanda Suita, da Associação de Surf de Imbituba e do Instituto Ecosurf – ela está aqui fantasiada de baleia. (Palmas efusivas da plenária.)

A SRA. AMANDA SUITA – Boa noite a todos, àqueles que estão assistindo, e obrigada a quem está na mesa. Hoje estou aqui fazendo a representação do Instituto Ecosurf e da Associação de Surf de Imbituba. Eu sou bióloga marinha e educadora, por isso estou aqui assim, vestida de baleia, porque é muito bom virmos aqui e ter este espaço de discussão dos humanos, os humanos falando sobre o ordenamento do território, mas quem vai falar sobre as espécies? As espécies terrestres, as espécies marinhas? A baleia-franca é uma espécie guarda-chuva, é uma espécie ameaçada de extinção e escolheu o nosso litoral para simplesmente dar à luz, é um local de berçário, mas, além dela diversas espécies vêm, ao longo do ano todinho, principalmente, nesta época de inverno, fugindo do frio. Então, podemos incluir tanto as espécies marinhas quanto as espécies terrestres. Aqui foi falado sobre o butiá, como uma espécie da mata atlântica endêmica ameaçada de extinção, mas nós temos várias espécies da fauna e da flora que



estão sendo descobertas, como aqui, no Canto da Praia da Vila, onde temos uma espécie de lagarto que só existe ali. Quando venho aqui para falar sobre a fauna e a flora, venho com o coração bem apertado, porque vejo essa discussão sobre devastar, acabar... Tem um decreto querendo acabar com a criação da APA e outro querendo acabar com a área terrestre. Nós sabemos como está complicada a situação de mudanças climáticas, de erosão costeira, de perda de biodiversidade. Então, quando eu digo a APA da Baleia fica, é porque a APA da Baleia é importante não somente para os humanos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Trinta segundos para concluir.

A SRA. AMANDA SUITA — ... ou para toda a biodiversidade, mas, sim, porque é um plano de proteção para nós no presente e para as futuras gerações. Eu sei que há casos que temos que ver como especiais, mas, aqui, acho que nós deveríamos pedir muito para reverem esses casos. Também devemos pedir a ampliação da APA, porque há muitas áreas que ficaram fora, como as nossas dunas da Ribanceira e nossas lagoas. Eu estou falando aqui em nome do meio ambiente, em nome dessas associações de surf e, principalmente, das nossas crianças. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra a senhora Bela Torquato, fundadora do Laboratório Criativo de Lugar de Imbituba e também educadora patrimonial.

A SRA. BELA TORQUATO — Boa noite. Eu queria reforçar as palavras da Amanda: nós conhecemos o nosso território, dá para ver que esse grupo aqui conhece muito bem o nosso território, mas, quando vamos para outros lugares do país, nem todo mundo conhece Imbituba, nem todo mundo sabe do que se trata em Imbituba. Eu trabalho com economia criativa voltada ao turismo e sempre estou em contato com várias regiões para trocas de informações e de conhecimento sobre cada lugar. Toda vez que apresento Imbituba, digo que Imbituba é a capital nacional da baleia-franca. Isso aqui não é algo vazio, isso aqui é algo que tem muitas questões em jogo, é a capital nacional da baleia-franca. Aqui, nascem baleias; aqui, se reproduzem baleias; e, aqui, nós cuidamos delas. Isso faz parte da nossa identidade. Como educadora patrimonial, sei que, em algum momento, nós matávamos as baleias, hoje, nós as observamos. Isso faz parte da nossa identidade e é a nossa retribuição ao ambiente em que vivemos. Então, defender a APA da Baleia Franca faz parte de quem somos, faz parte de sermos imbitubenses, faz parte da nossa identidade. Outra questão também bastante importante e que já foi falada aqui, sobre economia e sobre turismo. Nós fazemos um trabalho no Lab...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Trinta segundos para concluir.



A SRA. BELA TORQUATO — Já faz mais de dez anos de desenvolvimento de artesanato e de produtos criativos que são voltados ao turismo. É um trabalho de formiguinha, mas persistente e que resiste. Falamos justamente sobre identidade, sobre o desenvolvimento das artesãs, dos produtos, daquilo que é nosso. Então, faz muito sentido nós defendermos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. BELA TORQUATO — Obrigada. Faz muito sentido defendermos o nosso espaço, porque estamos defendendo a nós mesmos. Então, é isso, gente, de maneira geral, apoio todo mundo que aqui falou. É isso: que fique a APA da Baleia Franca. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra o senhor Lauro Dias Vilela, presidente da Associação dos Moradores de Campo Bom, de Jaguaruna.

O SR. LAURO DIAS VILELA – Boa noite a todos. Nós viemos de Jaguaruna para dizer a todos que não temos absolutamente nada contra o meio ambiente, muito pelo contrário, estamos até dispostos a ajudar na conservação. O que nós não conseguimos compreender de forma nenhuma é a felicidade de muitos de vocês quando dizemos que estamos ficando no escuro, com energia cortada, sem ter para aonde ir, sem ter para onde morar. (Manifestações ininteligíveis simultâneas.) Não vai ter ponte para ficarmos embaixo e parece que isso é felicidade de alguns. Nós não somos contra o meio ambiente. Nós queremos o direito de regularizar, de permanecer nas nossas casas, porque não somos ladrões, não roubamos a casa de ninguém. Nós compramos e pagamos com o suor do nosso trabalho. Nós queremos é energia sempre (palmas), queremos o direito à moradia. Nós percebemos que as baleias estão voltando, então não somos nós que estamos prejudicando. Eu vi pelos avisos da APA que, em 2018, havia 57 baleias e, hoje, há 257 cata logadas. Então, nós não estamos atrapalhando, muito pelo contrário, estamos permitindo que elas cresçam, que aumentem e que o objetivo da preservação continue. Outra coisa que queria dizer é o seguinte: nós continuamos sofrendo, sofrendo muito, e esse sofrimento é porque estamos tendo os nossos direitos de moradia cortados. Existem famílias doentes, existe gente morrendo, existe gente que está tendo, a cada dia, suas casas desvalorizadas, suas propriedades e o desemprego. (Manifestações ininteligíveis simultâneas.) Eu peço permissão para discordar de vocês, porque se aumentou o emprego da APA para alguns, para nós está acabando e estamos ficando desempregados. Pedreiro não tem serviço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.



O SR. LAURO DIAS VILELA — ... restaurante não tem mais onde vender, loja de material de construção está fechando. Nós queríamos encontrar uma solução e essa solução está na mão de muitos de vocês. Eu não vejo nada concreto para fazer, porque todas as vezes que é reivindicado, não vai para frente. A Natália diz que está desde 1919 procurando a solução e não encontra. Nós também estamos aguardando. Eu não gostaria de vê-los felizes porque nós podemos chegar em casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. LAURO DIAS VILELA — ... e achar as nossas casas no escuro. É muito triste e doloroso. Se fosse o pai de vocês, a mãe de vocês, um parente, vocês não estariam aí defendendo. Muito obrigado e nos ajudem, por favor. (Palmas e vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra o senhor Ademar do Espírito Santo, da Associação Coletivo UC da Ilha, de Florianópolis.

O SR. ADEMAR DO ESPÍRITO SANTO — Eu quero, em nome de todo o Coletivo, desejar uma boa-noite ao público, porque todo poder emana do povo; e extensivo à mesa muito bem formada. Eu vou ser breve porque fui contemplado na grande maioria das falas. Mas vim aqui fazer um reforço e dizer duas coisas: a APA fica, e aqui não é Faixa de Gaza! Obrigado. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra o senhor Stefano Diniz Ridolfi, chefe da APA da Baleia Franca no ICMBio.

O SR. STEFANO DINIZ RIDOLFI – Boa noite. Eu sou o chefe da APA da Baleia Franca. Vocês sabem como nasceram esses projetos para acabar com a APA da Baleia Franca? Vocês sabem como? Em um belo dia eu estava em uma reunião no Ministério Público Federal - eu, a Natália, o Ministério Público, a AGU, o ICMBio - discutindo soluções para essas moradias que estão irregulares em Jaguaruna. A Deputada passou lá, dez minutos, falou bem da APA para caramba, que entendia a APA, que era a favor da APA e sei lá o quê, e depois de dez minutos saiu. Nós ficamos discutindo as soluções em uma reunião muito produtiva, avançamos bastante junto com o Ministério Público, definindo estudos e dando encaminhamentos para poder ajudar esse povo que precisa. Só que a Deputada, depois desse período em que ficou dez minutos e saiu, pegou o avião - pago com o dinheiro do imposto de vocês -, foi lá para Brasília anunciar que estava protocolando o projeto para poder acabar com a APA da Baleia Franca. Foi nesse dia. Aí eu pergunto: essa pessoa quer resolver os problemas ou quer acabar com a APA da Baleia Franca? A APA da Baleia Franca fica! (Palmas efusivas da plenária.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra o senhor presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Garopaba do Sul de Jaguaruna, Jaime Mariano Porto.

O SR. JAIME MARIANO PORTO — Boa noite a todos. Eu sou pescador e, quando colocaram o Sambaqui de Garopaba do Sul, eu me sinto na história. Eu sou um pescador ambiental e, no limite, procuro defender... Só que assim, nós somos embutidos dentro do território, Stefano, quando botavam aqueles papelzinhos lá, não era o território que queríamos. Nós só queremos uma coisa, Deputado Volnei, ser dono do território. Se não formos dono do território, quem vai perder? Quem vai perder é o meio ambiente porque estamos lá defendendo, Deputado Marquito. O que vejo é que, quando foi montado o território, na nossa parte, na nossa área de Garopaba do Sul... Eu sou um pescador artesanal, não é fácil botar um sapato no pé e participar de uma reunião desta daqui. Eu não sou contra a baleia, eu não sou contra a natureza, só que o nosso território de Jaguaruna, Volnei e Deputado Marquito, até para defender o nosso território, tem que ser revisto. Nós temos áreas que são urbanas e nós temos áreas que têm que proteger, como as dunas, mas não podemos ficar lá à mercê de uma lei que foi criada. Eu vejo a universidade aqui, a garotada batendo palmas. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Eu me sinto, Deputado Marquito, o mesmo cidadão que habitou aquele sambaqui. Quando eles falam: chegou de carro, puxado pelo pai que era empresário... Não, sou um pescador artesanal, migrado — se abrirem o mapa — da Lagoa da Manteiga, porque com a facilidade com a barra aberta nós poderíamos capturar camarão. Só que o território está errado, Marquito, o território da APA no Município de Jaguaruna está errado. Nós temos que ver a questão terra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. JAIME MARIANO PORTO — A questão terra no Município de Jaguaruna está errada. O professor Rodrigo, que está aqui, fez um diagnóstico agora por último na nossa lagoa, que o pescador pesca com 100 metros de rede. Qual é o pescador que vai sair para pescar corvina com 100 metros de rede? Não existe. O nosso esforço é para sustentar a família, não é para passar fome. Se eu for pescar dentro de uma lagoa, uma rede gradeira, para pescar com 100 metros de rede, vou passar fome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. JAIME MARIANO PORTO — Marquito, o carinho é imenso por ti e pelo Deputado Volnei, mas é assim: o nosso território tem que ser revisto. E, professor, pode passar em Garopaba do Sul, deixei toda a Associação à disposição, só que lá ninguém foi falar: olha, pega x, pega x. Nós queremos o nosso território de Jaguaruna revisto. Nós



temos lugar para ligar a luz, lugar para fazer casa e não podemos. Mais uma palha. O Lédio falou por duas horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Não, não falou.

O SR. JAIME MARIANO PORTO — O Lédio falou por duas horas. E, assim, nós não vamos esperar... sabe por que nós não vamos esperar pela Reurb? Não, nós não vamos esperar pela Reurb, porque a Reurb precisa da anuência da APA. (Manifestações ininteligíveis simultâneas.) (Vaias efusivas da plenária.) (Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Senhor Jaime, o senhor recebeu dois minutos, depois mais duas chances de trinta segundos, e, ainda, mais um pouco. Se nós formos assim... (O senhor Jaime Mariano Porto manifesta-se fora do microfone. Inaudível.) Não, o senhor disse que ele falou duas horas e ele não falou. Ele está na mesa, o Lédio está aqui compondo a mesa. Eu não quero me indispor com o senhor, está bom? Desculpa. Com a palavra o senhor Romulo Lima Rodrigues, engenheiro civil de Garopaba.

O SR. ROMULO LIMA RODRIGUES — Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar o Michell, Prefeito de Imbituba; a mesa; o senhor Amaro, que estenda um abraço ao senhor Esperidião. Eu gostaria de passar um pouco da experiência que tenho sobre a APA, porque muito foi dito aqui e, eventualmente, acontece que as leis não funcionam como deveriam. Apareceram vários exemplos aqui de pessoas que não tiveram condição de regularizar seus imóveis. Eu sou engenheiro e já presenciei ambas as situações. A APA apareceu e houve propriedades x e y, em que proprietários que tinham condições financeiras, conseguiam regularizar o seu imóvel, mas proprietários de baixa renda não conseguiram. Então, acho que é uma oportunidade importante para discutir essa lei, para melhorar. Eu sou a favor da APA da Baleia Franca, entendo que traz bastante serviço para a comunidade, para a natureza e, principalmente, para os pescadores, mas só a lei de Deus é perfeita, a lei dos homens sempre é passível de melhoramento, está certo? Muito obrigado e boa noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado, Romulo. Com a palavra o senhor Caio Santos, morador de Imbituba.

O SR. CAIO SANTOS – Boa noite a todos, a todas e a “todes”. Eu fiquei pensando muito o que eu iria falar. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Só um minuto, pessoal, já estamos acabando. [...]



O SR. CAIO SANTOS — Eu moro em Imbituba faz algum tempo e a minha vida inteira estudei, mas fico pensando se deveria mesmo ter estudado ao ouvir tantos absurdos, do ponto de vista técnico, para defender a retirada do território da APA da Baleia Franca ou a sua extinção. Como oceanógrafo, escutar a Deputada Geovania falar que a baleia só vive no mar e não precisa da terra, me faz pensar que o ser humano vive na terra, então não precisa do ar e nem da água (palmas efusivas da plenária). Essa é uma analogia meio simplista, mas quão simplista é o debate? Eu, como técnico, me sinto extremamente ofendido e fico pensando que o discurso de investir em educação é apenas falácia, porque se eu, como técnico, o Rodrigo, o João, o Stefano e tantos outros técnicos vimos aqui e mostramos, por a mais b, que o território terrestre é importante, de que adianta ser técnico? De que adianta estudar? De que adianta investir em educação? (Palmas.) Sinceramente, nós temos que parar e pensar. O debate técnico é colocado lá embaixo, os nossos argumentos pouco são valorizados e a consequência disso no nosso mundo real está aí para vermos: crises climáticas cada vez mais profundas. Em Imbituba, este ano já teve um decreto de emergência que possibilitou, por exemplo, a obra na Barra da Lagoa de Ibraquera. Então, nós temos que parar e pensar sobre o mundo que nós vivemos e o mundo que nós queremos. Infelizmente, antes de nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. CAIO SANTOS — Alguém falou que bem antes de nós muito provavelmente esse mundo era muito melhor, muito mais saudável. E nós não estamos discutindo se eu tenho 250 hectares ou se tenho a ou b, nós temos que tomar decisões conforme as possibilidades técnicas e conforme conseguimos dar soluções para os problemas. Muito obrigado. A APA fica e nós vamos lutar pela APA. Muito obrigado a todos da mesa. (Palmas efusivas da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra a senhora Rosinete Lembeck, de Campos Verdes de Jaguaruna.

A SRA. ROSINETE LEMBECK — Boa noite a todos aqui presentes. Estou representando Campos Verdes de Jaguaruna e nós não conseguimos mais descansar e dormir sossegados por causa dos cortes de energia. Somos a favor da APA da Baleia, sem dúvida nenhuma. Preservamos todas as praias, assim como eu estou respeitando todos os aqui presentes, inclusive os universitários. Espero que possam tomar alguma providência, ajudar a, pelo menos, nos deixarem viver nas nossas casinhas. Somos moradores fixos, não somos vagabundos, não somos ofensores de ninguém. São essas as palavras que eu trago de dentro do meu peito. Eu tenho a minha mãe com 84 anos [que me pergunta]: minha filha, aonde nós vamos morar? Por favor, nos ajudem (manifesta-se com emoção). A



gente é a favor da baleia-franca, senão eu não estaria aqui me indispondo em hipótese nenhuma. Eu paguei uma pessoa, sem poder pagar, para ficar com a minha mãe, que tem 84 anos, dentro de casa. A gente precisa de um pouquinho de respeito (manifesta-se com emoção), chegar na cama e botar a cabeça no travesseiro sem saber se no outro dia a gente vai ter energia e não vai ter que abandonar a casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) — Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. ROSINETE LEMBECK — Muito obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) — Com a palavra a senhora Graziela Maciel, representante da Associação Cultural, Assistencial e Ambiental Raiz, de Garopaba.

A SRA. GRAZIELA MACIEL — Boa noite, pessoal. Eu sou moradora de Garopaba e represento a Associação Ambiental, Cultural e Assistencial Raiz de Garopaba. Sou professora e bióloga e quero, neste momento, explicar que na Biologia nós usamos uma expressão chamada espécie guarda-chuva. É quando elegemos uma espécie para ser protegida e, embaixo do guarda-chuva dessa espécie, muitas outras serão protegidas junto. A baleia-franca é isso. A baleia-franca é a nossa espécie guarda-chuva. Quando falamos que estamos protegendo a baleia-franca, nós estamos protegendo muitas outras espécies que vivem no mesmo território que ela, incluindo a nossa própria espécie. Então, se nós destruímos o território da baleia-franca, se nós diminuirmos a APA da Baleia Franca, a baleia vai ser prejudicada e nós, mais ainda. E quando a especulação imobiliária invadir completamente o nosso litoral, não seremos nós que vamos morar lá. Não será a nossa casinha, que hoje temos medo que cortem a energia, que vai estar lá. Serão os casarões que nunca vamos acessar. E, se acessarmos, será como trabalhadores para limpar. Então, que nós tenhamos a consciência de que, quando protegemos a APA da Baleia Franca, muito mais do que proteger a baleia, nós estamos nos protegendo. É a nossa possibilidade de futuro, é a nossa possibilidade de continuidade. E, se hoje casas estão ficando sem energia, se a energia é cortada, a culpa não é da APA, a culpa é dos Prefeitos, que não organizam e não fazem a regulamentação da sua cidade. Então, cobremos das pessoas certas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) — Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. GRAZIELA MACIEL — Nós não podemos cobrar da APA o que não é da sua responsabilidade. E vamos sempre lembrar disso: nós estamos embaixo do guarda-chuva da baleia-franca. No momento em que esse guarda-chuva se fechar, aí, sim, as nossas



casas e as nossas vidas estarão ameaçadas. Então, a APA fica! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra a senhora Ana Maria Von Hoonholtz, professora e moradora de Imbituba.

A SRA. ANA MARIA VON HOONHOLTZ — Eu sou moradora e professora de Imbituba e vim trazer um dado que ainda não foi comentado em nenhuma fala: a APA da Baleia Franca, entre todas as APAs, é a unidade de conservação mais visitada do país. No ano de 2022 foram 7,5 milhões de visitantes na área da APA, sendo que o Estado de Santa Catarina tem um pouquinho mais do que isso, não é? Nós temos em torno de 7,6 milhões de habitantes. Então, eu acho que a especulação imobiliária deveria enxergar a APA de outra maneira. Se dessa maneira, mesmo nós brigando contra, já temos esse número absurdo de 7,5 milhões de visitantes, sendo a mais visitada, eu acho que nós deveríamos enxergar a nossa APA como uma possibilidade de trazer benefícios para todo mundo. Está certo? Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Obrigado, Ana. Com a palavra o senhor Luiz Pimenta, conselheiro da APA da Baleia Franca.

O SR. LUIZ PIMENTA — Boa noite. O que eu queria falar rapidamente é para levar essa informação ao Esperidião Amin e ao Deputado Volnei, que não sei se também é a favor do PL. Porém, é um processo injustificável. Nós temos o princípio da vedação ao retrocesso ambiental, que é um dos fundamentos do Direito Ambiental brasileiro. Ele estabelece que nenhuma medida estatal pode representar uma regressão injustificada nos níveis de proteção já alcançados, sob pena de violar garantias constitucionais, e isso pode inclusive acarretar responsabilização. Então, mais uma vez, infelizmente, nós vemos pessoas que poderiam estar trabalhando em uma solução para essas comunidades, como no caso de Jaguaruna, trazendo mentiras, trabalhando nesse processo político para desconstruir as garantias constitucionais que temos no território e não trazendo nada de concreto. Aproveito este momento para iniciarmos uma grande mobilização com os alunos das universidades e dos institutos federais, junto com o Ministério Público, advogados e ambientalistas porque, mais uma vez, estamos passando por esse processo aqui no Estado de Santa Catarina. O Tabuleiro passou por isso em 2009 e não resolveram os problemas das comunidades de lá, sendo que era um pouco diferente, pois era um parque, uma Unidade de Proteção Integral (UPIs), mas passou por coisas muito semelhantes. E os Deputados daquela época, que fizeram aquilo, foram embora, eles ganharam votos e até hoje não resolveram o problema das comunidades, que continuam sofrendo, igual a Jaguaruna. Já foi falado aqui, então reforço essa solicitação: que o Esperidião Amin observe isso, ouça as pessoas que trabalham na



área, ouça os juristas, o Ministério Público e o ICMBio, para não levar isso para frente, enganando a população. Eu vejo uma senhora aqui chorando, sendo enganada mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. LUIZ PIMENTA — Para terminar, espero que esse movimento, que agora se iniciou, seja cada vez mais forte, porque precisamos fortalecer o território, trazer soluções e desenvolver todo esse potencial que temos pela frente. Então, a APA fica. Estamos juntos. Valeu. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Com a palavra o senhor Alexandre Karaí Mirim, do Grupo Ekoa, da Guarda do Embaú.

O SR. ALEXANDRE KARAÍ MIRIM — As companheiras têm um mapa em vermelho (duas pessoas que acompanham o senhor Alexandre seguram cartazes), peço que levantem para mostrar esse ataque à APA da Baleia Franca, que é um ataque com a justificativa de perfuração dos poços de petróleo. E essa é uma questão superimportante que não foi levantada aqui, porque é um pacote de ataques àquilo que os fascistas no país chamaram de passar a boiada. Só que, no planeta Terra, o ser humano tem um papel muito especial. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Eu agradeço a todos que estão aqui e gostaria de dar um beijo e um abraço de todo o coração, não só por mim, Alexandre Karaí Mirim, mas por todos que nos antecederam aqui, nossos avós, nossos pais, nossos ancestrais. Eu sou um homem que vai completar 60 anos e faço parte dessa história de resistência no Brasil. E aqui nós vamos botar os pingos nos is, nós não estamos do mesmo lado da trincheira, porque existem dois lados da trincheira: o da classe trabalhadora, o dos pescadores que aprenderam a falar, do trabalhador de chão de fábrica, do negro que foi escravizado e do povo indígena que continua sendo atacado pelos filhotes da ditadura e pelos pais da ditadura deste Brasil. (Palmas.) E eu vou fazer um desagravo público: espero que o Senador histórico deste país, que é o Esperidião Amin, sofra todas as consequências da Justiça, do Poder Judiciário, como o Alexandre de Moraes está fazendo agora, porque, Deputado, você que sofreu uma vaia, e a Deputada que não está aqui, mas que apresentou essa proposta, essa é a democracia que esse setor golpista não nos quer permitir. E esse golpe continua, o golpe é o ataque à APA, é à perfuração do petróleo. Quem me antecedeu disse que aqui não é Gaza, e realmente aqui não é Gaza, mas nós estamos na mesma guerra, onde o Estado de Israel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.



O SR. ALEXANDRE KARAIÁ MIRIM — ... onde o império norte-americano e o Estado de Israel querem o petróleo, porque não tem guerra sem petróleo. Mas nós temos energia solar, do vento e tecnologia para tudo, tá? Então a vaia é democracia e, senhores Parlamentares, acostumem-se com a vaia. Marquito, parabéns, porque você é um homem do povo, você representa a classe trabalhadora. A burguesia está representada aqui e é inimiga da classe trabalhadora... (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Obrigado. Com a palavra o senhor Gabriel Guerreiro, membro da Asaep, de Imbituba.

O SR. GABRIEL GUERREIRO — Boa noite a todos, à bancada, a quem... (Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Por favor, gente, é o penúltimo a falar. Nós vamos passar a palavra à mesa e, em seguida, daremos os encaminhamentos e contamos com vocês para aprová-los. Obrigado.

O SR. GABRIEL GUERREIRO — Eu sou morador de Imbituba, membro da Asaep. Eu nem ia entrar nesta questão aqui, mas tem relação com a minha profissão, pois sou engenheiro civil. Eu ouvi um rapaz do outro lado colocando também, que a APA é um mecanismo socioambiental fundamental para o desenvolvimento e a defesa da nossa região, do nosso ambiente. Nós estamos aqui reunidos para lutar e defender a APA e, independentemente da posição que assumirmos hoje aqui, já é um avanço. Acho que temos que saudar todo mundo, principalmente a galera de Imbituba que, em sua maioria, se coloca para defender a APA. Eu fiz esse apontamento em relação à minha profissão pelo simples fato de que eu acho que ficou claro para todo mundo que a questão da APA é uma questão de readequação urbana. É uma questão muito mais de Plano Diretor, muito mais de ajuste em relação à ocupação de um percentual específico do solo dessa área, do que qualquer outra coisa que venha a prejudicar a ocupação ou operação nessa área. Tanto é assim, que todos os outros relatos aqui, que foram feitos antes de mim, endossaram essa opinião, essa constatação através de fatos que comprovam que a APA da Baleia Franca é um mecanismo importantíssimo para toda a região onde está inserida, e é um mecanismo socioambiental. Não adianta ficarmos de um lado defendendo ou segurando a questão ambiental, sem olharmos para o outro lado — mas eu acho que não é o que acontece com a maioria das pessoas —, porque do outro lado as pessoas também tentam colocar questões em confronto com esses interesses, mas seja da forma que for... A APA é um mecanismo de proteção, um mecanismo de defesa da região, e eu acho que antes...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. GABRIEL GUERREIRO — ... é um mecanismo socioambiental e nós temos que lutar por ela. A APA fica. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Muito obrigado. Gente, a última fala é a do seu Gentil e, depois, vamos passar para a mesa. Teremos um minuto para cada integrante da mesa fazer as suas considerações finais, depois eu farei os encaminhamentos e passarei a palavra para o Deputado Volnei Weber encerrar. Com a palavra o senhor Gentil Dory da Luz, representando o Lions Clube de Balneário Rincão.

O SR. GENTIL DORY DA LUZ — Boa noite. Primeiro, cumprimento o Deputado Marquito e o Deputado Volnei e gostaria também de saudar a mesa. Vou abreviar a minha fala porque tenho um minuto ou um pouco mais. Eu represento aqui o Lions Club de Balneário Rincão, são trinta anos de trabalho no Balneário Rincão. E para quem não conhece, o Lions tem mais de cem anos e a nossa luta é por cinco causas globais: a diabetes, o meio ambiente, a fome, a visão e o câncer infantil. Eu sou de uma cidade onde fui Vereador por três mandatos, fui presidente da associação de moradores do meu bairro por três vezes e fui presidente da União das Associações Comunitárias de Içara (Uaci), que congrega 49 associações de moradores. Hoje, a Uaci ainda permanece em Içara e em Rincão — mesmo com o Município emancipado —, porque a nossa luta vem desde 2000, quando foi assinado o decreto pelo Fernando Henrique Cardoso. Nós não somos contra o decreto e nem contra a APA, mas queremos ser donos do nosso território. Muitos na nossa região — Rincão, Balneário Rincão, Urussanga Velha, Pedreira, Jaguaruna e Torneiro — estão como a dona Rosinete falou aqui. No Balneário Rincão, nós temos a comunidade de Pedreira, que fica a 4 quilômetros da praia e a Lagoa dos Freitas, que é distante da praia e tudo está dentro da APA, incluindo Urussanga Velha. Eu venho de uma cidade que tem sete lagoas, Balneário Rincão, e quero que vocês conheçam a beleza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. GENTIL DORY DA LUZ — ... as cinco lagoas que não têm APA já estão praticamente todas urbanizadas, enquanto as outras duas têm mais dificuldades. Nós queremos que o território seja nosso, que continuemos a defender e que os nossos Deputados, a Deputada Geovania e todos aqueles que queiram defender a nossa causa (vaias), possam ajudar a manter, sim, o decreto e a APA no mar, onde vamos continuar protegendo (vaias). Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.



O SR. GENTIL DORY DA LUZ — Não está valendo, porque eu estou sendo vaiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Sim, mais... (Manifestações ininteligíveis simultâneas.)

O SR. GENTIL DORY DA LUZ — Eu quero convocar os universitários para que possam também nos ajudar, porque não é possível que a dona Rosinete e dezenas, centenas, milhares de pessoas (vaias) continuem nessa situação na nossa região: Rincão, Jaguaruna e Laguna. Se vocês querem ficar com Garopaba... 47(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.) (Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Obrigado. Gente, estamos na finaleira. Agora eu vou passar a palavra para os integrantes da mesa, por um minuto, para as considerações finais. Depois, nós vamos aprovar os encaminhamentos da audiência e eu vou passar para o Deputado Volnei Weber, que é o Presidente da Comissão, para encerrar. Está bom assim? Tudo bem para vocês? Ao pessoal que está lá atrás, peço atenção agora, porque é um momento bem importante, um momento fundamental da audiência.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE FREITAS — Eu queria dizer que a APA é uma unidade de conservação de uso sustentável, e ser sustentável é muito complicado. O significado da sustentabilidade vem das nossas discussões, da participação e a APA apanha de todo mundo: apanha tanto daqueles que querem conservar tudo, quanto daqueles que querem desenvolver a qualquer custo. Então, ser uma unidade de conservação de uso sustentável é um desafio. Eu quero dizer que nós poderíamos estar aqui, hoje, discutindo como realizar a Reurb, como banir a pesca industrial dos nossos mares (palmas), que está raspando o fundo do mar com arrasto, como banir as plantações, que estão poluindo as nossas lagoas, como o arroz e outras culturas, como compatibilizarmos essas atividades, para que sejam econômicas e sustentáveis, mas estamos aqui impedindo um projeto de lei que vai acabar com a APA. Então, fico feliz de estar vendo esse público aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE FREITAS — ... mas lamento que seja uma discussão que não deveria estar acontecendo. Nós deveríamos estar discutindo outras coisas, deveríamos estar avançando em outros temas. Agradeço demais, Deputado Marquito, pela oportunidade. Nós seguimos à disposição, por meio do Conselho, para continuarmos essa luta. A APA fica. (Palmas.)



A SRA. NATALIA MENDES FOLSTER — Inicialmente, a APA fica, porque ninguém aqui está pedindo a exclusão, nem o cancelamento da APA. (Manifestações ininteligíveis simultâneas.) Segundo, todo mundo respeitou as apresentações e eu peço respeito. Ninguém vaiou vocês, então, por favor, que me respeitem igualmente. (Manifestações ininteligíveis simultâneas.) Segundo, falou-se muito em regularização fundiária, em Reurb, mas falta conhecimento técnico. O ICMBio é um dos atores, assim como o Município, mas o Município pode ter R\$ 1 milhão em caixa para promover a Reurb, se não tiver a anuência do ICMBio, não conclui o processo de Reurb. Essas pessoas estão sem luz hoje, estão com ordem de demolição porque os processos de regularização fundiária não foram concluídos pelo órgão gestor dessa unidade. Essa é a importância do dia de hoje, discutir ações que, realmente, tenham conclusão e efetividade. [...] O ICMBio é atuante, sim. Não é só a Prefeitura, não adianta só as Prefeituras se reunirem e irem pelas vaias... Peço mais trinta segundos. Não adianta... (Vaias.) Muito obrigada. Isso é o que nós não fazemos, nós não ganhamos no grito, nem na vaia, nós ganhamos na conversa e no discurso. (Manifestações ininteligíveis simultâneas.) Por favor, respeitem... Portanto, como diretora de Regularização Fundiária no Estado de Santa Catarina eu tenho que falar a verdade, e a verdade é esta: se os processos estivessem fluindo, essas pessoas não estariam aqui gritando. E, realmente, eu concordo com o Rodrigo, nós não precisaríamos estar, nesta noite, discutindo este assunto. Se todos estivessem unidos por uma única causa, nada disso estaria acontecendo, e os processos não estão sendo anuídos, por isso buscamos na A GU. Essa é a verdade do que está acontecendo em Jaguaruna e em Laguna. Boa noite. (Vaias.)

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA — Bem, pessoal, eles não apresentaram o projeto e eu, como pescador, apresento o projeto para os nobres Deputados aqui: que reúnam as Prefeituras, pois só temos uma solução a seguir, que é a Reurb. Não temos outra solução, meus amigos. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Não, deixem eu colocar para eles, eles estão lá, ganham dinheiro; nós não ganhamos nada com isso. Deixa eu concluir. É o seguinte: o nosso Município de Imbituba está praticamente todo no vermelho, Laguna e Jaguaruna é a mesma coisa. Não adianta virem aqui sem proposta para nós. Tem que trazer projeto, trazer proposta. A Deputada que quer tirar a área da APA, ela que faça o projeto com os moradores de Jaguaruna, que reúna as Prefeituras e faça a Reurb. Meu pai vai fazer 90 anos, o nosso terreno está todo no vermelho, está na Prefeitura de Imbituba. Não falta mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Trinta segundos, por favor.

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA — Nós já gastamos R\$ 800 mil. Vocês sabem o que é R\$ 800 mil? E continua tudo no vermelho! Está trancado ali na Prefeitura de Imbituba e não anda, assim como



Garopaba, Laguna e Jaguaruna. Então, eu peço para os Deputados que façam o projeto e sentem-se com as Prefeituras para decidir. Senão, nós vamos fazer mais de cem audiências públicas e vamos continuar todos batendo na mesma tecla e não vamos resolver nada. Só temos um caminho: a Reurb. (Algumas pessoas da plenária em uníssono respondem: “Reurb”. Palmas.)

A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA — Gente, como o Rodrigo falou, é muito triste estarmos aqui, no dia de hoje, discutindo algo que não precisaria. Não precisaria se a Deputada não apresentasse um PL baseado em mentiras, essa é a verdade. (Palmas.) É triste demais ver uma parlamentar, e aí me desculpe você, viu, querida amiga (dirige-se à senhora Natália Mendes Folster), que como advogada inclusive cuida da Reurb da minha família, que está fora da APA e está tudo em vermelho. E isso é para provar que não é a APA que diz não para a Reurb. É bem o contrário, a APA está, no seu zoneamento, com áreas divergentes. E essas áreas divergentes [existem] exatamente porque já estavam irregulares quando o Plano de Manejo foi feito. Agora, essas áreas divergentes são uma baita ferramenta para se tratar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Trinta segundos para concluir, por favor.

A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA — Vou concluir. Agora, é triste ver as pessoas dizendo que a APA tirou a energia, quem tirou a energia foi a Celesc, foi a Cerpalo. (Palmas efusivas da plenária.) Em áreas de APP, não chegou nenhum projeto de Reurb para a APA analisar, nem para a APA poder ajudar. Até porque esse não é o papel dela, sozinha. O papel dela é ajudar os Prefeitos, sim, nas áreas divergentes e viabilizar a Reurb diante... (Palmas efusivas da plenária.) (Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. WALTER STEENBOCK — Pessoal, para mim, a audiência de hoje foi um marco, uma virada de chave muito clara. É a prova de que há 25 anos, a APA vem sendo construída, ou melhor, as pessoas vêm fazendo o que a APA é. Ouvimos vários setores aqui que mostraram como o pacto social tem funcionado e deve seguir funcionando. Na semana passada nós assistimos — o Brasil assistiu — a uma mulher sendo vilipendiada no Congresso Nacional, no Senado, com Senadores dizendo que a Ministra Marina Silva deveria se colocar no seu lugar. Também assistimos o encaminhamento de um projeto de lei, quase uma lei, de licenciamento ambiental que acaba com o licenciamento ambiental. Aqui na região, existe pacto social, existe integração, e todos aqui falaram nisso. Para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de trabalhar em conjunto, como os moradores de Laguna, existe a Reurb, existe o projeto que, via emenda parlamentar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Mais trinta segundos para concluir.

O SR. WALTER STEENBOCK — ...vai poder viabilizar uma série de estudos e levantamentos para gerar indicadores técnicos, sociais, urbanísticos e ambientais, para que possamos viabilizar o processo de regulamentação. Nós, enquanto sociedade, temos responsabilidades e uma delas cabe às Prefeituras, pois existem processos que vêm do Ministério Público Federal e de outras instituições. Criminalizar a APA não é a solução, a não ser para os especuladores imobiliários. Uma boa-noite a todos e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Estamos acabando, gente. Primeiramente, quero agradecer a compreensão de todas e todos. Nós nos saímos bem, audiência pública é assim mesmo, com divergências e convergências. Quero agradecer pela mobilização e por terem vindo até aqui. Como o Rodrigo falou, toda participação social é fruto do trabalho voluntário, da vontade e do desejo de mudar as coisas. Então, muito obrigado pela presença de todos e todas. Logo vou começar os encaminhamentos, mas, primeiramente, informo que todas as moções entregues aqui vão constar na ata desta audiência, assim como todas as manifestações feitas. Isso é importante, pois a ata é o documento que temos para guardar a memória do conjunto das audiências públicas. Portanto, todas as manifestações estarão contidas na ata. Diante disso, quero pontuar algumas questões que foram colocadas e saber se vocês concordam ou não. Esta audiência pública é resultado de um pedido que fizemos em Jaguaruna, para realizar esta aqui em Imbituba. E aqui foi solicitada uma audiência pública em Laguna. Gostaria de saber se todos concordam em encaminhar a necessidade de uma terceira audiência pública, agora no Município de Laguna? (A plenária em uníssono responde: “sim”.) É importante, acho que sim... Quero propor um segundo ponto, que foi apresentado pelos professores: a criação, a partir do conselho da APA da Baleia Franca, de um grupo de trabalho para pensar ações pedagógicas e educativas em todo o território [abordando] o mapa, os zoneamentos e a participação das pessoas dentro da APA. (A plenária aquiesce.) Com essa proposta, fica o nosso compromisso, e também da Assembleia Legislativa, de buscar apoios financeiros, por meio de emendas, para efetivar essa ação em conjunto com o Ifsc, a Unesc, a Unisul, a UFSC, as universidades da região e assim por diante. Quero também perguntar, porque ficou muito evidente: vocês concordam que esta audiência saia daqui com uma posição contrária ao projeto de lei que pretende acabar com essa área territorial (palmas), contrária ao projeto de decreto legislativo que susta o decreto que cria a APA da Baleia Franca? (Palmas.) (A plenária aquiesce.) Por fim, quero propor aqui os encaminhamentos em relação à Reurb. Primeiramente, quero me solidarizar profundamente com a dona Rosinete, que esteve aqui e fez o seu relato. E esse não é um relato isolado e não é culpa da APA da Baleia Franca, estou



totalmente certo disso, mas da ausência de políticas públicas e falta de funcionamento do mecanismo que já temos, que é a Reurb, ou seja, ausência da sua aplicação. Quero dizer à dona Rosinete que, um dia, quero muito visitá-la para conhecer a sua realidade. Enquanto políticos, Deputado Volnei Weber, estamos aqui para trabalhar por isso, porque o povo não pode sofrer assim. Temos políticas públicas, o Prefeito poderia acionar o Minha Casa Minha Vida, programas de urbanização, programas de habitação social. Não é justo que as pessoas sofram como estão sofrendo, tendo políticas públicas que poderiam resolver essas questões. (Palmas.) Então, quero fazer duas propostas. A primeira, destinei uma emenda de R\$ 200 mil para a Unesc, o Deputado Volnei Werber já está ciente. Quero propor que a Unesc, em conjunto com a Unisul e o IFSC, realizem os estudos necessários para estabelecer os critérios das condicionantes ambientais, urbanísticas e sociais para a aplicação da Reurb na APA da Baleia Franca. Com isso, será criado um documento base para que a APA da Baleia Franca, por meio do seu Conselho, possa estabelecer uma portaria que deixe bem claro os critérios a serem apresentados pelos Municípios, para que a APA possa dar anuência aos processos de regulação fundiária. (Palmas.) Eu falo isso porque a responsabilidade pela regulação fundiária, e tenho certeza de que você vai concordar comigo, é do Município. O Município tem uma estrutura dentro da secretaria, com técnicos das áreas social, ambiental e urbanística, certo? Se for uma área de núcleo urbano consolidado, ou especial, o processo é enviado para esse órgão da Prefeitura, que fará a análise e, se estiver de acordo, solicitará a anuência do Conselho da APA, por meio do ICMBio. Esse é o processo. Portanto, precisamos garantir que as Prefeituras instalem suas estruturas — secretarias e diretorias — para que criem uma comissão responsável pelos processos de regulação fundiária, seja dentro da APA ou fora dela. Quando [o processo] é dentro da APA, o pedido de anuência é ao órgão do ICMBio, ao Conselho da APA da Baleia Franca. Quando é fora, [a própria Prefeitura] encaminha o processo. Diante disso, para esclarecer essa questão sobre a APA, nós nos comprometemos, por meio de emenda com a Unesc, a realizar um estudo base. Esse estudo dará origem a uma portaria do ICMBio, que colocará claramente os critérios para a anuência nos processos de regulação fundiária. Estão de acordo? (A plenária em uníssono responde: “Sim!”) Isso dá origem, isso dá suporte ou dá base para a portaria do ICMBio ou mesmo para o parecer vinculante da AGU, na qual tem esse debatendo acontecendo. Então esse é o encaminhamento concreto. Quero falar para vocês que teremos uma reunião ampliada, da qual fui proponente do requerimento, que acontecerá na Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa, no dia 9 de julho – o horário ainda não está definido, mas será informado a todos que fizeram as suas inscrições –, e quero pedir o apoio de vocês para que possamos contar nessa reunião com a presença de todos os Prefeitos das áreas territoriais da APA da Baleia Franca, para discutirmos a implementação da Reurb na região. É isso, gente? (Palmas.) Eu agradeço muito a todos. Este é um processo, mas



chegamos até aqui e eu acredito que a ciência, a transparência e a participação são os principais instrumentos para evitarmos que as pessoas sejam enganadas e que se crie mais confusão do que solução para os problemas. Então, contem conosco, estamos juntos. E, para encerrar, passo a palavra para o Deputado Volnei Weber, Presidente da Comissão Mista. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) — Muito bem. Muito obrigado pela paciência de todos. As falas foram muitas, mas foram necessárias, como é o diálogo, o respeito e a democracia. Esse é um assunto muito pertinente e nós — eu, o Deputado Marquito e os outros Deputados — estivemos na audiência pública de Campo Bom, em Jaguaruna, e hoje tivemos a grata felicidade de participar aqui também. E percebemos uma coisa: há algo estranho acontecendo e não é com a APA. Em momento algum foi dito que a APA é culpada. A questão é que aqui se defende a APA; aqui a área territorial pegou menos; aqui há comunidades que aplaudem. Porém, não estão nas mesmas condições que as comunidades do Município de Jaguaruna. Lá realizamos uma audiência pública com mil pessoas e não houve sequer um depoimento favorável... (Manifestação simultâneas ininteligíveis.) Que não foi contra a APA. (Manifestação simultâneas ininteligíveis.) Quando nós criamos essa Comissão Mista, não foi para discutir projeto de lei contra a APA, isso nem existia. Apenas para deixar isso bem claro: o objetivo da Comissão Mista, da qual o Deputado Marquito faz parte, junto comigo e com mais cinco Deputados, foi debater a possibilidade de revisão do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Foi simplesmente para isso. Entendemos que foi instalado em 2018 e que, talvez, em alguns pontos não tenha sido construído de maneira a trazer benefícios para a população que já estava ali estabelecida e consolidada, como bem falou aqui uma senhora em seu depoimento, moradora fixa há muitos anos. Então, tivemos uma audiência pública lá com um tipo de depoimento e aqui outro. E que bom! Porque lá estamos mais no extremo sul e, aqui, mais no norte, e as realidades são diferentes. Por isso é importante dar a oportunidade do depoimento nas audiências públicas, para que o povo possa se manifestar. Lá foi constituído um documento, uma ata, assim como aqui o povo também se manifestou e será constituído um documento e uma ata. E agora Laguna também pede essa oportunidade, e já está aprovado que faremos uma audiência pública lá. Mas vale lembrar, gente... (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Vamos deixar bem claro que, em momento algum, nós estabelecemos uma Comissão Mista para debater uma lei que elimina a linha da APA. Da mesma forma, estive em uma audiência pública em Brasília e lá também não se discutiu eliminar a APA, lá se discutiu... (Manifestação ininteligível fora do microfone.) Não, lá se discute... Não, na lei, na lei... Eu li o projeto de lei. O projeto de lei pede a ampliação da APA na área marítima e a diminuição na área terrestre, não a eliminação na área terrestre. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Pessoal... Eu tenho dito mais, é claro que para protegermos os pescadores, a área marítima tem que ser ampliada, para eliminarmos a pesca de arrasto,



porque esse tipo de pesca leva o filhote das baleias embora. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Acaba com a pesca artesanal... (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Pessoal, eu peço respeito para eu poder finalizar. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Você falou... (Manifestação ininteligível fora do microfone.) Meu amigo, eu estou comentando aqui que defendo a ampliação da área marítima. Não estou dizendo que sou contra a área terrestre. Eu sou a favor aqui da revisão do Plano de Manejo. E foi por esse motivo que fiz o requerimento para que as audiências públicas acontecessem. É por causa disso que estamos aqui debatendo, senão nem isso, nem essa oportunidade teríamos, uma vez que, lá atrás, a comunidade não teve tanta oportunidade como está tendo agora. A Assembleia Legislativa está oportunizando isso agora. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Então, quero finalizar dizendo que se não houver flexibilidade, equilíbrio e entendimento, corremos, sim, o risco de perder aquilo que já foi conquistado lá atrás, porque movimentos vão começar a acontecer e é natural que haja quem seja contra e quem seja a favor, mas nós vamos correr esse risco? Por isso, penso que precisamos flexibilizar, como falou aqui a Natália. Se a Reurb é a solução, e a té então não está acontecendo, é porque não está havendo a anuência do ICMBio, e isso é verdadeiro. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) E para isso a AGU foi acionada e está fazendo as tratativas em relação à Reurb. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Não pensamos igual e não enxergamos igual, mas precisamos respeitar. Agora, vamos trabalhar a revisão... (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Os encaminhamentos foram feitos, ouvimos atentamente cada um, como falei no início... (Participante não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.) Eu aprendi na escola que quando um burro fala, o outro abaixa a orelha! Universitário mal-educado! (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) (Vaias.) Então eu declaro, neste momento, em respeito à comunidade de Laguna... (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) O prazo da Comissão Mista se encerra no dia 12 de junho, mas como aqui foi requerido o pedido de audiência pública também em Laguna, nós vamos ouvir a população de Laguna, por isso vou propor um novo requerimento às Comissões, de forma que possamos atender esse pedido e, com isso, teremos mais prazo para discutir o tema. Desta forma, agradeço a todos os envolvidos, aos servidores da Alesc e à comunidade, pedindo que Deus sempre nos abençoe e que todos voltem para casa em segurança. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) [...]

2 – ANÁLISE

A Comissão Mista de Revisão do APA da Baleia Franca, tem como objetivo a articulação deste Poder Legislativo com representantes do Poder



Executivo e lideranças locais para fomentar a revisão do Plano de Manejo da APABF.

Acerca do tema, a Constituição Federal, ao enunciar que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, erigiu como instrumento desse direito a definição de espaços territoriais especialmente protegidos (art. 225, *caput* e § 1º, III).

Diante dessa incumbência, o legislador infraconstitucional definiu, entre outras, a existência de [1] Áreas de Preservação Permanente (APP) e [2] Unidades de Conservação da natureza (UC).

A APP é área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 3º, II, d Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012). A delimitação das áreas de preservação permanente se dá por meio de imposições de natureza genérica (Resp. nº 1.233.257¹), como no caso das faixas marginais de qualquer curso d'água natural.

As Unidades de Conservação (UC) são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2º, I, da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000²).

Entre as modalidades de unidades de conservação previstas em lei, a Área de Proteção Ambiental (APA) é um território geralmente extenso, com ocupação humana e dotada de atributos especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos

¹ STJ. 2ª Turma. REsp 1233257/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 16/10/2012.

² Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.



básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A APA é constituída por terras públicas ou privadas, para as quais podem ser estabelecidas normas e restrições de utilização, sendo regida por um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente no território por ela abrangido.

E, como toda unidade de conservação, a APA possui um plano de manejo – documento técnico que estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação (art. 2º, XVII, da Lei federal nº 9.985, de 2000).

Isso posto, tem-se que a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) foi instituída pelo Decreto Presidencial (sem número), de 14 de setembro de 2000, e é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

O plano de manejo vigente da APABF data de 2018 e descreve 9 (nove) zonas, baseadas em critérios socioeconômicos, biológicos e físico-geográficos, as quais, dadas as suas características, implicam objetivos e restrições específicas, das quais se destaca:

1. Zona de conservação: com área de 947 ha, 0,6% da área, tem ambiente terrestre, marinho e insular, cujo objetivo do manejo é a conservação de ambientes naturais sem o uso direto de recursos;

2. Zona de Uso restrito: com área de 8.620 ha, 5,6% da área, tem ambiente terrestre, cujo objetivo do manejo é a conservação de ambientes naturais com o uso direto ou eventual ou de pequena escala dos recursos;



3. Zona de Uso moderado: com área de 889 ha, 0,6% da área, tem ambiente terrestre, cujo objetivo é a manutenção de ambientes naturais com moderado impacto humano;

4. Zona Populacional: com área de 3.655 ha, 2,4% da área, tem ambiente terrestre, cujo objetivo é abrigar as concentrações de populações residentes na Unidade de Conservação;

5. Zona Produção Rural: com área de 12.370 ha, 8% da área, tem ambiente terrestre, cujo objetivo é a promoção das atividades produtivas sustentáveis;

6. Zona Urbanizada: com área de 566 ha, 0,4% da área, tem ambiente terrestre, cujo objetivo é o ordenamento territorial com minimização de impactos negativos das atividades;e

7. Zona de Uso Divergente: com área de 1.428 ha, 0,9% da área, tem ambiente terrestre, cujo objetivo é a minimização dos impactos sobre a APABF, especificamente onde o uso atual é incompatível ou controverso com o ordenamento existente;

O Plano de Manejo da APABF conta ainda com [8] Zonas de Uso Múltiplo e [9] Zona de Manejo dos Recursos Pesqueiros.

Entre as zonas elencadas, destaco que a Zona de Uso Divergente é uma área temporária, justamente porque compreende espaços nos quais a ocupação humana e seus usos encontram-se incompatíveis com a legislação ambiental e sobre as quais há processos administrativos e judiciais em curso, questionando a legitimidade das ocupações.



Conforme expresso no plano de manejo da APABF³, nessa Zona de Uso Divergente também foi incluído áreas onde ocorreu o avanço recente do mar sobre o continente. Tais áreas, após a resolução dos processos administrativos ou judiciais em curso, serão incorporadas a uma das Zonas Permanentes da APABF.

As seguintes áreas estão inseridas na Zona de Uso Divergente, conforme plano de manejo:

1. Loteamentos irregulares ou sub judice, cujos limites estão baseados no relatório técnico “Diagnóstico e plano de manejo das dunas frontais do município de Jaguaruna (UFRGS, 2017)”, em Jaguaruna;
2. Loteamentos Ypuã, Ilhota e Galheta e Morro do Cabo de Santa Marta Grande, em Laguna;
3. Loteamentos em Itapirubá e Vila do Araçá, em Imbituba;
4. Área de extração de areia e beneficiamento da Ravlen Indústria e Comércio de Quartzos LTDA, nas dunas da Ribanceira, em Imbituba; e
5. Primeira quadra da Praia da Barra e APP de 100m do canal de acesso da Lagoa da Encantada, em Garopaba.

Tendo-se em conta que a APABF foi criada em 2000 e o plano de manejo atual foi instituído em 2018, a subsistência de uma área temporária no zoneamento da APABF implica insegurança jurídica para a população, bem como para realização de atividades econômicas na localidade, pois, mesmo decorridos 25 anos da instituição da APA, ainda não há decisão por parte do ICMBio acerca da

³**PLANO DE MANEJO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA.** Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-bio-mas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-baleia-franca/arquivos/plano_de_manejo_apa_da_baleia_franca.pdf>.



permanência ou remoção de moradores e de empreendimentos existentes na referida Zona de Uso Divergente.

Diante desse contexto, foi bastante defendida nas Audiências Públicas realizadas por esta Comissão acerca da APABF a realização de regularização fundiária urbana (Reurb) e rural, nos termos da Lei federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017⁴.

A referida norma de regência prevê o estabelecimento de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à regularização de imóveis informais.

Em regra, o processo administrativo de regularização fundiária é realizado pelos municípios, o que, no caso em exame, esbarra em duas dificuldades: [1] a necessária aprovação pelo ICMBio e [2] a falta de equipe técnica e de recursos em municípios pequenos.

Isso porque a regularização fundiária em municípios cujo território faz parte da APABF possui etapa processual adicional, qual seja, a de aprovação pelo ICMBio, instituição responsável pela área de preservação ambiental. Contudo, até o presente momento, a autarquia não possui diretrizes e critérios ambientais, urbanísticos e sociais para avaliação dos processos de regularização fundiária no território abrangido pela APA da Baleia Franca.

Tal ausência de parâmetros impede a regularização de imóveis na área, seja por restrições decorrentes diretamente da área de proteção ambiental ou mesmo das áreas de preservação permanente que estejam no polígono da APA.

⁴ Lei federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.



Ademais, segundo relatado em Audiência Pública, nem todos os Municípios da região possuem equipe técnica ou recursos financeiros para viabilizar os processos de regularização fundiária em seus territórios.

Decorre, portanto, da ausência de atualização do plano de manejo, da persistência de zoneamento temporário e dos entraves existentes para realização da regularização fundiária, a situação de insegurança jurídica em que vivem os moradores da região, muitos dos quais adquiriram imóveis de forma regular antes da instituição da APABF, todavia, em situações distintas, (i) não conseguem obter alvará de construção, (ii) temem o recebimento de ordem para demolição de imóvel, ou (iii) receiam que o acesso a serviços públicos, como fornecimento de água e energia elétrica, sejam cortados.

Essa situação também prejudica investimentos em atividades econômicas ou na implementação de novas moradias na região, inclusive, em razão da discrepância quanto às possibilidades de ocupação do território do litoral norte do Estado de Santa Catarina em detrimento da região abrangida pela APABF.

Tal contexto levou parlamentares e autoridades estaduais a manifestarem apoio à revisão do plano de manejo e à reavaliação da linha da APABF, buscando equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento urbano a fim de salvaguardar toda a população tradicional proprietários de terras neste perímetro, cujas áreas já são consideradas consolidadas, conforme mencionado.

Dessa forma, considerando que: [1] o Plano de Manejo da APABF data de 2018; [2] após 25 anos da instituição da área de preservação ambiental ainda existe uma Zona Divergente, acerca da qual não há decisão definitiva quanto à permanência ou não dos moradores; [3] a conclusão dos processos de regularização fundiária no território abrangido pela APABF depende da anuência do ICMBio, que ainda não definiu critérios para avaliação dos pedidos; [4] a população vive sob a insegurança quanto ao direito à moradia e ao acesso aos serviços públicos, o que tem afastado investimentos imobiliários e em outras atividades econômicas,



MANIFESTO-ME pelo pronunciamento desta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em prol da devida revisão do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca, e pela **adequação** dos limites da APA da Baleia-Franca para excetuar do polígono descrito no art.2º do decreto de 14 de setembro de 2000, toda a faixa terrestre a partir da linha preamar e pela imediata suspensão dos cortes de energia elétrica nas propriedades atingidas, como medida de proteção social mínima enquanto não houver solução definitiva para a situação jurídica e fundiária das áreas envolvidas.

Sala das Comissões,

Deputado José Milton Scheffer
Relator